

# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Banco e FNE Em R$ MIL**

###### Posição: 31.12.2019



***Demonstrações Financeiras***

B A N C O Em R$ MIL

**Posição: 31.12.2019**

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

1. **PALAVRA DO PRESIDENTE**

O Banco do Nordeste investiu R$ 42,16 bilhões na economia regional, em 2019. Esse valor corresponde a 5,3 milhões de operações distribuídas nos 1.990 municípios da área de atuação da Instituição: os nove estados da região Nordeste e o norte de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Em termos de quantidade de contratações, o crescimento foi de 6,5% em relação ao ano passado, expressando a capacidade do Banco de levar crédito ao maior número de empreendedores, o que traduz forte impacto social amparado nas políticas públicas do Governo Federal.

Como empresa sustentável e rentável, o Banco obteve crescimento de 93,3% no resultado operacional em 2019, alcançando R$ 2,44 bilhões. O lucro líquido do ano foi de R$ 1,73 bilhão, representando crescimento de 135,6% em relação ao exercício anterior.

Somente com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal *funding* da empresa, o BNB contratou R$ 29,56 bilhões, equivalentes a 565 mil operações. Desse total, R$ 16,67 bilhões foram investidos em empreendimentos no Semiárido. Esses números, por si, traduzem como o BNB faz o FNE cada vez melhor.

Das aplicações do Fundo, R$ 18,25 bilhões destinaram-se aos setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, R$ 11,22 bilhões aos projetos de Infraestrutura, principalmente ao segmento de energias renováveis. Os projetos de Infraestrutura aplicaram R$ 9,20 bilhões no Semiárido. Foram também destinados R$ 86,6 milhões ao programa FNE Sol Pessoa Física e R$ 7,4 milhões ao Financiamento Estudantil (P-Fies).

Essa performance possibilitou estimar que o impacto das aplicações dos recursos oriundos do FNE, em 2019, reflete-se na geração e/ou manutenção de aproximadamente 1,6 milhão de empregos em todo o Brasil, bem como aumento de R$ 9,79 bilhões na massa salarial, incremento de R$ 5,85 bilhões na arrecadação tributária, de R$ 60,68 bilhões no valor bruto da produção e de R$ 34,56 bilhões no valor adicionado à economia.

Para as micro e pequenas empresas (MPEs), o Banco do Nordeste destinou R$ 3,63 bilhões, equivalentes a 43,6 mil operações de crédito. O incremento foi de 24,8% em relação aos valores contratados em 2018, revelando a postura proativa do Banco em reforçar sua atuação no segmento, responsável pela maior parte dos empregos gerados no País e cuja carteira ativa no Banco conta com mais de 201 mil MPEs.

O Banco do Nordeste também manteve a liderança do microcrédito, linha estratégica de atuação da empresa, em 2019. Os dois programas de microcrédito produtivo e orientado do BNB, Crediamigo, para empreendedores urbanos, e Agroamigo, voltado para a área rural, aportaram R$ 13,11 bilhões, pulverizados em mais de 5,0 milhões de operações. São 3,6 milhões de clientes ativos, que encontraram no Banco do Nordeste o crédito para seguir em frente em seus negócios.

Só o Crediamigo desembolsou R$ 10,60 bilhões, 18% a mais que em 2018, com operações cujo tíquete médio gira em torno de R$ 2 mil, ratificando, assim, a posição de maior programa de microcrédito produtivo e orientado da América do Sul, reconhecido internacionalmente como iniciativa que promove inclusão financeira e ascensão social aos clientes atendidos.

O Agroamigo, por sua vez, aplicou R$ 2,51 bilhões, destinados a produtores beneficiados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), distribuídos em 495 mil operações. O programa desempenha papel de alta relevância na viabilização da produção de

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

alimentos e oportuniza condições de permanência no campo ao atender, prioritariamente, clientes com renda bruta familiar anual de até R$ 23 mil.

Convém destacar que os resultados do Banco, em 2019, foram possíveis graças ao crescimento da margem de intermediação financeira e da melhor gestão do risco de crédito das operações. Da mesma forma, contribuíram a elevação das receitas de financiamentos de longo prazo com recursos do FNE, devido ao crescimento dos níveis de desembolso, bem como o resultado decorrente das renegociações de operações de crédito com base na Lei n.° 13.606/18

O resultado do Banco, em 2019, foi construído com ética, integridade e em conformidade com as normas e regulamentos aplicáveis. Obteve-se índice de eficiência operacional de 52,3%, que representa melhoria de 13,3 pontos percentuais em comparação com 2018. Esse esforço, aliás, foi reconhecido, no início de 2020, pela revista inglesa The Banker, do jornal The Financial Times, que classificou o BNB como o banco brasileiro de melhor desempenho, considerando o ano de 2018 e as variações com 2017.

Com esses estímulos, entregamos à sociedade o resultado de nosso empenho, em 2019, ao mesmo tempo em que arregimentamos forças para continuarmos em nossa missão de atuar como o banco de desenvolvimento do Nordeste, promovendo o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região. É o compromisso de todos que fazem o Banco do Nordeste.

**Romildo Carneiro Rolim Presidente**

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

* 1. **Destaques**

Apresentamos a seguir os destaques em resultados, ações, premiações, reconhecimentos e parcerias alcançados pelo Banco do Nordeste em 2019.

**Resultados**

* + - Lucro Líquido de R$ 1.736,7 milhões, representando crescimento de 135,6% em relação ao mesmo período de 2018.
    - Crescimento de 93,3% do resultado operacional comparado ao mesmo período do ano anterior.
    - 5,3 milhões de operações de crédito contratadas, com montante de R$ 42,16 bilhões desembolsados.
    - Segmento MPE com contratação de R$ 3,63 bilhões, apresentando crescimento de 24,8% e atendendo 43 mil operações.
    - Desembolso de R$ 10,60 bilhões, no programa Crediamigo, em 4,5 milhões de operações de microcrédito urbano.
    - Regularização de 157 mil operações, no valor global de 16,20 bilhões em dívidas renegociadas.

**Ações**

* + - Aplicação de R$ 29,56 bilhões com recursos do FNE, sendo R$ 23,67 bilhões para regiões prioritárias (municípios de baixa e média rendas).
    - Contratação de R$ 11,22 bilhões para projetos de Infraestrutura com recursos do FNE, principalmente para o segmento de energias renováveis, sendo R$ 9,20 bilhões contratados no semiárido.
    - Atendimento dos 1.990 municípios da área de abrangência do FNE, incluindo financiamentos de R$ 16,67 bilhões para empreendimentos no semiárido.
    - O Programa Agroamigo, pioneiro no microcrédito rural orientado no Brasil, desembolsou R$ 2,51 bilhões para microempreendedores rurais.
    - Redução de juros do capital de giro, que passou a ser ofertado com taxas a partir de 0,37% ao mês e até 36 meses de prazo.
    - Hub de Inovação Banco do Nordeste seleciona mais oito *startups* para *coworkings* em Fortaleza e Salvador.
    - Inauguração da primeira Agência com geração de energia solar, em Codó (MA).
    - Realização do III Fórum de Integridade e Ética, que contou com a presença de representantes de órgãos como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).
    - Criação do FNE *Startup*, linha de crédito para financiamento de projetos de inovação de produtos, serviços, processos e métodos organizacionais, com disponibilidade de R$ 2,9 milhões em recursos do FNE, a partir de 2020.
    - As atividades econômicas priorizadas pelo Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) receberam aproximadamente R$ 331,4 milhões em financiamentos, em 2019, que repercutiram na difusão de ganhos de competitividade das cadeias produtivas.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Prêmios/Reconhecimentos**

* + - IG-Sest: o Banco do Nordeste recebeu o Certificado Indicador de Governança (IG- Sest), iniciativa do Ministério da Economia que reconhece o desempenho da qualidade de governança das empresas estatais federais. O Banco foi certificado com nota máxima nas três dimensões avaliadas.
    - Prêmio Efinance 2019: o *case* “Gestão de Infraestrutura de Telecom”, do Banco do Nordeste, foi premiado na categoria Infra de Telecom.
    - Prêmio Inovação no Setor Público: promovido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap).
    - Melhor Ouvidoria: o Banco do Nordeste teve a ouvidoria com melhor índice do país no “*Ranking* de Qualidade de Ouvidorias”, publicação do Banco Central (Bacen), entre instituições financeiras com mais de 4,0 milhões de clientes.
    - Selo ‘Compromisso com o Consumidor’ e certificação de ‘Prevenção a Ilícitos’, concedidos pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

**Parcerias:**

* + - Parceria com a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), promovendo ações de divulgação das linhas de crédito para clientes do segmento de Micro e Pequena Empresa, bem como para facilitar acesso de empresários do setor ao crédito de curto e de longo prazos.
    - Parceria com Embrapa visando estruturar o Sistema de Inteligência, Gestão e Monitoramento Territorial Estratégico para a Região, com foco no desenvolvimento sustentável da agropecuária.
    - Participação do Banco do Nordeste no AgroNordeste, apoiando a organização de cadeias agropecuárias de relevância atual ou potencial na Região, ampliando e diversificando canais de comercialização, com pertinência social, ambiental e econômica.
    - Acordo de cooperação com o Sebrae, incluindo ações de capacitação gerencial e ampliação do acesso ao crédito. O acordo prevê também soluções de educação financeira, realização de pesquisas conjuntas aos segmentos de varejo e realização de eventos negociais e institucionais.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

1. **MODELO DE NEGÓCIOS**

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos, produtos e linhas de negócio voltados ao crédito para desenvolvimento da sua área de atuação:

* Segmentos de clientes: atende empresas de todos os portes (*corporate*, grande, média, MPE), segmentos do setor rural (agronegócio, pequeno e miniprodutor rural e agricultura familiar), setor de microfinança (urbana e rural) e segmentos pessoa física e Governo, este último para atender instituições da administração pública direta e indireta.
* *Portfólio* de produtos e serviços abrange: operações de infraestrutura, operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, gestão de *portfólio* e análise de crédito para fundos e programas do governo, serviços bancários, operações de mercado de capitais e gestão de ativos de terceiros.
* Linhas de negócio: Crédito Especializado, Crédito para Infraestrutura, Crédito para Microfinança Urbana e Crédito para Microfinança Rural.

O Banco do Nordeste finalizou 2019 com 977 pontos físicos de atendimento, sendo 292 agências e 685 unidades e postos de microcrédito urbano e rural.

1. **ESTRATÉGIA EMPRESARIAL**

As estratégias de negócios do Banco do Nordeste foram definidas a partir das principais tendências do macroambiente econômico, das indústrias financeira e bancária, das evoluções tecnológicas, das principais inovações dos segmentos de atuação do Banco e dos riscos vislumbrados em cenários desenhados para o Brasil, para a região Nordeste e para a sua área de atuação.

* 1. **Planejamento Empresarial**

Em seu planejamento estratégico, o Banco do Nordeste destaca:

* + - Missão: “Atuar como o Banco de desenvolvimento da região Nordeste”.
    - Visão: “Ser o Banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”.

O planejamento no Banco do Nordeste é norteado pelas seguintes premissas: visão corporativa, clareza de rumo, gestão para resultados, participação, continuidade e flexibilidade. A implementação e o êxito da estratégia escolhidos são sustentados pelos seguintes princípios: Meritocracia, Foco nos Clientes e Resultados, Inovação e Integridade.

* 1. **Planejando o Futuro em 2020**

A expectativa de aplicação de recursos para 2020 mostra-se ainda mais desafiadora, demonstrando a confiança na capacidade do BNB em cumprir seu propósito original como agente propulsor de desenvolvimento, do Governo Federal, na aplicação de Políticas Públicas voltadas para a região Nordeste e norte dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, atuando junto aos agentes produtores com suporte creditício e mediante a colaboração entre entidades.

Assim, para o quinquênio de 2020 a 2024, o Planejamento Estratégico do Banco ratifica a transversalidade dos temas relacionados às “Trilhas da Estratégia” (clientes e negócios; pessoas; produtos e serviços; tecnologia; e processos) em relação às principais diretrizes que dirigirão suas ações:

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

* Fazer o FNE cada vez melhor;
* Avançar na liderança do Microcrédito;
* Ser o Banco da micro, pequena e média empresa do Nordeste;
* Inovar em processos, produtos e serviços;
* Valorizar as competências humanas.
  1. **Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)**

O FNE é constituído por recursos públicos destinados ao financiamento de atividades produtivas e objetiva contribuir para o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, constituída pela região Nordeste e pelo norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como instituição financeira administradora do FNE, o Banco do Nordeste consolida sua missão enquanto banco de desenvolvimento da região Nordeste, apoiando empreendimentos produtivos e políticas públicas que impactam as comunidades urbanas e rurais nordestinas, por meio de sua ação creditícia e de fomento.

* + 1. ***Ativos FNE***

Os ativos do FNE totalizaram R$ 89,29 bilhões ao final do exercício de 2019, apresentando crescimento de 8,8% em comparação com o volume de R$ 82,05 bilhões alcançado no mesmo período do ano anterior. O saldo das disponibilidades de recursos do FNE, ao término do exercício, atingiu R$ 6,09 bilhões, representando redução de 60,3% em relação ao saldo existente no final de 2018. Enquanto isso, os saldos a desembolsar relativos a operações de crédito anteriormente contratadas totalizaram R$ 16,60 bilhões, valor 79,6% maior que os R$ 9,24 bilhões existentes em dezembro/2018. O saldo de valores de operações de crédito também cresceu em relação a 2018, apresentando aumento de 16,3% e valor de R$ 63,85 bilhões, líquidos de provisões (R$ 54,91 bilhões em dezembro/2018). Tais variações foram influenciadas pelo expressivo aumento no volume de contratações com recursos do Fundo (R$ 29,56 bilhões em 2019).

* + 1. ***Desempenho FNE 2019***

Seguindo a Programação Anual do FNE, o Banco do Nordeste contratou financiamentos em 2019 no montante de R$ 18,25 bilhões para os setores Rural, Industrial, Agroindustrial, Turismo e de Comércio e Serviços, R$ 7,4 milhões para o Financiamento Estudantil (P-Fies) e R$ 86,6 milhões para o programa FNE Verde Sol Pessoa Física. Além disso, foram aplicados R$ 11,22 bilhões em projetos de Infraestrutura, totalizando R$ 29,56 bilhões no ano.

No contexto de recuperação econômica, as diversas ações internas de aprimoramento no processo de crédito e nos programas de financiamento, assim como externas, de comunicação, prospecção e negociação, viabilizaram o incremento de 12,7% do volume de recursos de contratações em relação a 2018, quando o montante financiado foi de R$ 16,18 bilhões.

Em termos de quantidade de operações, foram contratadas, em 2019, 565 mil operações de financiamentos a produtores rurais, empreendedores individuais e empresas, com cobertura de 100% da área do FNE e contratações em todos os 1.990 municípios, sediados nos 11 Estados em que o Banco atua.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

Em relação à desconcentração espacial dos financiamentos do FNE, em 2019, destacam-se os resultados expressivos no apoio aos segmentos de menores portes e o crédito em todos os 1.990 municípios da área de abrangência do Fundo e também o financiamento no montante de R$ 16,67 bilhões para empreendimentos no semiárido.

Ressalte-se ainda que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) preconiza o apoio a subespaços regionais, objetivando a redução das desigualdades regionais e a promoção da equidade no acesso às oportunidades de desenvolvimento.

Nesse sentido, deve ser ressaltado que o total de contratações para o semiárido superou a meta anual, aplicando R$ 16,67 bilhões, conforme acima mencionado, ante R$ 5,11 bilhões programados para o período. Este resultado refletiu as operações contratadas principalmente com o setor de Infraestrutura, no qual foram aplicados R$ 9,23 bilhões nessa Região bem como com agricultores familiares (Pronaf), produtores rurais e micro e pequenas empresas (MPEs).

Os financiamentos às microrregiões prioritárias (municípios de Baixa Renda e Média Renda), subespaços previstos na PNDR, atingiram montante de R$ 23,67 bilhões, cerca de 80,0% dos financiamentos anuais do FNE; enquanto as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) registraram contratações de R$ 666,6 milhões, superando o valor programado de R$ 240,5 milhões.

Para a consecução desses resultados, várias ações externas, em especial junto aos empreendimentos de menor porte, foram realizadas pelo Banco do Nordeste, dentre as quais destacam-se em 2019: a décima edição do FNE Itinerante, série de encontros de divulgação, promoção e atendimento negocial às MPEs e aos microempreendedores individuais (MEIs), priorizando municípios interioranos alinhados aos critérios da PNDR.

Durante esses eventos, foram apresentadas informações e simulações de financiamento, realizados atendimentos presenciais pelas agências do BNB, seus gerentes e agentes de desenvolvimento, o que inclui cadastramento bancário e agendamento de visitas gerenciais, além de articulações locais de fortalecimento da cooperação com parceiros públicos e privados locais.

Também participaram desses encontros o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e a Sudene, como parceiros institucionais, o Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae), as Prefeituras e, conforme a realidade de cada localidade, outras entidades, como a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC), dentre outras que contribuíram na mobilização e prestação de serviços ao público-alvo dos encontros.

Desde a sua primeira edição, em 2010, foram realizados aproximadamente 1.070 eventos do FNE Itinerante nos onze Estados da área de atuação do Banco, atendendo a mais de 54 mil participantes, preferencialmente em municípios interioranos, do semiárido e sem agência física do BNB.

* + 1. ***FNE 2019: Estimativa dos Impactos Econômicos***

Tendo por base um exercício com a utilização da Matriz Insumo Produto Regional, estima-se que os R$ 29,56 bilhões contratados com recursos do FNE devem contribuir para gerar e/ou manter 1,6 milhão de empregos na área de atuação do Banco do Nordeste. Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores (formais e informais), ou a manutenção do trabalhador em função da contratação do financiamento, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise.

Estima-se também incremento de R$ 9,79 bilhões na massa salarial da sua área de atuação, R$ 5,85 bilhões na arrecadação tributária, R$ 60,68 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 34,56 bilhões de Valor Adicionado à Economia

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

O Setor de Infraestrutura, responsável por aproximadamente 40% do volume de recursos contratados em 2019, tende a contribuir para gerar e/ou manter cerca de 299 mil empregos em toda a área de atuação do BNB. Considerando o efeito transbordamento para as demais regiões, há a estimativa de geração e/ou manutenção de aproximadamente 470 mil empregos em todo o Brasil, aumento de R$ 6,81 bilhões na massa salarial, R$ 5,18 bilhões na arrecadação tributária, R$ 44,21 bilhões no Valor Bruto da Produção e R$ 23,07 bilhões de Valor Adicionado à economia.

* + 1. ***Desafios FNE 2020***

A inédita *performance* de aplicação registrada nos últimos dois anos gera a responsabilidade de manter, também em 2020, o mesmo ritmo operacional de modo a possibilitar a aplicação dos R$ 29,30 bilhões de recursos constitucionais já previstos, representando o pleno comprometimento das disponibilidades do fundo para contratação na área de atuação do FNE.

Os produtos lançados nos últimos dois anos, a exemplo do crédito a pessoas físicas mini e microgeradoras de energia fotovoltaica (FNE Sol) e do financiamento estudantil (P-Fies), aliados à ampliação de ações desenvolvimentistas, como é o caso do Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), contribuirão para a continuidade do FNE como vetor financeiro no apoio ao desenvolvimento regional.

Os projetos de infraestrutura, fundamentais ao acúmulo de um plano de crescimento da Região, terão destinação de parte dos recursos do FNE (R$ 10,23 bilhões), conforme indicado em sua programação para 2020, o que contribuirá para a estruturação de boas oportunidades de negócios para os exercícios vindouros. Espera-se, ainda, garantir a modernização da estrutura do modal de transportes, uma substituição cada vez maior da matriz energética atual para uma mais limpa, ampliação do saneamento, dentre outras melhorias fundamentais ao Nordeste.

Esse conjunto de ações alinhadas à atenção quanto à distribuição regional dos recursos disponíveis, em termos espaciais, setoriais e de segmentos produtivos favorecem a principal razão da política pública desenvolvimentista regional do FNE, sendo capaz de contribuir de forma decisiva para a superação dos desafios e para a construção de um padrão de vida compatível com os recursos, potencialidades e oportunidades da Região.

1. **ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO**
   1. **Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento**

Ciente de seu papel de banco de desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste apoia projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação por meio de dois fundos criados para esse fim, o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR).

Os projetos apoiados pelo Fundeci e FDR acumulam experiências relevantes em décadas de contribuição para a adaptação e/ou aperfeiçoamento de produtos, serviços e processos, para a difusão de tecnologias e para inovação, com ênfase no setor produtivo regional.

Esses fundos disponibilizam recursos não reembolsáveis para o apoio a projetos de pesquisa, desenvolvimento, difusão e inovação, contando com processos estruturados de acompanhamento e de prestações de contas técnica e financeira.

Em 2019, foram formalizados 33 instrumentos de repasse a projetos selecionados por meio de demanda espontânea e dos Editais Fundeci 01/2018 - Desenvolvimento Territorial e

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

Fundeci 02/2018 - Subvenção Econômica a Empresas, distribuídos nos estados da área de atuação do Banco do Nordeste.

Ainda no exercício de 2019, o Banco do Nordeste lançou dois novos editais ao amparo de recursos do Fundeci, disponibilizando R$ 11,0 milhões, para apoio a projetos de difusão tecnológica e inovação nas temáticas de Desenvolvimento Territorial, R$ 6,0 milhões, e Subvenção Econômica a Empresas - MPEs, R$ 5,0 milhões. Os projetos classificados nesses editais serão analisados e formalizados em 2020.

Dentre os projetos de difusão tecnológica direcionados para o Desenvolvimento Territorial, formalizados em 2019, destacam-se os de estruturação das cadeias produtivas da bovinocultura leiteira, fruticultura, mandiocultura e apicultura.

Quanto aos projetos de inovação que contaram com apoio do Banco do Nordeste, em 2019, podem ser destacadas iniciativas que empregam tecnologia de *big data*, *Iot* (internet das coisas), *blockchain* e inteligência artificial.

Ao apoiar projetos de P,D&I com recursos não reembolsáveis, os Fundos de Pesquisa e Desenvolvimento do Banco do Nordeste contribuem para redução dos custos e dos riscos inerentes à pesquisa e à inovação, favorecendo a geração de soluções e o aperfeiçoamento e desenvolvimento de produtos/serviços, fortalecendo, modernizando e diversificando as atividades econômicas regionais.

* 1. **Sustentabilidade**

Mantendo o objetivo de ser o Banco preferido do Nordeste, esta Instituição busca construir relacionamento transparente e sustentável com seus grupos de interesses. Para tanto, o Banco do Nordeste integra à sua prática cotidiana os princípios éticos que norteiam a atuação de empresas socialmente responsáveis, gerando frutos para empregados, acionistas e sociedade em geral, proporcionando, assim, a construção do bem-estar comum.

Nessa perspectiva, destacam-se, dentre as várias ações de responsabilidade socioambiental, os financiamentos concedidos a projetos voltados à sustentabilidade em toda a área de atuação do Banco, o fortalecimento da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA) da Instituição, bem como o apoio financeiro a diversos projetos sociais, por meio de incentivos fiscais.

No que se refere à ação creditícia do Banco, em 2019, foram contratados R$ 525,3 milhões nas linhas de crédito verde. Esse valor distribuiu-se da seguinte forma: R$ 364,8 milhões (69%) contratados pelo Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental - FNE Verde (dos quais R$ 225,8 milhões destinaram-se à micro e minigeração distribuída de energia de fontes renováveis) e R$ 160,5 milhões contratados pelas linhas do Programa Nacional de Agricultura Familiar - Pronaf (R$ 2,3 milhões pelo Pronaf Eco; R$ 2,4 milhões pelo Pronaf Agroecologia, R$ 152,4 milhões pelo Pronaf Semiárido e R$ 3,4 milhões pelo Pronaf Floresta).

Ainda no contexto de sua ação creditícia, destaca-se o lançamento, em setembro 2019, da 2ª edição revisada do “Guia do Meio Ambiente para o Produtor Rural”, que visa contribuir com a sustentabilidade dos empreendimentos rurais da Região, ao indicar caminhos para que as atividades sejam desenvolvidas de modo a conservar e preservar o meio ambiente, oferecendo ao produtor rural, ao mesmo tempo, a possibilidade de rendimento satisfatório a um menor custo e aliando a rentabilidade dos investimentos com a sustentabilidade da atividade produtiva. O documento está disponível por meio do *link https://*[*www.bnb.gov.br/documents/320335/1010052/Guia\_do\_MeioAmbiente\_para\_ProdutorRural\_V1*](http://www.bnb.gov.br/documents/320335/1010052/Guia_do_MeioAmbiente_para_ProdutorRural_V1) *1.pdf/69f9d3e2-0a81-22d0-be7b-9f17e16b1ca4.*

Quanto à PRSA do Banco do Nordeste, foram concretizadas, em 2019, 21 ações previstas no plano de ação para sua implementação, merecendo destaque a criação da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, órgão colegiado interno ligado à Diretoria Executiva, que tem por finalidade monitorar, avaliar e propor aprimoramentos relacionados ao cumprimento

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

das diretrizes e dos objetivos da PRSA. Desde 2016, já foram implementadas 46 ações, correspondendo a 80% do total previsto. A previsão para conclusão de todo o processo de implementação é julho/2020. Mais informações acerca da PRSA podem ser acessadas por meio do *link*: *https://*[*www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental.*](http://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental)

Outras ações de sustentabilidade desenvolvidas pelo Banco do Nordeste estão disponíveis no portal do Banco na internet e podem ser acessadas por meio do *link: https://*[*www.bnb.gov.br/pt/responsabilidade-socioambiental*.](http://www.bnb.gov.br/pt/responsabilidade-socioambiental)

* 1. **Política de Desenvolvimento Territorial**

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), um dos instrumentos por meio do qual se materializa a Política de Desenvolvimento Territorial do BNB, consolidou importantes resultados em termos de ganhos de competitividade das atividades econômicas objeto de estruturação.

Até o fim de 2019, o Programa possuía 132 Territórios/Projetos em andamento, divididos em três fases. A primeira fase composta por 21 projetos e a segunda, por 50. Ambas, atualmente, estão em com seus Planos de Ação Territorial (PAT) em execução e monitoração. A terceira fase possui 61 projetos de desenvolvimento, que tiveram seus planos lançados no final de 2019, com início de execução prevista para 2020.

Os Planos de Ação implementados nos primeiros 21 territórios abrangidos pelo Prodeter, bem como os 50 novos projetos da primeira expansão, para 2019, continuaram evidenciando resultados expressivos em termos de estruturação de cadeias produtivas das atividades econômicas priorizadas, com avanços positivos na solução dos seus gargalos, minimizando os riscos de inadimplência dos financiamentos concedidos.

As atividades econômicas priorizadas no Prodeter, nos 21 territórios da 1ª fase, receberam aproximadamente R$ 331,4 milhões em financiamento em 2019. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já ultrapassou R$ 1,0 bilhão.

**O Prodeter e o Plano AgroNordeste (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - Mapa)**

O Banco do Nordeste, por meio do Prodeter, está integrado ao AgroNordeste, tendo como referência a implementação de ações convergentes. As atividades produtivas trabalhadas nos projetos do Prodeter atendem as atividades priorizadas no AgroNordeste. Dessa forma, o Prodeter contribui com 70 projetos, sendo 8 projetos de Apicultura, 1 de Aquicultura, 3 de Avicultura, 3 de Cajucultura, 6 de Cultivos Alimentares (arroz, feijão e mandioca), 29 de Bovinocultura (leite), 1 de Extrativismo Sustentável, 6 de Fruticultura irrigada (banana, melão, manga, melancia) e de 13 Ovinocaprinocultura (leite, carne e peles). De 10 Comitês Estaduais de Coordenação previstos, 8 foram instalados em 2019, todos com a participação do BNB. O Banco participa da elaboração dos planos de ação territoriais, instalação dos escritórios locais e das atividades voltadas para estruturação e financiamento das atividades econômicas priorizadas.

**Acordo de cooperação BNB & Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**

Tendo como referência a implementação de ações convergentes por parte do BNB e do Ministério do Desenvolvimento Regional, cujos propósitos se voltam para o desenvolvimento da Região, firmou-se um acordo de cooperação entre o Banco do Nordeste e o MDR, em julho/2018, com objetivo de realizar ações conjuntas envolvendo o Programa Rotas da Integração e o Prodeter.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

O Programa Rotas da Integração Nacional consiste na formação de redes de arranjos produtivos locais que promovem a inovação e a competitividade dos empreendimentos a ele pertencentes.

Em 2019, a equipe do Prodeter participou do lançamento de 4 da Rotas da Integração, sendo 3 no Ceará (Rota do Mel, Rota do Cordeiro e Rota do Leite) e uma em Recifie (Rota TIC). Atualmente, possui 38 Pólos de Rotas da Integração, divididos em 8 atividades produtivas, quais sejam: caprinovinocultura (14), bovinocultura de leite (1), fruticultura (9), apicultura (4), cacauicultura (1), economia circular (2), biodiversidade (5) e tecnologia da informação/comunicação TIC (2).

**Prodeter e o Investe Turismo - Ministério do Turismo - Mtur**

A participação e parceria do Prodeter no Programa Investe Turismo do MTur está presente em 11 territórios, contemplando 26 municípios, em dez estados da área de atuação do BNB. O Banco do Nordeste participou dos lançamentos do Programa Investe Turismo na região Nordeste, divulgando as linhas de financiamento do FNE voltadas para o Setor.

Ressalta-se que o Prodeter, atualmente, possui 8 Planos de Ação Territórial que têm como atividade produtiva o turismo, sendo na Bahia, 3 projetos, na Paraíba, 2 projetos e no Ceará, em Minas Gerais e em Pernambuco,1 projeto cada.

**4.4. Acordos de Cooperação**

Em 2019, foram registrados 48 acordos de cooperação do Banco com entidades parceiras como órgãos de representação empresarial, empresas franqueadoras, universidades, órgãos de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural, prefeituras, governos estaduais, ministérios, Sebrae Nacional e Estaduais, iniciativas conjuntas geradas a partir de negociações realizadas pelas unidades do Banco nos estados e na administração central.

1. **DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**
   1. **Ativos Totais BNB**

O Banco do Nordeste manteve, em 2019, praticamente o mesmo volume de ativos do exercício anterior, totalizando volume de R$ 58,63 bilhões. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, os relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos. No que diz respeito à composição do saldo, observou-se decréscimo de 2,4% nas disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários, destacando-se, nessa seção, a quitação do Eurobônus e a recompra parcial do Instrumento de Dívida Elegível ao Capital Principal (IECP). Ao final do exercício, o saldo da carteira de Títulos e Valores Mobiliários, correspondeu a R$ 39,69 bilhões. Já os saldos de operações de crédito, da carteira própria do BNB, líquidos de provisões, tiveram elevação de 4,3% (R$ 9,43 bilhões em dez/19; R$ 9,04 bilhões em dez/18).

* 1. **Resultado Líquido**

O Lucro Líquido do exercício de 2019 alcançou R$ 1.736,7 milhões, o que representou crescimento de 135,6% em relação aos R$ 737,0 milhões apurados no mesmo período do ano anterior (lucro líquido reapresentado). Já o Resultado Operacional alcançou R$ 2.440,6 milhões, representando crescimento de 93,3% em relação aos R$ 1.262,3 milhões (reapresentado) obtidos no exercício de 2018. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no período, foi de 36,2% a.a.. O expressivo resultado do exercício de 2019 teve como principais fatores recorrentes: **a)** crescimento da margem financeira de operações de crédito

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

da carteira própria, **b)** elevação de R$ 234,8 milhões nas receitas de financiamentos de longo prazo com recursos do FNE (R$ 1.550,0 milhões em 2019 contra R$ 1.315,2 milhões em 2018), em decorrência da elevação dos níveis de desembolsos; e **c)** acréscimo nas Receitas de Prestação de Serviços no montante de R$ 188,2 milhões.

Outros fatores, considerados não recorrentes, também contribuíram de forma significativa para o resultado do período, a saber: a) Incremento de R$ 485,7 milhões na margem financeira oriunda de renegociações de operações de crédito baseadas nas Leis 13.340/16 e 13.606/18; b) constituição líquida de créditos tributários decorrentes da alteração da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no montante de R$ 167,1 milhões; e c) reconhecimento de *Impairment* em aplicações de títulos privados (debêntures) no montante de R$ 126,8 milhões. Relevante destacar que quando se desconsideram os resultados não recorrentes do período, o Lucro Líquido Ajustado fica em R$ 1.204,3 milhões, que, comparado ao resultado de 2018 (R$ 601,0 milhões), apresenta variação significativa, da ordem de 100,4%, conforme demonstração de cálculo do lucro recorrente na Tabela 1, a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tabela 1 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R$ Milhões)** | | | | |
| **Demonstração do Lucro Líquido Recorrente** | **2018** | **2019** | **Var. R$** | **Var. %** |
| Lucro Líquido | 737,0¹ | **1.736,70** | 999,7 | 135,6% |
| (-) Resultados Extraordinários do Período |  |  |  |  |
| Recuperação de Crédito - Lei 13.340/13.606² | (254,5) | **(740,2)** | (485,7) | 190,8% |
| Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) | 58,7 | **4,5** | (54,2) | -92,3% |
| Ativo Fiscal Diferido – Contingências | (28,3) | **-** | 28,3 | -100,0% |
| *Impairment* de Debêntures | - | **126,8** | 126,8 | - |
| Créditos Tributários (alteração de alíquota de CSLL de 15% para 20% a partir de mar/2020) | - | **(167,1)** | (167,1) | - |
| Efeito Tributário (IR + CSLL)³ | 88,1 | **243,6** | 155,5 | 176,4% |
| Lucro Líquido Recorrente | **601,0** | **1.204,3** | **603,3** | **100,4%** |

*¹*Lucro reapresentado

²Inclui artigo 29-A da Lei 13.606 - Ops Prodecer III ³2018: 45%; 2019: 40%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

* 1. **Eficiência Operacional**

O Banco do Nordeste apresentou, em 2019, índice de eficiência operacional de 52,3%, caracterizado pela gestão das despesas administrativas em relação ao conjunto da margem da intermediação financeira e das receitas com prestação de serviços, o que representa melhoria de 13,3 pontos percentuais em comparação com o exercício anterior. A melhoria na eficiência é significativa, vez que se observa elevação expressiva de margem financeira e de receitas de prestação de serviço, associada a uma pequena elevação nas despesas administrativas. Especificamente, as despesas com Pessoal mantiveram-se no mesmo patamar de 2018. Tal comportamento é fruto da economia proporcionada pela redução do numero de funcionários, em face do Programa de Incentivo ao Desligamento implementado em 2019 e mesmo considerando os reajustes salariais concedidos nas datas-bases de setembro de 2018 e setembro de 2019. Quanto às demais despesas administrativas, observa- se, no período, elevação de 3,6%. Todavia, destacam-se as seguintes reduções verificadas: R$ 12,5 milhões em despesas com Processamento de Dados; R$ 6,7 milhões em emolumentos judiciais e cartorários; e R$ 6,0 milhões com Propaganda, Publicidade e Publicações. Já as margens financeiras tiveram crescimento de 48,6%, pelas mesmas principais razões que explicam a elevação do resultado líquido, bem como pela elevação de 7,4% nas Receitas de Prestação de Serviços, que alcançaram R$ 2,73 bilhões no exercício de 2019, também contribuindo para a melhoria da eficiência.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

* 1. **Patrimônio Líquido**

O Banco do Nordeste apresentou Patrimônio Líquido de R$ 5.427,4 milhões ao término do exercício de 2019. Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 25/4/2019, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 969,0 milhões, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. Assim, o Capital Social passou de R$ 2.844,0 milhões para R$ 3.813,0 milhões representado por

86.371.464 ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

* 1. **Índice de Adequação Patrimonial**

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Banco Central, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto por Basileia III, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital exigidos, o que proporciona margem para aumentar suas exposições e continuar expandindo os seus negócios. Em 31/12/2019, o Banco apresentou índice de Patrimônio de Referência de 14,42% (13,76% em 31/12/2018). O índice de Nível I ficou em 10,44% (9,00% em 31/12/2018) e o de Capital Principal foi de 9,04% (9,00% em 31/12/2018). O Patrimônio de Referência (PR) apurado foi de R$ 8.265,6 milhões (R$ 6.541,7 milhões em 31/12/2018), o Nível I registrou valor de R$ 5.983,0 milhões e o Capital Principal R$ 5.181,9 milhões (em 31/12/2018, o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R$ 4.279,9 milhões), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R$ 57.311,9 milhões (R$ 47.553,2 milhões em 31/12/2018).

Com relação ao desempenho do Banco do Nordeste frente aos requerimentos mínimos de capital em 2019, ressalta-se que os eventos que mais influenciaram no resultado obtido em 2019 foram: a) captação de Letras Financeiras Subordinadas, no valor de R$ 801,0 milhões, que foram autorizadas pelo Banco Central a compor o Patrimônio de Referência de Nível I, a partir da data-base de julho/2019, como Capital Complementar; b) autorização do Banco Central para recompra do valor de R$ 500,0 milhões do Instrumento Elegível a Capital Principal autorizado a compor o PR; c) aumento do Patrimônio Líquido por conta do lucro obtido no exercício; d) elevação do Passivo Atuarial (R$ 579,7 milhões); e a marcação a mercado da carteira de TVM (R$ 479,8 milhões).

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Tabela 2 – Adequação Patrimonial (R$ milhões)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | **31.12.2019** |
| **Patrimônio de Referência (PR)** | **6.541,7** | **8.265,6** |
| . Nível I | 4.279,9 | 5.983,0 |
| . Nível II | 2.261,8 | 2.282,6 |
| **Ativos Ponderados por Risco (RWA)** | **47.553,2** | **57.311,9** |
| **Valor do IRRBB** | **63,9** | **21,5** |
| Margem sobre o PR Requerido | 2.440,2 | 3.680,6 |
| Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB | 2.376,3 | 3.659,1 |
| Margem sobre o PR Nível I Requerido | 1.426,7 | 2.544,3 |
| Margem sobre o Capital Principal Requerido | 2.140,0 | 2.602,9 |
| Adicional de Capital Principal-ACP Requerido (RWA \* 2,5%) (\*) | 891,6 | 1.432,8 |
| Margem sobre o ACP Requerido | 535,1 | 1.111,5 |
| **Índices de Basileia:** |  |  |
| . Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%) | 9,00% | 9,04% |
| . Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%) | 9,00% | 10,44% |
| . Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 8,0%) (\*) | 13,76% | 14,42% |
| . Índice de Basileia incluindo IRRBB | 13,55% | 14,35% |

(\*) em dezembro/2018, O requerimento mínimo do Índice de Basileia era de 8,625% e o ACP de 1,875%.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

## Desempenho Operacional

* 1. **Volume de Contratações**

O Banco do Nordeste contratou, em 2019, um total de 5,3 milhões de operações de crédito que somaram R$ 42,16 bilhões.

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 71,5% dos recursos contratados, somando R$ 30,14 bilhões em 575,8 mil operações. Desse montante, 98,1% foram contratados com recursos oriundos do FNE, totalizando R$ 29,56 bilhões no ano, superando a meta estabelecida para o período em 6,7%.

**Figura 1 - Gráfico de Contratações do FNE em 2019 - Meta x Realizado (R$ bilhões)**

**Meta 2019** **Realizado 2019**

**29,56**

**27,70**

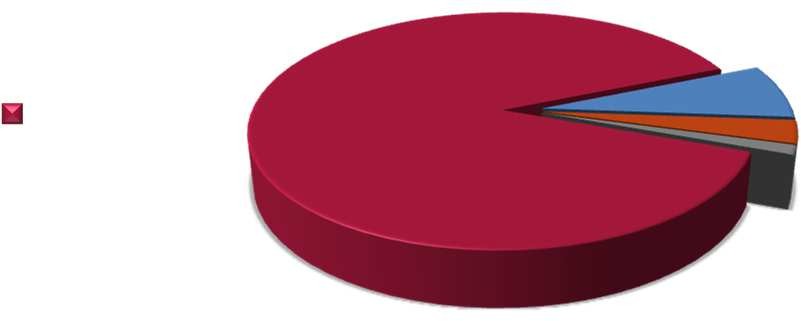
Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

## RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R$ 12,03 bilhões, com total de 4,7 milhões de operações.

Quanto aos empréstimos de curto prazo (Figura 2), os quais representaram 28,5% do volume contratado em 2019 (R$ 12,03 bilhões), destacam-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 88,2% das contratações de curto prazo, alcançando R$ 10,60 bilhões, e as operações de Câmbio, que somaram R$ 893,4 milhões (7,4%).

**Figura 2 - Gráfico de Contratações de Empréstimos de Curto Prazo em 2019 por Produto/Programa**



Crediamigo 88,2%

3,1%

Outras

1,3%

CDC / Capital

de Giro

Câmbio

7,4%

**Total: R$ 12,0 bilhões**

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

**Captação de Recursos**

O Banco do Nordeste apresentou, em 31/12/2019, saldo de captação de recursos de R$ 8,75 bilhões, redução de 3,1% em relação ao saldo apresentado em dezembro de 2018. Os depósitos a vista totalizaram R$ 405,3 milhões em dezembro de 2019, configurando incremento da ordem de 23,3% frente a 2018. Os depósitos de poupança alcançaram saldo de R$ 2,63 bilhões em dezembro de 2019, aumento de 8,2% em 12 meses. Em dezembro de 2019, as captações em depósitos a prazo somaram R$ 5,71 bilhões, redução de 8,9% em relação ao ano anterior, em linha com a estratégia de captação do Banco.

**Tabela 3 – Captações de Recursos 2019 (R$ milhões)**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Captações** | **Dez/18** | **Dez/19** | **Variação** |
| Depósitos a Vista | 328,6 | 405,3 | 23,3% |
| Depósitos de Poupança | 2.433,8 | 2.633,8 | 8,2% |
| Depósitos a Prazo | 6.268,7 | 5.711,4 | - 8,9 % |
| **Total** | **9.031,1** | **8.750,5** | **- 3,1 %** |

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento e Diretoria Financeira e de Crédito

### Distribuição e Gestão de Fundos de Investimento

Em 2019, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou saldo de R$ 8.525,7 milhões e crescimento de 13,5% em relação a 2018. Na mesma posição, o Banco do Nordeste realizava a gestão de 21 fundos de investimento, com 88.615 cotistas, evolução de 14,2% em relação ao mesmo período de 2018. A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R$ 56,6 milhões em 2019, incremento de 31,9% em relação ao ano anterior.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)**

O Patrimônio Líquido do Finor atingiu, no exercício de 2019, valor de R$ 931,8 milhões, apresentando acréscimo de 7,1% em relação a 2018, decorrente da remuneração incidente sobre os recursos do Fundo depositados no Banco e ainda não aplicados, e do ingresso líquido positivo de recursos oriundos de incentivos fiscais. A receita com taxa de administração sobre a carteira do Finor totalizou R$ 19,0 milhões no mesmo período, decréscimo de 40,3% em relação a 2018.

* 1. **Desempenho por Segmento**

**Agricultura Familiar**

O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro na região Nordeste do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), com carteira ativa de R$ 9,64 bilhões e 1,8 milhão de operações.

Os resultados do Banco na operacionalização do Pronaf, em 2019, incluindo as operações realizadas pelo Programa de Microcrédito Rural - Agroamigo, registraram a contratação de

516 mil financiamentos, no valor total R$ 3,07 bilhões. Do montante aplicado, 75,8% compreendem financiamentos no Semiárido, o que significa crescimento em comparação ao ano de 2018 em que os financiamentos na região semiárida ficaram no patamar de 74,2% do total das aplicações.

**Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF Social**

A partir de 2019, foram incorporadas mudanças no Programa Nacional de Crédito Fundiário, composto por três linhas de financiamentos, das quais o Banco operacionaliza o PNCF Social, que compreende três componentes básicos:

1. Subprojeto de Aquisição de Terras (SAT): proposta de financiamento para aquisição de imóvel rural amparado com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras e da Reforma Agrária, repassados por meio de contrato de financiamento;
2. Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC): projetos de infraestrutura básica e produtiva executados pelas associações de trabalhadores rurais constituídas exclusivamente pelos beneficiários da linha PNCF Social, com recursos não reembolsáveis oriundos do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, repassados por meio de contrato específico de transferência de recursos; e
3. Subprojetos de Investimentos Básicos (SIB): projetos de infraestrutura básica e produtiva implementada pelos trabalhadores rurais beneficiários com recursos reembolsáveis do Fundo de Terras, incluído no contrato de financiamento de SAT.

Em 2019, foram realizadas 314 operações pelo SAT, as quais somaram R$ 14,4 milhões, e 16 contratos de repasse SIC, no montante de R$ 5,0 milhões.

**Microempreendedor Rural**

O Agroamigo atende os agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

Em 2019, foram financiados R$ 2,51 bilhões, com a contratação de 495 mil operações pelo Agroamigo. Desse valor, 76,6% foram aplicados no semiárido e 48,0% destinados para o público feminino. Destaque-se ainda que o Agroamigo atingiu carteira ativa de R$ 4,76 bilhões e 1,2 milhão de clientes em mais de 1,3 milhão de operações. Os valores e quantitativos realizados pelo Agroamigo estão contidos nas informações relacionadas ao segmento Agricultura Familiar.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Microempreendedor Urbano**

O Banco do Nordeste trabalha no segmento de microfinança urbana por meio do Programa Crediamigo que desembolsou, em 2019, o valor de R$ 10,60 bilhões. A quantidade de desembolsos alcançou 4,5 milhões de operações. O Crediamigo possuía, ao final de 2019, 2,2 milhões de clientes com empréstimos ativos. A capacidade operacional do Crediamigo apresentou média de 18,5 mil desembolsos ao dia. A inadimplência, representada pelos empréstimos em atraso superiores a 90 dias em relação à carteira ativa, situou-se em 1,41%. Outra importante participação do Crediamigo diz respeito à bancarização, vez que o Programa abriu 459 mil contas correntes no decorrer do ano de 2019. As contas correntes dos clientes do Crediamigo não estão sujeitas à cobrança de tarifa.

**Micro e Pequena Empresa (MPE)**

O segmento de MPEs alcançou novo recorde histórico na aplicação de crédito, em 2019, tendo contratado R$ 3,63 bilhões no total de 43,6 mil operações. Considerando apenas os recursos do FNE, o montante financiado foi de R$ 3,46 bilhões, que representa alcance de 111 % da meta estabelecida para o período. Destaque-se ainda a superação da meta FNE para MPEs em todos os Estados de atuação do Banco do Nordeste

O setor de comércio foi o principal beneficiado, sendo atendido com R$ 1,90 bilhão em contratações, correspondendo a 55,1% dos recursos do FNE aplicados pelo Banco do Nordeste neste segmento. No setor de serviços, foi aplicado valor de R$ 886,0 milhões representando 20,3% do total, enquanto no setor de indústria foi aplicado R$ 588,0 milhões, ou seja, 17% do total de recursos. Na região do Semiárido, um dos subespaços prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), foram contratadas, somente com recursos do FNE, 16 mil operações, o que representa 51,5% do total de operações efetivadas.

***Corporate***

Em 2019, o Banco do Nordeste encerrou o exercício com 868 clientes *Corporate*, segmentação que contempla as empresas com faturamento bruto anual superior a R$ 400,0 milhões, além dos clientes com operações no âmbito da Infraestrutura e sindicalizadas. Neste ano, o segmento contratou R$ 12,77 bilhões em operações com recursos do FNE (inclusive operações de NE-Exportação), representa 86,28% do volume contratado no mesmo período de 2018. Do montante contratado pelo segmento, em 2019, R$ 10,19 bilhões foram em operações de Infraestrutura, com foco em iniciativas nas áreas estruturantes para o desenvolvimento regional, a exemplo de geração de energia, principalmente eólica e fotovoltaica, distribuição e transmissão de energia, saneamento básico e infraestrutura aeroportuária. O valor contratado foi aproximadamente 90,81% do valor aplicado nesse setor em 2019.

Em comparação com o desempenho total do Banco, do montante de R$ 29,50 bilhões investidos com recursos do FNE, 43,29% foram contratados com clientes do segmento *Corporate*. Da meta estabelecida para o setor de Infraestrutura, o segmento *Corporate* realizou 84,92%.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

**Agronegócio Pessoa Física**

Em 2019, foram contratadas 7 mil operações, no valor de R$ 3,09 bilhões, com recursos do FNE para atendimento aos produtores rurais na área de atuação do Banco, sendo R$ 1,44 bilhão com mini e pequenos produtores rurais. O montante contratado equivale a 115,75% da meta estabelecida para 2019, destacando que 63,9% do valor foram destinados ao custeio, 31,63% ao investimento e 4,47% à comercialização.

Diversas ações foram realizadas para impulsionar os resultados do Banco, no sentido de promover a simplificação e desburocratização de processos, a ampliação da base de clientes, a elevação da rentabilidade do segmento de agronegócios e a expansão do atendimento digital no Agronegócio. Na posição de dezembro de 2019, o ativo (FNE) do Agronegócio no Banco, incluindo mini e pequenos produtores, foi de R$ 10,30 bilhões, envolvendo 57,6 mil operações.

**Pessoa Física**

Este segmento atua prioritariamente no atendimento aos estudantes beneficiados pelo Programa de Financiamento Estudantil (FNE P-Fies) e tomadores de crédito da linha FNE Sol para aquisição de sistemas de micro e minigeração distribuída de energia (consumo doméstico). De forma complementar, contempla também os sócios das empresas atendidas pelo Banco.

Tratando-se de aplicação para financiamento estudantil (P-Fies), em 2019, contratou-se mais de R$ 7,3 milhões em operações com fonte de recursos exclusivamente do FNE. Atualmente, existem acordos com 120 Mantenedoras de Instituições de Ensino Superior que viabilizam a operacionalização do Programa.

Destaca-se, ainda, o FNE Sol para pessoa física, linha criada em 2019. Em seu ano de lançamento, foram contratadas mais de 2,8 mil operações, as quais representaram montante de R$ 86,3 milhões, correspondendo a 172,65% da meta inicialmente planejada.

**Governo**

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas da administração pública indireta, categorizadas como “não dependentes”, conforme legislação vigente. Os 1.938 clientes desse segmento atingiram, na posição de dezembro de 2019, saldo médio de R$ 578,7 milhões em captação de recursos e saldo devedor de operações de crédito da ordem de R$ 444,7 milhões.

**Empresarial**

O segmento Empresarial atende as empresas de pequeno-médio, médio e grande portes, abrangendo as pessoas jurídicas com faturamento anual superior a R$ 4,8 milhões até R$ 400,0 milhões. Em 2019, o Banco alcançou quantitativo de 11,5 mil clientes com perfil do segmento empresarial, evolução de 15,18% frente ao número apresentado ao final de 2018.

Essas empresas contrataram junto às carteiras do segmento empresarial R$ 5,74 bilhões de operações com FNE, exceto infraestrutura, o que representa aumento de 11,3% em relação a 2018. Com relação às operações de infraestrutura, o segmento Empresarial contratou R$ 1,03 bilhão de FNE, apenas 27,5% do realizado em 2018, devido à destinação das operações de infraestrutura para o segmento *Corporate.*

Além das operações com recursos do FNE, o segmento empresarial contratou ainda R$ 747,0 milhões com outras fontes de recursos.

Em 2019, as aplicações totais (com todas as fontes) nesse segmento somaram R$ 7,63 bilhões, sendo: R$ 1,19 bilhão em Agronegócios; R$ 3,88 bilhões em Comércio e Serviços; R$ 1,53 bilhão em Indústria e R$ 1,03 bilhão em Infraestrutura.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

* 1. **Recuperação de Crédito**

O ano de 2019 constituiu grande oportunidade de regularização de dívidas, em particular para produtores rurais atingidos pelas estiagens dos últimos anos, por meio dos adventos das Leis nºs 13.340/2016 e 13.606/2018.

Os valores auferidos em 2019 com a recuperação de crédito registraram montante histórico de R$ 16,20 bilhões. Essas regularizações viabilizaram a marca de recuperação em espécie de R$ 826,0 milhões de crédito em atraso e prejuízo. No total, foram regularizadas 157 mil operações, cujos números globais constituíram significativos resultados de melhorias na qualidade do ativo e reflexos positivos na Regularização de Dívidas do Banco.

Com relação à Lei nº 13.340/2016, foram regularizadas 46,9 mil operações, perfazendo total de R$ 2,47 bilhões, das quais 43 mil operações foram com FNE e 3,7 mil com fontes não FNE.

Já na Lei nº 13.606/2018, foram regularizadas 45,4 mil operações no total de R$ 11,64 bilhões, refletindo de forma relevante nos números da Regularização de Dívidas, o que demonstra a efetividade das estratégias definidas pela Diretoria Executiva.

1. **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: [http://www.tcu.gov.br/governanca).](http://www.tcu.gov.br/governanca))

Nesse sentido, o Banco do Nordeste, como entidade da Administração Pública Indireta, mantém, em sua estrutura de Governança Corporativa, órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão. Nesta ordenação estão presentes o Conselho de Administração, assessorado pelos Comitês de Auditoria, de Remuneração e Elegibilidade, de Riscos e de Capital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

A estrutura de Governança Corporativa do Banco, disponível em https://[www.bnb.gov.br/sobre-o-banco/estrutura-organizacional,](http://www.bnb.gov.br/sobre-o-banco/estrutura-organizacional) está assim apresentada: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria, Comitê de Remuneração e Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital, Auditoria Interna, Ouvidoria, Controles Internos e *Compliance,* Comissão de Ética e Auditoria Externa.

A estrutura de governança do Banco está definida em seu Estatuto Social, que é o instrumento que regulamenta as relações sociais dentro das companhias de capital aberto, disponível na *Internet* em [http://www.bnb.gov.br/estatuto-social.](http://www.bnb.gov.br/estatuto-social)

* 1. **Auditoria**

Em 2019, a Auditoria Interna realizou trabalhos de avaliação, com destaque para: Atendimento a Clientes, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), Governança Corporativa, Estratégias de Mercado, Contabilidade - Partes Relacionadas, Controles Internos, Crédito (Concessão, Administração e Recuperação), Gerenciamento de Capital, Gestão Integrada de Riscos, Gerenciamento do Ambiente Físico de TI, Garantia da Segurança dos Sistemas, Garantia da Continuidade dos Serviços de TI, Planejamento Empresarial e Programa de Integridade.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

* 1. **Controles Internos**

O indicador de conformidade (IC) do BNB, em 2019, atingiu 97,28%. Esse resultado ratifica a orientação empresarial da administração do Banco de realizar negócios de forma íntegra, sustentável e rentável.

Os comitês de decisão e/ou de avaliação são também componentes essenciais da estrutura de gestão de controles e riscos, especializados que são para diversas naturezas de assuntos. Acrescenta-se aos diversos comitês especializados o Comitê de Integridade e Ética do Banco, que tem como atribuição, dentre outras, coordenar a aplicação da Política de Integridade do Banco, determinando a adoção de providências e de ações necessárias para o aprimoramento dos mecanismos do Programa de Integridade da Instituição. A Comissão de Ética do Banco do Nordeste também exerce importante papel de apoio à Estrutura de Controles Internos, pois tem como atribuição promover o Código de Conduta Ética e Integridade, representar o cidadão (cliente ou não) dentro do ambiente empresarial, inclusive mediando conflitos e atuar para a melhoria dos processos internos da Instituição.

1. **GESTÃO DE RISCOS**

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste é construída a partir da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) definida pelo Conselho de Administração e contempla orientações e diretrizes para as atividades relacionadas à gestão contínua e integrada dos riscos financeiros (risco de crédito, operacional, de mercado, de variação da taxa de juros da carteira bancária - IRRBB, de liquidez), socioambiental, estratégico, reputacional e de conformidade. Referidos riscos são considerados relevantes pelo Banco do Nordeste em função do seu potencial de impacto no alcance dos objetivos estratégicos da Instituição.

O processo de gestão de riscos do Banco do Nordeste fundamenta-se na observação da legislação vigente e da Declaração de Apetite por Riscos da Instituição, na adoção das boas práticas de mercado e no uso de modelos metodológicos definidos e documentados, passíveis de serem testados quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados.

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco do Nordeste é compatível com o nível de apetite a risco, a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição, ampara a governança da empresa como parte integrante do seu Sistema de Controles Internos e funciona como instrumento que contribui para o alcance dos objetivos estratégicos planejados.

Em 2019, o Banco implementou várias medidas com objetivo de manter-se aderente à legislação em vigor e em linha com as melhores práticas de Governança Corporativa e de Gestão de Riscos. Dentre essas medidas destacam-se:

* Revisão da estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital da Instituição;
* Atualização da Declaração de Apetite por Riscos (RAS) da Instituição;
* Atualização da Política Corporativa de Gestão de Riscos em observância ao disposto na nova legislação vigente e na RAS;
* Implantação de novas sistemáticas de cálculo do risco de taxa de juros da carteira bancária (IRRBB) com base em modelos de variação de valor econômico (∆ EVE) e de variação de resultado na intermediação financeira (∆ NII);
* Atualização da Política de Gestão de Continuidade de Negócios;
* Atualização do plano de contingência de liquidez; e
* Reportes periódicos tempestivos para a superior administração.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

1. **RELACIONAMENTOS**
   1. **Relacionamento com o Cliente**

O Banco do Nordeste, visando proporcionar melhor atendimento ao cliente e consolidar a imagem institucional de credibilidade, segurança e competência, presta atendimento à luz de sua política de relacionamento com clientes, consoante na Resolução nº 4.539/2016, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 4.876,1 mil atendimentos em 2019, sendo: 337,6 mil atendimentos por telefone (SAC e CAC); 152,9 mil por canais multimeios (SIC*, e-mail*, redes sociais, consumidor.gov, sítios de reclamações); 33,8 mil 2as. vias de boletos emitidos, a pedido dos clientes; 4.351,5 mil atendimentos ativos incluindo: orientação empresarial para negócios, cobranças de administração de crédito e seguros, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento de segurança bancária, renovação de seguros e realização de pesquisas de satisfação e campanhas institucionais.

Cabe evidenciar que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em<http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao)> e transparência passiva (disponível em [http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic).](http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic))

**Ouvidoria**

Em 2019, foram registrados 1.179 atendimentos, entre reclamações, denúncias, elogios, sugestões e informações, representando acréscimo de 29,7% em relação a 2018.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.433/2015, a Ouvidoria tem 10 dias úteis para enviar resposta às demandas dos clientes e usuários do Banco do Nordeste, prazo que poderá, em até 10% do total de casos do mês, ser excepcionalmente prorrogado por mais 10 dias úteis. Destaque-se que, em 2019, a Ouvidoria do Banco do Nordeste respondeu 100% das reclamações dentro do prazo legal.

De acordo com o Banco Central, em 2019, o Banco do Nordeste manteve-se no 2º lugar com menor número de reclamações naquela Autarquia, dentre as instituições financeiras com mais de 4 milhões de clientes. O *ranking* é formado a partir das demandas registradas pelo público e considera bancos comerciais, múltiplos, cooperativos, de investimento, filiais dos bancos estrangeiros, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e administradoras de consórcio. Nos resultados do *Ranking* de Qualidade de Ouvidorias do 2º e 3º trimestres de 2019, também divulgado pelo Banco Central, a Ouvidoria do Banco do Nordeste figurou na primeira colocação, tendo atingido a nota máxima cinco no 3º trimestre do ano. Esse *ranking* objetiva disponibilizar à sociedade informações qualitativas sobre o desempenho das ouvidorias das instituições financeiras.

* 1. **Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)**

Em 2019, a Superintendência de Tecnologia da Informação (TI) do Banco disponibilizou diversos produtos e serviços que tornaram o Banco ainda mais digital, melhorando consideravelmente a eficiência operacional com automatização de diversos processos e provendo melhor experiência do cliente ao utilizar os aplicativos nos canais *web* e *mobile*. Foi aprimorado o Giro Digital, incorporando a funcionalidade *upload* de documentos e verificação de suficiência de garantia aval e fiança, que agregou maior agilidade às operações de autoatendimento e à mobilidade aos clientes MPE que buscam Capital de Giro. Em relação ao Microcrédito, foram evoluídos os sistemas S-476 e S-344 para todas as unidades do

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

Banco, sendo implementadas novas funcionalidades nos módulos *web* e *mobile* do sistema Agroamigo.

* 1. **Relacionamento com a Sociedade**

As ações de patrocínio conciliam diretrizes do Governo Federal com interesses institucionais e mercadológicos, visando ampliar relacionamentos, divulgar produtos, incrementar negócios e fortalecer a marca. Em 2019, foram destinados R$ 8,8 milhões a 379 projetos, dos quais 47 culturais e 332 de cunho institucional-mercadológico. O investimento em projetos de patrocínio que tiveram fonte em leis de incentivo fiscal correspondeu a 16% do total de recursos aplicados.

O Banco do Nordeste compreende a cultura como parte da política integrante do desenvolvimento do Nordeste. Nesse sentido, adota as diretrizes de democratização do acesso às manifestações artístico-culturais, apoio à produção, fruição, circulação e formação artístico-cultural. Seus três centros culturais (Fortaleza e Cariri, no Ceará, e Sousa, na Paraíba) oferecem à comunidade espaço democrático de acessibilidade aos diversos campos em artes, mediante realização de programação artístico-cultural gratuita.

Assim, o Banco promove a formação de público e movimenta profissionais da cultura em âmbito local, regional e nacional. Em 2019, os Centros Culturais alcançaram público de 478 mil pessoas, das quais 130 mil participaram de 1.559 atividades em artes cênicas, artes visuais, cinema, literatura, música, oficina de formação, artes para o público infantil e tradição cultural. As bibliotecas instaladas nos equipamentos alcançaram a marca de 209 mil visitantes.

* 1. **Relacionamento com os Empregados**

O Banco do Nordeste encerrou 2019 com 6.802 empregados, 145 Bolsistas de Nível Médio, 657 Bolsistas de Nível Superior e 513 Jovens Aprendizes. Em decorrência da efetivação do Programa de Incentivo ao Desligamento (PID) foram desligados 268 empregados, proporcionando renovação do quadro de pessoal. Foram realizadas 159 convocações de candidatos oriundos do concurso realizado em 2018, dos quais 116 para os cargos de Analista Bancário (nível médio) e 43 para Especialista Técnico - Analista de Sistemas (nível superior).

Em 2019, foram estruturados cinco Bancos de Sucessão de Administradores, processo de seleção interna de gestores principais, com 161 empregados aprovados e 36 designações.

A Universidade Corporativa Banco do Nordeste estruturou, em 2019, programa de excelência para líderes, envolvendo os atuais e potenciais gestores - Programa de Excelência em Gestão (PEG), com oferta de 150 oportunidades de capacitação para formação de gerências intermediárias.

O Banco contratou treinamento para todos empregados, capacitando-os para a mudança de comportamento e cultura - ‘Trilha de Transformação Digital’, - de modo que o BNB permanece cada vez mais alinhado às novas tendências nesse assunto. Turma piloto foi realizada com 23 empregados representantes dos níveis estratégico, tático e operacional.

**RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2019**

1. **ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS**
   1. **Camed**

A Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed Saude), criada em 1979, é integrante do Grupo Camed, em conjunto com a Camed Administradora e Corretora de Seguros Ltda. e a Creche Paulo VI. A Camed Saúde dispõe de carteira de 37.596 beneficiários (posição de 31/12/2019) e está presente na região Nordeste, no norte dos estados de Minas Gerais e do Espirito Santo e nas cidades de Belo Horizonte, Brasilia, Rio de Janeiro e São Paulo. Nos demais Estados, os beneficiários da Camed são atendidos por meio de Convênios de Reciprocidades com outras operadoras de planos de saúde.

Em 2019, o resultado da Camed Saúde foi superavitário em R$ 7,6 milhões. Esse resultado foi inferior ao de 2018, em função principalmente dos custos com serviços médicos, hospitalares, odontológicos e afins terem crescido 9,10%, em 2019, enquanto em 2018 cresceu apenas 0,32% em relação ao ano anterior, bem como a Camed Saúde ter constituído provisão técnica para insuficiência de contribuições, estabelecida pelo órgão regulador ANS (Agência de Nacional de Saúde Suplementar), no montante de R$ 6,5 milhões.

Já a Camed Corretora, presente principalmente nas localidades de atuação do Banco do Nordeste, por intermédio de suas Agências, encerrou 2019 com resultado positivo de R$ 10,9 milhões, representando crescimento de 29% em relação ao exercício anterior. O resultado foi impulsionado pelo crescimento da venda de seguros realizados na base de negócios de crédito do Banco do Nordeste, aumentando as receitas de comissão de R$ 49,0 milhões, em 2018, para R$ 64,0 milhões, em 2019, correspondendo a crescimento de 30% no ano.

* 1. **Capef**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada em 1967, que administra patrimônio de R$ 4,94 bilhões na posição de 31/12/2019. A Capef possui 12.439 participantes e beneficiários assistidos. Os participantes estão agrupados em dois planos previdenciários: um de benefício definido - Plano BD, plano fechado para ingresso de novos participantes, e outro de contribuição variável - Plano CV I, criado em 2010. O Plano BD encerrou 2019 com 1.271 participantes ativos, 3.867 aposentados e 1.319 pensionistas, obtendo rentabilidade de 11,56% equivalente a 113,04% da sua meta atuarial de 10,23% (INPC + 5,50% ao ano). O Plano CV I é um plano que está em fase de acumulação de reservas. Em 2019, obteve rentabilidade de 14,23% equivalente a 145,42% de sua meta atuarial de 9,78% (IPCA + 5,25% ao ano). O plano encerrou 2019 com 5.675 participantes ativos, 267 aposentados e 40 pensionistas.

1. **INFORMAÇÕES LEGAIS**

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) n.º 381/03, de 14/01/2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, em 2019, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20 | | | |
| **BALANÇOS PATRIMONIAIS**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | |
| **A T I V O** | | | |
|  |  | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
|  |  | **Reapresentado** |
| **CIRCULANTE .....................................................................................................................................................** |  | **13.326.453** | **16.409.154** |
| **DISPONIBILIDADES ......................................................................................................................................** | **(Nota 5)** | **168.525** | **133.428** |
| **APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ ......................................................................................** | **(Nota 6.a)** | **3.376.358** | **7.779.984** |
| Aplicações no Mercado Aberto ...................................................................................................................... |  | 3.275.927 | 7.626.446 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros...................................................................................................... |  | 100.431 | 153.538 |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .......................** | **(Nota 7)** | **1.747.783** | **1.296.313** |
| Carteira Própria ............................................................................................................................................. |  | 1.362.688 | 701.750 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra.................................................................................................... |  | 242.819 | - |
| Instrumentos Financeiros Derivativos............................................................................................................. |  | - | 585.664 |
| Vinculados à Prestação de Garantias ............................................................................................................ |  | 142.276 | 8.899 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ................................................................................................................** |  | **526.650** | **502.579** |
| Pagamentos e Recebimentos a Liquidar........................................................................................................ |  | 508 | 1.362 |
| Créditos Vinculados: |  |  |  |
| Depósitos no Banco Central ........................................................................................................................ | (Nota 8.a) | 525.291 | 500.019 |
| Correspondentes............................................................................................................................................ |  | 851 | 1.198 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO ..........................................................................................................................** |  | **5.082.117** | **4.268.172** |
| Operações de Crédito .................................................................................................................................... | (Nota 9.a) | 5.412.295 | 4.614.935 |
| Setor Público................................................................................................................................................. |  | 75.318 | 185.614 |
| Setor Privado ................................................................................................................................................ |  | 5.336.977 | 4.429.321 |
| (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ................................................................... | (Nota 9.a) | (330.178) | (346.763) |
| **OUTROS CRÉDITOS......................................................................................................................................** |  | **2.395.068** | **2.402.198** |
| Carteira de Câmbio ....................................................................................................................................... | (Nota 10.a) | 855.128 | 868.658 |
| Rendas a Receber ........................................................................................................................................ | (Nota 10.b) | 18.319 | 15.938 |
| Negociação e Intermediação de Valores ....................................................................................................... | (Nota 10.c) | 20 | 12 |
| Diversos ........................................................................................................................................................ | (Nota 10.d) | 1.611.362 | 1.528.319 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .............................................................................. | (Nota 10.e) | (89.761) | (10.729) |
| **OUTROS VALORES E BENS ........................................................................................................................** |  | **29.952** | **26.480** |
| Outros Valores e Bens ................................................................................................................................... |  | 15.412 | 15.868 |
| (Provisão para Desvalorização) ..................................................................................................................... |  | (581) | (632) |
| Despesas Antecipadas .................................................................................................................................. |  | 15.121 | 11.244 |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO .....................................................................................................................** |  | **45.071.845** | **42.026.807** |
| **TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .......................** | **(Nota 7)** | **37.942.241** | **35.077.031** |
| Carteira Própria.............................................................................................................................................. |  | 36.056.160 | 33.398.598 |
| Vinculados a Compromissos de Recompra ................................................................................................... |  | 1.304.444 | 1.238.171 |
| Vinculados à Prestação de Garantias ............................................................................................................ |  | 575.692 | 440.262 |
| Títulos Objeto de Operações Compromissadas Com Livre Movimentação.................................................... |  | 5.945 | - |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS ................................................................................................................** |  | **74.903** | **70.581** |
| Créditos Vinculados: |  |  |  |
| Tesouro Nacional-Recursos do Crédito Rural ............................................................................................. |  | 152 | - |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação ...................................................................................................... | (Nota 8.a) | 74.751 | 70.581 |
| **OPERAÇÕES DE CRÉDITO ..........................................................................................................................** |  | **4.348.997** | **4.774.644** |
| Operações de Crédito .................................................................................................................................... | (Nota 9.a) | 4.622.988 | 5.044.811 |
| Setor Público ................................................................................................................................................ |  | 370.603 | 429.654 |
| Setor Privado ................................................................................................................................................ |  | 4.252.385 | 4.615.157 |
| (Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) ................................................................... | (Nota 9.a) | (273.991) | (270.167) |
| **OUTROS CRÉDITOS .....................................................................................................................................** |  | **2.705.704** | **2.104.551** |
| Diversos ......................................................................................................................................................... | (Nota 10.d) | 2.733.058 | 2.132.399 |
| (Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .............................................................................. | (Nota 10.e) | (27.354) | (27.848) |
| **PERMANENTE** |  | **232.473** | **241.780** |
| INVESTIMENTOS ............................................................................................................................................ |  | 1.592 | 1.591 |
| Outros Investimentos....................................................................................................................................... |  | 6.878 | 6.877 |
| (Provisão para Perdas) ................................................................................................................................... |  | (5.286) | (5.286) |
| IMOBILIZADO .................................................................................................................................................. |  | 230.318 | 220.241 |
| Imóveis de Uso ............................................................................................................................................... |  | 174.027 | 169.752 |
| Reavaliações de Imóveis de Uso..................................................................................................................... |  | 107.132 | 107.132 |
| Outras Imobilizações de Uso .......................................................................................................................... |  | 314.731 | 303.583 |
| (Depreciações Acumuladas) ........................................................................................................................... |  | (365.572) | (360.226) |
| INTANGÍVEL ................................................................................................................................................... |  | 563 | 19.948 |
| Ativos Intangíveis............................................................................................................................................. |  | 563 | 19.948 |
| **TOTAL DO ATIVO...............................................................................................................................................** |  | **58.630.771** | **58.677.741** |

**.**

.

**.**

.

**.**

.

.

**.**

.

.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **P A S S I V O** | | | |
|  |  | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
|  |  | **Reapresentado** |
| **CIRCULANTE.......................................................................................................................................................** |  | **13.619.087** | **16.288.477** |
| **DEPÓSITOS ......................................................................................................................................................** | (Nota 13.b) | **5.870.828** | 6.750.628 |
| Depósitos a Vista............................................................................................................................................... |  | 405.302 | 328.683 |
| Depósitos de Poupança..................................................................................................................................... |  | 2.633.831 | 2.433.765 |
| Depósitos Interfinanceiros................................................................................................................................. |  | 1.165.021 | 1.559.993 |
| Depósitos a Prazo............................................................................................................................................. |  | 1.666.674 | 2.428.187 |
| **CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO ...........................................................................................................** | (Nota 13.c) | **1.545.801** | 1.372.662 |
| Carteira Própria................................................................................................................................................. |  | 1.545.801 | 1.227.897 |
| Carteira de Terceiros......................................................................................................................................... |  | - | 144.765 |
| **RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS ......................................................................................** | (Nota 15.b) | **46.107** | **1.311.459** |
| Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.............................................................. |  | 46.107 | 162.276 |
| Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior................................................................................... |  | - | 1.149.183 |
| **RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS....................................................................................................................** |  | **429** | **316** |
| Recebimentos e Pagamentos a Liquidar........................................................................................................... |  | 429 | 316 |
| **RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS................................................................................................................** |  | **3.493** | **8.108** |
| Recursos em Trânsito de Terceiros................................................................................................................... |  | 3.381 | 7.996 |
| Transferências Internas de Recursos................................................................................................................ |  | 112 | 112 |
| **OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS ..............................................................................................................** | (Nota 14.c) | **881.557** | **900.437** |
| Empréstimos no Exterior.................................................................................................................................... |  | 881.557 | 900.437 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS ...........................................................** | (Nota 14.b) | **102.555** | **131.908** |
| Tesouro Nacional............................................................................................................................................... |  | 168 | 162 |
| BNDES.............................................................................................................................................................. |  | 88.080 | 113.476 |
| FINAME............................................................................................................................................................. |  | 14.307 | 18.270 |
| **INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS ............................................................................................** | (Nota 7.c) | - | **21.591** |
| Instrumentos Financeiros Derivativos................................................................................................................ |  | - | 21.591 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR ............................................................................................** | (Nota 14.d) | **57.504** | **168.656** |
| Repasses do Exterior......................................................................................................................................... |  | 57.504 | 168.656 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES....................................................................................................................................** |  | **5.110.813** | **5.622.712** |
| Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .................................................................................... | (Nota 16.a) | 1.699 | 1.477 |
| Carteira de Câmbio ........................................................................................................................................... | (Nota 16.b) | 1.354 | 5.319 |
| Sociais e Estatutárias ....................................................................................................................................... | (Nota 16.c) | 337.855 | 179.662 |
| Fiscais e Previdenciárias .................................................................................................................................. | (Nota 16.d) | 951.086 | 594.593 |
| Negociação e Intermediação de Valores .......................................................................................................... | (Nota 16.e) | 153 | 153 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ...................................................................................................... | (Nota 16.f) | 1.193.931 | 2.357.803 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital........................................................................................................ | (Nota 17) | 250.000 | - |
| Diversas ............................................................................................................................................................ | (Nota 16.i) | 2.374.735 | 2.483.705 |
| **EXIGÍVEL A LONGO PRAZO** |  | **39.584.279** | **38.176.385** |
| **DEPÓSITOS ......................................................................................................................................................** | (Nota 13.b) | **6.379.026** | **6.063.633** |
| Depósitos a Prazo............................................................................................................................................. |  | 6.379.026 | 6.063.633 |
| **CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO ...........................................................................................................** | (Nota 13.c) | **5.924** | **8.819** |
| Carteira Própria................................................................................................................................................. |  | 5.924 | 8.819 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS ............................................................** | (Nota 14.d) | **1.065.182** | **1.090.110** |
| Tesouro Nacional............................................................................................................................................... |  | 337 | 320 |
| BNDES.............................................................................................................................................................. |  | 1.030.853 | 1.041.974 |
| FINAME............................................................................................................................................................. |  | 33.992 | 47.816 |
| **OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR ............................................................................................** | (Nota 14.d) | **374.358** | **411.946** |
| Repasses do Exterior......................................................................................................................................... |  | 374.358 | 411.946 |
| **OUTRAS OBRIGAÇÕES ...................................................................................................................................** |  | **31.759.789** | **30.601.877** |
| Fiscais e Previdenciárias .................................................................................................................................. | (Nota 16.d) | 401.124 | 115.998 |
| Fundos Financeiros e de Desenvolvimento ...................................................................................................... | (Nota 16.f) | 22.462.547 | 23.114.932 |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital ........................................................................................................ | (Nota 17) | 2.545.199 | 2.369.446 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital........................................................................................................ | (Nota 17) | 1.301.040 | 1.000.000 |
| Diversas............................................................................................................................................................. | (Nota 18) | 5.049.879 | 4.001.501 |
| **PATRIMÔNIO LÍQUIDO** ..................................................................................................................................... | (Nota 19) | **5.427.405** | **4.212.879** |
| CAPITAL ............................................................................................................................................................ |  | 3.813.000 | 2.844.000 |
| De Domiciliados no País.................................................................................................................................... |  | 3.813.000 | 2.844.000 |
| RESERVAS DE REAVALIAÇÃO........................................................................................................................ |  | 13.726 | 13.979 |
| RESERVAS DE LUCROS................................................................................................................................... |  | 2.651.514 | 2.277.391 |
| AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL ....................................................................................................... |  | (1.050.835) | (950.962) |
| LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS........................................................................................................ |  | - | 28.471 |
| **TOTAL DO PASSIVO..........................................................................................................................................** |  | **58.630.771** | **58.677.741** |

.

.

**.**

.

**.**

.

.

.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  **Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019**  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | | |
|  |  | **2º Sem/2019** | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **Reapresentado** |
| **RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA..........................................................................................................** |  | **2.632.780** | **5.489.910** | **5.105.949** |
| Operações de Crédito................................................................................................................................................... | (Nota 9.a.2) | 1.382.260 | 2.701.552 | 1.893.376 |
| Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários ........................................................................................ | (Nota 7.b) | 1.140.388 | 2.548.592 | 2.731.858 |
| Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos .................................................................................................. | (Nota 7.d) | - | 47.343 | 144.398 |
| Resultado de Operações de Câmbio ............................................................................................................................ | (Nota 11.b) | 97.822 | 167.308 | 310.953 |
| Resultado das Aplicações Compulsórias ..................................................................................................................... | (Nota 8.b) | 12.310 | 25.115 | 25.364 |
| **DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.........................................................................................................** |  | **(1.371.411)** | **(2.981.897)** | **(3.570.687)** |
| Operações de Captação no Mercado............................................................................................................................ | (Nota 13.d) | (369.104) | (858.758) | (988.528) |
| Operações de Empréstimos e Repasses...................................................................................................................... | (Nota 14.e) | (820.685) | (1.725.018) | (2.121.141) |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .......................................................................................................... | (Nota 9.e) | (181.622) | (398.121) | (461.018) |
| **RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA.........................................................................................** |  | **1.261.369** | **2.508.013** | **1.535.262** |
| **OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....................................................................................................** | (Nota 19) | **11.969** | **(67.354)** | **(272.927)** |
| Receitas de Prestação de Serviços............................................................................................................................... |  | 1.395.889 | 2.628.904 | 2.461.703 |
| Rendas de Tarifas Bancárias........................................................................................................................................ |  | 53.681 | 98.426 | 77.005 |
| Despesas de Pessoal: |  | (1.002.588) | (2.002.378) | (2.001.459) |
| Despesas de Pessoal................................................................................................................................................. |  | (866.812) | (1.728.086) | (1.734.361) |
| Benefícios Pós-Emprego............................................................................................................................................ |  | (135.776) | (274.292) | (267.098) |
| Outras Despesas Administrativas................................................................................................................................. |  | (664.678) | (1.286.167) | (1.222.206) |
| Despesas Tributárias.................................................................................................................................................... |  | (148.947) | (326.982) | (312.696) |
| Outras Receitas Operacionais....................................................................................................................................... |  | 1.004.221 | 2.044.497 | 1.888.307 |
| Outras Despesas Operacionais..................................................................................................................................... |  | (625.609) | (1.223.654) | (1.163.581) |
| **RESULTADO OPERACIONAL ......................................................................................................................................** |  | **1.273.338** | **2.440.659** | **1.262.335** |
| **RESULTADO NÃO OPERACIONAL..............................................................................................................................** |  | **(2.507)** | **(5.826)** | **3.503** |
| **RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES......................................................** |  | **1.270.831** | **2.434.833** | **1.265.838** |
| **IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....................................................................................................** | (Nota 20) | **(220.007)** | **(592.902)** | **(481.612)** |
| Provisão para Imposto de Renda.................................................................................................................................. |  | (209.954) | (365.360) | (204.382) |
| Provisão para Contribuição Social ................................................................................................................................ |  | (165.112) | (261.312) | (163.965) |
| Ativo Fiscal Diferido....................................................................................................................................................... |  | 155.059 | 33.770 | (113.265) |
| **PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO...........................................................................................................** |  | **(58.916)** | **(105.246)** | **(47.208)** |
| **LUCRO LÍQUIDO............................................................................................................................................................** |  | **991.908** | **1.736.685** | **737.018** |
| Nº de Ações (em mil) ................................................................................................................................................... |  | 86.371 | 86.371 | 86.371 |
| Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R$)............................................................................................................ |  | 11,48 | 20,11 | 8,53 |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findos em 31 de Dezembro de 2019  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | | | | | | | |
| **E V E N T O S** | **CAPITAL REALIZADO** | | **RESERVAS DE REAVALIAÇÃO** | **RESERVAS DE LUCROS** | | | **AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL** | **LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS** | **T O T A L** |
| **CAPITAL** | **AUMENTO DE CAPITAL** | **ATIVOS PRÓPRIOS** | **LEGAL** | **RESERVA PARA MARGEM OPERACIONAL** | **RESERVA PARA EQUALIZAÇÃO DE DIVIDENDOS COMPLEMENTARES** |
| **SALDOS EM 31.12.2017 REAPRESENTADOS** | **2.844.000** | **-** | **11.769** | **271.416** | **1.413.610** | **-** | **(850.954)** | **60.870** | **3.750.711** |
| **AJUSTES RESOLUÇÃO CMN Nº 4.535, LÍQUIDOS DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS:** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **DEPRECIAÇÃO** |  | **19.343** | **19.343** |
| **ESTORNO DE REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAVLIAÇÃO** | **2.254** | **(2.254)** | **-** |
| **SALDOS EM 31.12.2017 AJUSTADOS** | **2.844.000** | **-** | **14.023** | **271.416** | **1.413.610** | **-** | **(850.954)** | **77.959** | **3.770.054** |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Credores............................................................................................................................................................................................... |  |  |  |  |  | 5.866 | 5.866 |
| Devedores............................................................................................................................................................................................ |  |  |  |  |  | (13.922) | (13.922) |
| AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)............................................................................................................................. |  |  |  |  | 68.325 |  | 68.325 |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)......................................................................................................... |  |  |  |  | (168.333) |  | (168.333) |
| OUTROS EVENTOS: |  |  |  |  |  |  |  |
| Reavaliação de Ativos: |  |  |  |  |  |  |  |
| Realização de Reserva de Reavaliação (Líquida dos Efeitos Tributários)......................................................................................... | (177) |  |  |  |  | 177 | **-** |
| Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação (Líquido dos Efeitos Tributários) (Resolução CMN Nº 4.535) ........................ | 133 |  |  |  |  | (133) | - |
| Transferência parte Reserva Estatutária conforme AGE 26032018 ................................................................................................. |  |  | (568.800) | 568.800 |  |  |  |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (REAPRESENTADO).................................................................................................................... |  |  |  |  |  | 737.018 | 737.018 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |
| Reservas............................................................................................................................................................................................. |  | 36.275 | 556.090 |  |  | (592.365) | - |
| JCP antecipados atualizados monetariamente.................................................................................................................................. |  |  |  |  |  | (54.642) | (54.642) |
| Provisão de JCP complementares do exercício................................................................................................................................. |  |  |  |  |  | (131.487) | (131.487) |
| **SALDOS EM 31.12.2018 REAPRESENTADOS...................................................................................................................................** | **2.844.000** | **-** | **13.979** | **307.691** | **1.400.900** | **568.800** | **(950.962)** | **28.471** | **4.212.879** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO................................................................................................................................................................** | **-** | **-** | **(44)** | **36.275** | **(12.710)** | **568.800** | **(100.008)** | **(49.488)** | **442.825** |
| **SALDOS EM 31.12.2018 REAPRESENTADOS...................................................................................................................................** | **2.844.000** | **-** | **13.979** | **307.691** | **1.400.900** | **568.800** | **(950.962)** | **28.471** | **4.212.879** |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Credores................................................................................................................................................................................................. |  |  |  |  |  |  |  | 431 | 431 |
| Devedores.............................................................................................................................................................................................. |  |  |  |  |  |  |  | (919) | (919) |
| AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)............................................................................................................................... |  |  |  |  |  |  | 479.801 |  | 479.801 |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)........................................................................................................... |  |  |  |  |  |  | (579.674) |  | (579.674) |
| AUMENTO DE CAPITAL: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Transferência para Aumento de Capital..............................................................................................................................................  Incorporação ao Capital ...................................................................................................................................................................... | 969.000 | 969.000  (969.000) |  |  | (969.000) |  |  |  | **-**  **-** |
| Reavaliação de Ativos: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Constituição de Reservas (Líquida dos Efeitos Tributários)............................................................................................................. |  |  | (211) |  |  |  |  | (1.573) | (1.784) |
| Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535.................................................................... |  |  | (42) |  |  |  |  | 42 | **-** |
| LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO........................................................................................................................................................ |  |  |  |  |  |  |  | 1.736.685 | 1.736.685 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Reservas.............................................................................................................................................................................................. |  |  |  | 86.834 | 1.062.489 | 193.800 |  | (1.343.123) | **-** |
| Remuneração do Capital a Pagar: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Dividendos.......................................................................................................................................................................................... |  |  |  |  |  |  |  | (83.910) | (83.910) |
| Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)................................................................................................................................................. |  |  |  |  |  |  |  | (332.857) | (332.857) |
| Atualização Monetária dos Dividendos e JCP antecipados............................................................................................................. |  |  |  |  |  |  |  | (3.247) | (3.247) |
| **SALDOS EM 31.12.2019........................................................................................................................................................................** | **3.813.000** | **-** | **13.726** | **394.525** | **1.494.389** | **762.600** | **(1.050.835)** | **-** | **5.427.405** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO................................................................................................................................................................** | **969.000** | **-** | **(253)** | **86.834** | **93.489** | **193.800** | **(99.873)** | **(28.471)** | **1.214.526** |
| **SALDOS EM 30.06.2019........................................................................................................................................................................** | **3.813.000** | **-** | **13.949** | **344.930** | **982.671** | **568.800** | **(995.568)** | **-** | **4.727.782** |
| AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| Credores................................................................................................................................................................................................. |  |  |  |  |  | 431 | 431 |
| AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL: |  |  |  |  |  |  |  |
| Ajustes de TVM (Líquidos dos Efeitos Tributários)............................................................................................................................... |  |  |  |  | 161.448 |  | 161.448 |
| Ganhos ou Perdas Atuariais (Líquidos dos Efeitos Tributários)........................................................................................................... |  |  |  |  | (216.715) |  | (216.715) |
| OUTROS EVENTOS: |  |  |  |  |  |  |  |
| Reavaliação de Ativos: |  |  |  |  |  |  |  |
| Estorno e Realização de Reserva de Reavaliação Res. CMN N° 4.535 (Líquida dos Efeitos Tributários)..................................... | (223) |  |  |  |  | (1.561) | (1.784) |
| LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE........................................................................................................................................................ |  |  |  |  |  | 991.908 | 991.908 |
| Destinações: |  |  |  |  |  |  |  |
| Reservas.............................................................................................................................................................................................. |  | 49.595 | 511.718 | 193.800 |  | (755.113) | - |
| Remuneração do Capital a Pagar: |  |  |  |  |  |  |  |
| Dividendos.......................................................................................................................................................................................... |  |  |  |  |  | (66.403) | (66.403) |
| Juros Sobre o Capital Próprio (JCP)................................................................................................................................................. |  |  |  |  |  | (166.015) | (166.015) |
| Atualização Monetária dos Dividendos e JCP antecipados............................................................................................................. |  |  |  |  |  | (3.247) | (3.247) |
| **SALDOS EM 31.12.2019........................................................................................................................................................................** | **3.813.000** | **-** | **13.726** | **394.525** | **1.494.389** | **762.600** | **(1.050.835)** | **-** | **5.427.405** |
| **MUTAÇÕES DO SEMESTRE................................................................................................................................................................** | **-** | **-** | **(223)** | **49.595** | **511.718** | **193.800** | **(55.267)** | **-** | **699.623** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findos em 31 de Dezembro de 2019  Direção Geral e Agências no País (Valores em R$ Mil) | | | | |
|  |  | **2º Sem/2019** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
|  |  | **Reapresentado** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** |  |  |  |  |
| **Lucro Líquido do Semestre/Exercício.................................................................................................................** | (Nota 4.b) | **991.908** | **1.736.685** | **737.018** |
| **Ajustes ao Lucro Líquido:** |  |  |  |  |
| Despesas de Depreciação e Amortização............................................................................................................. | (Nota 12) | 5.873 | 11.608 | 10.103 |
| Provisão Líquida para Desvalorização de Outros Valores e Bens........................................................................ |  | (2.695) | (51) | 12 |
| Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa ...................................................................................... | (Nota 4.b) | 141.972 | 318.237 | 452.847 |
| Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa .......................................................................... | (Nota 4.b) | 39.650 | 79.884 | 8.171 |
| Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FNE) . ......................................................... | (Nota 19.f e g) | 214.246 | 354.277 | 495.878 |
| Provisão líquida para Garantias Financeiras Prestadas (Riscos do FDNE) ........................................................ |  | (29) | 12 | 586 |
| Provisão líquida para Contingências..................................................................................................................... | (Nota 21) | 113.432 | 155.079 | 52.154 |
| Provisão líquida para Outras Contingências......................................................................................................... |  | 17.843 | 60.875 | 82.258 |
| Passivos Atuariais (Benefícios pós-emprego) ...................................................................................................... |  | 135.017 | 272.880 | 266.132 |
| Provisão sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal................................................................... | (Nota 28 a.3) | 82.456 | 239.988 | 173.481 |
| Atualização Monetária de Depósitos Judiciais ..................................................................................................... | (Nota 13.d) | 8.262 | 17.072 | 26.485 |
| Ativo Fiscal Diferido............................................................................................................................................... |  | (155.059) | (33.770) | (113.265) |
| Provisão Líquida para Perdas em Créditos Vinculados-SFH................................................................................ | (Nota 8.b) | (49) | (98) | (95) |
| Atualização sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal............................................................... | (Nota 19.g) | - | 4.674 | 4.365 |
| Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais............................................................................................... |  | (7.779) | (14.043) | (12.716) |
| Provisão para encargos sobre emissão de Letras Financeiras ............................................................................ | (Nota 13.d) | 26.374 | 28.446 | - |
| **Lucro Líquido Ajustado do Semestre/Exercício.................................................................................................** |  | **1.611.422** | **3.231.755** | **2.183.414** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez................................................................................................................ |  | 109.019 | 197.872 | (47.669) |
| Relações Interfinanceiras e Interdependências .................................................................................................... |  | (38.925) | (32.798) | 13.535 |
| Operações de Crédito............................................................................................................................................ |  | (589.429) | (706.535) | (396.209) |
| Outros Créditos...................................................................................................................................................... |  | (578.077) | (626.095) | 360.658 |
| Outros Valores e Bens........................................................................................................................................... |  | (7.005) | (4.431) | 6.526 |
| Depósitos............................................................................................................................................................... |  | (127.062) | (581.481) | 979.594 |
| Captações no Mercado Aberto ............................................................................................................................. |  | (18.472) | 170.245 | 395.034 |
| Recursos de Aceites e Emissão de Títulos........................................................................................................... |  | (95.457) | (56.771) | 122.190 |
| Obrigações por Empréstimos e Repasses............................................................................................................ |  | (148.304) | (221.900) | (404.221) |
| Instrumentos Financeiros Derivativos.................................................................................................................... |  | - | 564.072 | (137.560) |
| Outras Obrigações................................................................................................................................................. |  | (1.976.402) | (623.828) | 1.764.289 |
| Estorno de Realização da Reserva de Reavaliação - Resolução CMN Nº 4.535................................................. |  | (4.171) | (1.573) | - |
| Realização de Reserva de Reavaliação de junho de 2019-Resolução CMN Nº 4.535......................................... |  | 30 | (211) | - |
| Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.................................................................................................... |  | (217.431) | (352.658) | (389.721) |
| Ajustes de Exercícios Anteriores........................................................................................................................... |  | (28.070) | (488) | (8.057) |
| **CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS..............................................................** |  | **(2.108.334)** | **955.175** | **4.441.803** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO** |  |  |  |  |
| Inversões em Investimentos................................................................................................................................... |  | - | (1) | - |
| Inversões em Imobilizado de Uso........................................................................................................................... |  | 34.642 | (25.854) | (39.970) |
| Inversões em Bens Não de Uso Próprio................................................................................................................ |  | (321) | (6.748) | (1.239) |
| Alienação de Imobilizado de Uso............................................................................................................................ |  | 3.774 | 4.169 | 2.602 |
| Baixa de Ativo Intangível........................................................................................................................................ |  | - | 19.385 | - |
| Alienação de Bens Não de Uso Próprio................................................................................................................. |  | 4.614 | 7.758 | 122 |
| Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda........................................................................................... |  | (1.242.937) | (3.422.543) | (9.286.329) |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO................................................................................** |  | **(1.200.228)** | **(3.423.834)** | **(9.324.814)** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |  |
| Pagamento de Dividendos..................................................................................................................................... |  | (184.240) | (315.261) | (147.010) |
| Pagamento de Juros sobre Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal ............................................... |  | - | (178.156) | (196.838) |
| Pagamento de Eurobônus..................................................................................................................................... |  | - | (1.208.582) | - |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.............................................................................** |  | **(184.240)** | **(1.701.999)** | **(343.848)** |
| **Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....................................................................................** |  | **(3.492.802)** | **(4.170.658)** | **(5.226.859)** |
| **DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA** |  |  |  |  |
| No Início do Semestre/Exercício............................................................................................................................................... |  | 6.937.253 | 7.615.109 | 12.841.968 |
| No Fim do Semestre/Exercício.................................................................................................................................................. |  | 3.444.451 | 3.444.451 | 7.615.109 |
| **Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....................................................................................** |  | **(3.492.802)** | **(4.170.658)** | **(5.226.859)** |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019 Direção Geral e Agências no País  (Valores em R$ Mil) | | | | | | |
| **RECEITAS**  Intermediação Financeira  Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Outras Receitas/Despesas  **DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS**  Materiais, Energia e Outros Serviços de Terceiros **Outras**  Processamento de Dados e Telecomunicações Propaganda, Promoções e Publicações Transportes  Segurança Viagens Outras  **VALOR ADICIONADO BRUTO RETENÇÕES**  Depreciação, amortização e exaustão  **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR**  **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO PESSOAL**  **REMUNERAÇÃO DO TRABALHO**  Proventos  Participação nos lucros  **BENEFÍCIOS**  Provisões (Benefícios pós-emprego) Benefícios - Outros  **FGTS**  **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**  Federais Estaduais Municipais  **REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS**  Aluguéis  **REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**  União Outros **DIVIDENDOS**  União Outros  **LUCROS RETIDOS NO SEMESTRE/EXERCÍCIO** | **2º Sem/2019** | **%** | **31.12.2019** | **%** | **31.12.2018** | **%** |
| **Reapresentado** |
| **4.276.833** |  | **8.634.136** |  | **7.911.868** |  |
| 2.632.780 |  | 5.489.910 |  | 5.105.949 |  |
| 1.449.570 |  | 2.727.330 |  | 2.538.708 |  |
| (181.622) |  | (398.121) |  | (461.018) |  |
| 376.105 |  | 815.017 |  | 728.229 |  |
| **(1.189.789)** |  | **(2.583.776)** |  | **(3.109.669)** |  |
| **(639.037)** |  | **(1.237.200)** |  | **(1.176.534)** |  |
| (46.191) |  | (92.492) |  | (87.939) |  |
| (359.307) |  | (687.731) |  | (610.794) |  |
| **(233.539)** |  | **(456.977)** |  | **(477.801)** |  |
| (125.811) |  | (261.708) |  | (275.326) |  |
| (13.722) |  | (21.868) |  | (28.327) |  |
| (16.029) |  | (29.643) |  | (30.877) |  |
| (33.151) |  | (64.678) |  | (60.618) |  |
| (8.027) |  | (15.873) |  | (17.449) |  |
| (36.799) |  | (63.207) |  | (65.204) |  |
| **2.448.007** |  | **4.813.160** |  | **3.625.665** |  |
| **(5.872)** |  | **(11.608)** |  | **(10.103)** |  |
| (5.872) |  | (11.608) |  | (10.103) |  |
| **2.442.135** |  | **4.801.552** |  | **3.615.562** |  |
| **2.442.135** |  | **4.801.552** |  | **3.615.562** |  |
| **2.442.135** |  | **4.801.552** |  | **3.615.562** |  |
| **921.811** | **37,75** | **1.833.148** | **38,18** | **1.780.987** | **49,26** |
| **645.121** | **26,42** | **1.281.338** | **26,69** | **1.233.850** | **34,13** |
| 586.205 |  | 1.176.092 |  | 1.186.642 |  |
| 58.916 |  | 105.246 |  | 47.208 |  |
| **231.163** | **9,47** | **462.344** | **9,63** | **459.804** | **12,72** |
| 135.776 |  | 274.292 |  | 267.098 |  |
| 95.387 |  | 188.052 |  | 192.706 |  |
| **45.527** | **1,86** | **89.466** | **1,86** | **87.333** | **2,42** |
| **508.648** | **20,83** | **1.194.361** | **24,87** | **1.061.988** | **29,37** |
| 485.033 |  | 1.150.552 |  | 1.024.141 |  |
| 37 |  | 72 |  | 39 |  |
| 23.578 |  | 43.737 |  | 37.808 |  |
| **19.768** | **0,81** | **37.358** | **0,78** | **35.569** | **0,98** |
| 19.768 |  | 37.358 |  | 35.569 |  |
| **991.908** | **40,62** | **1.736.685** | **36,17** | **737.018** | **20,38** |
| **168.954** | **6,92** | **335.796** | **6,99** | **186.129** | **5,15** |
| 93.692 |  | 186.213 |  | 94.926 |  |
| 75.262 |  | 149.583 |  | 91.203 |  |
| **66.711** | **2,73** | **84.218** | **1,75** | **-** |  |
| 36.994 |  | 46.702 |  | - |  |
| 29.717 |  | 37.516 |  | - |  |
| **756.243** | **30,97** | **1.316.671** | **27,42** | **550.889** | **15,24** |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**

## Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

###### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado Índice das Notas Explicativas

|  |  |
| --- | --- |
| Nota 1 - O Banco e suas Características | Nota 17 - Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital |
| Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações  Financeiras | Nota 18 - Patrimônio Líquido |
| Nota 3 - Resumo das Principais Práticas Contábeis | Nota 19 - Outras Receitas/Despesas Operacionais |
| Nota 4 - Informações por Segmento | Nota 20 - Impostos e Contribuições |
| Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa | Nota 21 - Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias |
| Nota 6 - Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | Nota 22 - Remuneração Paga a Funcionários e Administradores |
| Nota 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos |
| Nota 8 - Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados | Nota 23 - Benefícios Pós-Emprego |
| Nota 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas | Nota 24 - Participação nos Lucros (PLR) |
| Nota 10 - Outros Créditos | Nota 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) |
| Nota 11 - Carteira de Câmbio | Nota 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) |
| Nota 12 - Permanente |
| Nota 13 - Depósitos e Captações no Mercado Aberto, Recursos de  Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas | Nota 27 - Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia |
| Nota 28 - Partes Relacionadas |
| Nota 14 - Obrigações por Empréstimos e Repasses | Nota 29 - Demonstração do Resultado Abrangente |
| Nota 15 - Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | Nota 30 - Outras Informações |
| Nota 16 - Outras Obrigações |  |

**NOTA 1 - O Banco e suas Características**

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

###### NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404, de 15.12.1976 e alterações posteriores), normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nestas Demonstrações, conforme abaixo:

* CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
* CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
* CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM n° 640, de 07.10.2010);
* CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
* CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
* CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
* CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
* CPC 22 – Informações por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
* CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
* CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
* CPC 25 –Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
* CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Deliberação CVM nº 760, de 22.12.2016);
* CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução nº 4.535, de 24.11.2016, do CMN);
* CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
* CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
* CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

###### NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

1. **Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

###### Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério *pro rata temporis*.

###### Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do FNE classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo, e os exigíveis, no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, de acordo com as datas de vencimento.

###### Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

###### Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

###### Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, e estão registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e dos Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida observando-se critérios consistentes e verificáveis, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) e B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão);

2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na B3 S.A.; e

3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio; neste caso, o valor presente é apurado mediante fluxo de caixa descontado pela taxa de mercado, líquido do fator de risco e do desconto pela baixa liquidez, a exemplo de Letras Financeiras e Debêntures.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo defluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento, que não tenham caráter de perdas temporárias, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição, atualizado pelos rendimentos, é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

###### Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de resultado. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Hedge Accounting

Considerando o risco da exposição cambial, bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* (registrado como parte do seu valor contábil) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de riscos durante toda a operação, estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Espera-se que um *hedge* seja altamente efetivo se a variação no valor de mercado, ou o fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge,* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

###### Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

São classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação,

aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por, no mínimo, cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos.

###### Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

###### Permanente

**Investimentos**: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

**Imobilizado de Uso:** avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos e obras de arte não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano.

**Intangível:** corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

###### Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 15%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. A Emenda Constitucional nº 103/2019 elevou a alíquota da CSLL para 20%, a partir de 01.03.2020. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% a 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de**:** provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor de mercado, receitas oriundas de renegociações - tributadas pelo regime de caixa (artigo 12, § 2º da Lei nº 9.430 de 27.12.1996), depreciação etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico realizado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no período de realização destes ativos. No Ativo, os créditos tributários são registrados em “Outros créditos – Diversos”, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002 e pela Circular Bacen n° 3.171/2002. No caso dos Passivos Fiscais Diferidos, a legislação societária não estabeleceu critérios para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os Ativos e Passivos Fiscais Diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

* + Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei nº 9.430/1996;
  + Demais Provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc);
  + Ajuste a Valor de Mercado: prazo do contrato;
  + Receitas oriundas de renegociações, tributadas pelo regime de caixa (art. 12, § 2º da Lei nº 9.430/1996): cronograma de reembolso do crédito; e
  + Depreciação: previsão da apropriação das despesas de depreciação.

Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando resultam de uma transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

###### Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

###### Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério *pro rata die.*

1. **Redução ao Valor Recuperável de Ativos *(Impairment)***

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

###### Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis e Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

###### Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extra mercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

###### Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP poderão ser imputados ao dividendo mínimo.

###### Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida, como também, para constituição e realização de Ativo/Passivo Fiscal Diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

###### Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

###### Reapresentação de Saldos Comparativos

No exercício, o Banco recalculou a vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação.

Conforme CPC nº 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – recepcionado por meio da Resolução nº 4.007, do CMN, esses recálculos foram reconhecidos de forma retrospectiva e geraram os seguintes efeitos sobre os saldos de 31.12.2018, que estão sendo reapresentados:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **BALANÇOS PATRIMONIAIS** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Ativo Permanente** | **193.002** | **48.778** | **241.780** |
| **Imobilizado de Uso** | **171.463** | **48.778** | **220.241** |
| (Depreciação Acumulada) | (409.004) | 48.778 | (360.226) |
| **Total do Ativo** | **58.628.963** | **48.778** | **58.677.741** |
| **Passivo Exigível a Longo Prazo** | **38.158.465** | **17.920** | **38.176.385** |
| **Outras Obrigações** | **30.583.957** | **17.920** | **30.601.877** |
| Fiscais e Previdenciárias | 98.078 | 17.920 | 115.998 |
| **Patrimônio Líquido** | **4.182.021** | **30.858** | **4.212.879** |
| Reservas de Reavaliação | 11.592 | 2.387 | 13.979 |
| Lucros ou Prejuízos Acumulados (LPA) | - | 28.471 | 28.471 |
| **Total do Passivo** | **58.628.963** | **48.778** | **58.677.741** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Outras Despesas Administrativas** | **(1.241.249)** | **19.043** | **(1.222.206)** |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(474.084)** | **(7.528)** | **(481.612)** |
| Provisão para Imposto de Renda | (199.677) | (4.705) | (204.382) |
| Provisão para Contribuição Social | (161.142) | (2.823) | (163.965) |
| **Lucro Líquido** | **725.503** | **11.515** | **737.018** |
| **Lucro Líquido por Ação (Básico/Diluído) – em R$** | **8,400** | **0,133** | **8,533** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Patrimônio Líquido** | **4.182.021** | **30.858** | **4.212.879** |
| **Reserva de Reavaliação** | **11.592** | **2.387** | **13.979** |
| **Lucros ou Prejuízos Acumulados** | **-** | **28.471** | **28.471** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES**  **OPERACIONAIS** |  |  |  |
| **Lucro Líquido do Exercício** | **725.503** | **11.515** | **737.018** |
| Depreciação, Amortização e Exaustão | (29.146) | 19.043 | (10.103) |
| **Lucro Líquido Ajustado** | **2.190.942** | **(7.528)** | **2.183.414** |
| Outras Obrigações | 1.756.761 | 7.528 | 1.764.289 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Retenções** | **(29.146)** | **19.043** | **(10.103)** |
| **Depreciação, Amortização e Exaustão** | **(29.146)** | **19.043** | **(10.103)** |
| **IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES** | **1.054.460** | **7.528** | **1.061.988** |
| Federais | 1.016.613 | 7.528 | 1.024.141 |
| **REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS** | 725.503 | 11.515 | 737.018 |
| **LUCROS RETIDOS NO EXERCÍCIO** | 539.374 | 11.515 | 550.889 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE** | **31.12.2018** | | |
| **Original** | **Ajuste** | **Reapresentado** |
| **Lucro Líquido** | **725.503** | **11.515** | **737.018** |
| **Outros Resultados Abrangentes** | **(99.831)** | **(133)** | **(99.964)** |
| Realização de Reserva de Reavaliação | 322 | (145) | 177 |
| Efeito Tributário sobre a Realização de  Reserva de Reavaliação | (145) | 12 | (133) |
| **Resultado Abrangente** | **625.672** | **(11.382)** | **637.054** |

###### NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

1. Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
2. FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os períodos findos em 31.12.2019 e 31.12.2018.

A tabela a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | | | **01.01 a 31.12.2019** | | | **01.01 a 31.12.2018**  **Reapresentado** | | |
| **Carteira**  **Própria** | **FNE** | **Total** | **Carteira**  **Própria** | **FNE** | **Total** | **Carteira**  **Própria** | **FNE** | **Total** |
| **Receitas** | **2.077.572** | **1.556.922** | **3.634.494** | **4.381.526** | **3.147.055** | **7.528.581** | **3.961.107** | **3.036.651** | **6.997.758** |
| Receitas de Operações de Crédito | 1.382.260 | - | 1.382.260 | 2.701.552 | - | 2.701.552 | 1.893.376 | - | 1.893.376 |
| Resultado de Operações com Títulos e  Valores Mobiliários | 428.951 | 711.437 | 1.140.388 | 1.015.985 | 1.532.607 | 2.548.592 | 1.057.914 | 1.673.944 | 2.731.858 |
| Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos | - | - | - | 47.343 | - | 47.343 | 144.398 | - | 144.398 |
| Resultado de Operações de Câmbio | 97.822 | - | 97.822 | 167.308 | - | 167.308 | 310.953 | - | 310.953 |
| Resultado de Aplicações Compulsórias | 12.310 | - | 12.310 | 25.115 | - | 25.115 | 25.364 | - | 25.364 |
| Outras Receitas | 156.229 | 845.485 | 1.001.714 | 424.223 | 1.614.448 | 2.038.671 | 529.102 | 1.362.707 | 1.891.809 |
| **Despesas** | **(645.810)** | **(945.146)** | **(1.590.956)** | **(1.425.065)** | **(1.918.389)** | **(3.343.454)** | **(1.899.433)** | **(2.168.726)** | **(4.068.159)** |
| Despesas de Captação no Mercado | (369.104) | - | (369.104) | (858.758) | - | (858.758) | (988.528) | - | (988.528) |
| Despesas com Operações de Empréstimos e  Repasses | (95.084) | (725.601) | (820.685) | (168.186) | (1.556.832) | (1.725.018) | (449.887) | (1.671.254) | (2.121.141) |
| Provisão para Créditos de Liquidação  Duvidosa (Nota 9.e) | (181.622) | (219.545) | (401.167) | (398.121) | (361.557) | (759.678) | (461.018) | (497.465) | (958.483) |
| Provisão Proagro a Receber | - | - | - | - | - | - | - | (7) | (7) |
| **Margem Financeira** | **1.431.762** | **611.776** | **2.043.538** | **2.956.461** | **1.228.666** | **4.185.127** | **2.061.674** | **867.925** | **2.929.599** |
| Rendas de Prestação de Serviços | 385.794 | 1.010.095 | 1.395.889 | 693.876 | 1.935.028 | 2.628.904 | 614.989 | 1.846.714 | 2.461.703 |
| Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões | 53.681 | - | 53.681 | 98.426 | - | 98.426 | 77.005 | - | 77.005 |
| **Pasep e Cofins** | **(35.862)** | **(88.374)** | **(124.236)** | **(81.678)** | **(199.853)** | **(281.531)** | **(87.710)** | **(185.535)** | **(273.245)** |
| **Resultado após Tarifas e Comissões** | **1.835.375** | **1.533.497** | **3.368.872** | **3.667.085** | **2.963.841** | **6.630.926** | **2.665.958** | **2.529.104** | **5.195.062** |
| **Despesas Administrativas** |  |  | **(1.667.266)** |  |  | **(3.288.545)** |  |  | **(3.223.665)** |
| Despesas de Pessoal | (1.002.588) | (2.002.378) | (2.001.459) |
| Depreciação e Amortização | (5.873) | (11.609) | (10.103) |
| Outras Despesas Administrativas | (658.805) | (1.274.558) | (1.212.103) |
| **Outras Despesas** | **(299.501)** | **(691.595)** | **(570.629)** |
| **Despesas de Provisões, exceto Crédito** | **(131.274)** | **(215.953)** | **(134.930)** |
| **Lucro antes da Tributação e Participações** | **1.270.831** | **2.434.833** | **1.265.838** |
| Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro | (220.007) | (592.902) | (481.612) |
| Participações no Lucro | (58.916) | (105.246) | (47.208) |
| **Lucro Líquido** | **991.908** | **1.736.685** | **737.018** |

.

9

###### NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Disponibilidades em Moeda Nacional | 166.586 | 129.549 |
| Disponibilidades em Moeda Estrangeira | 1.939 | 3.879 |
| **Total da Disponibilidade de Caixa** | **168.525** | **133.428** |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez *(1)* | 3.275.926 | 7.481.681 |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **3.444.451** | **7.615.109** |

(1) Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

###### NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

1. **Composição**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **a) Aplicações no Mercado Aberto** | **3.275.927** | **7.626.446** |
| Revendas a Liquidar | 3.275.927 | 7.481.681 |
| Revendas a Liquidar-Posição Financiada | - | 144.765 |
| **b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros** | **100.431** | **153.538** |
| Aplicações em Moedas Estrangeiras | 24.440 | 45.188 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 75.991 | 108.350 |
| **Total** | **3.376.358** | **7.779.984** |
| Saldo de Curto Prazo | 3.376.358 | 7.779.984 |

1. **Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** |
| **a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)** | **166.344** | **393.012** | **712.116** |
| Posição Bancada | 165.113 | 387.929 | 704.614 |
| Posição Financiada | 1.231 | 5.083 | 7.502 |
| **b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)** | **1.609** | **5.233** | **6.892** |
| **Total** | **167.953** | **398.245** | **719.008** |

**NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos**

1. **Títulos e Valores Mobiliários**

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

###### Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Títulos Disponíveis para Venda | 39.423.052 | 35.550.260 |
| Títulos Mantidos até o Vencimento | 266.972 | 237.420 |
| Diferencial a Receber *Swap* | - | 585.664 |
| **Total** | **39.690.024** | **36.373.344** |
| Saldo de Curto Prazo | 1.747.783 | 1.296.313 |
| Saldo de Longo Prazo | 37.942.241 | 35.077.031 |

10

###### Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Títulos Disponíveis para Venda** | **31.12.2019** | | | | | | | | | **31.12.2018** | |
| **Valor de Mercado** | | | | | **Vencimento Final** | **Valor de Custo** | **Valor de Mercado (Contábil)** | **Ajuste a Mercado** | **Valor de Mercado (Contábil)** | **Ajuste a Mercado** |
| **Sem**  **Vencimento** | **0 a 30 dias** | **31 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360**  **dias** |
| **Títulos de Renda Fixa** | **13.000** | **-** | **-** | **1.525.861** | **37.111.997** |  | **38.278.918** | **38.650.858** | **371.940** | **35.065.997** | **(446.684)** |
| Letras Financeiras do Tesouro | **-** | **-** | - | 1.472.104 | 32.895.287 | 2020 a 2025 | 34.357.431 | 34.367.391 | 9.960 | 31.233.564 | 11.309 |
| Notas do Tesouro Nacional | **-** | **-** | - | - | 3.255.427 | 2050 a 2055 | 2.376.638 | 3.255.427 | 878.789 | 1.914.110 | 230.388 |
| Letras Financeiras | **-** | - | - | 53.735 | 833.334 | 2020 a 2022 | 920.896 | 887.069 | (33.827) | 1.807.566 | (57.936) |
| Debêntures (1) | 13.000 | **-** | **-** | - | 124.935 | 2026 a 2041 | 582.172 | 137.935 | (444.237) | 107.133 | (593.538) |
| Títulos Públicos Federais – FCVS | **-** | **-** | **-** | **-** | 2.959 | 2027 | 3.556 | 2.959 | (597) | 3.397 | (688) |
| Títulos Públicos Federais – Outros | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | 1993 | 38.141 | - | (38.141) | - | (36.196) |
| Títulos da Dívida Agrária | **-** | - | - | 22 | 55 | 2020 a 2022 | 84 | 77 | (7) | 227 | (23) |
| **Cotas de Fundos de Investimentos** | **487** | **-** | **-** | **-** | **-** |  | **2.089** | **487** | **(1.602)** | **431** | **(1.605)** |
| Fundos de Desenvolvimento Social (FDS) | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | Sem Vencimento | 1.602 | - | (1.602) | - | (1.605) |
| Fundo Garantidor para Investimentos (FGI) | 445 | **-** | **-** | - | - | Sem Vencimento | 445 | 445 | - | 400 | - |
| Fundo de Garantia de Operações (FGO) | 42 | - | - | **-** | **-** | Sem Vencimento | 42 | 42 | - | 31 | - |
| **Títulos de Renda Variável** | **53.739** | **-** | **-** | **-** | **-** |  | **23.241** | **53.739** | **30.498** | **34.671** | **11.430** |
| Outros Incentivos Fiscais – Finor | 171 | **-** | **-** | **-** | **-** | Sem Vencimento | 109 | 171 | 62 | 171 | 62 |
| Ações de Companhias Abertas | 53.568 | **-** | **-** | **-** | **-** | Sem Vencimento | 23.132 | 53.568 | 30.436 | 34.500 | 11.368 |
| **Títulos Dados em Garantia** (2) | **-** | - | - | **142.277** | **575.691** |  | **718.059** | **717.968** | **(91)** | **449.161** | **(336)** |
| Letras Financeiras do Tesouro | **-** | **-** | **-** | 142.277 | 575.691 | 2020 a 2025 | 717.093 | 717.968 | 875 | 440.262 | 594 |
| Títulos Públicos Federais – Outros | **-** | **-** | **-** | **-** | - | 1993 | 966 | - | (966) | - | (916) |
| Debêntures | **-** | **-** | **-** | - | - | - | - | - | - | 8.899 | (14) |
| **Total da Categoria** | **67.226** | - | - | **1.668.138** | **37.687.688** |  | **39.022.307** | **39.423.052** | **400.745** | **35.550.260** | **(437.195)** |
| Crédito Tributário (Nota 20.c) |  | | | | | | | | 231.429 |  | 279.464 |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d) | (413.323) | (103.221) |
| **Total do Ajuste a Valor de Mercado** | **218.851** | **(260.952)** |

(1) No exercício, foi reconhecido como perda de caráter permanente para as debêntures da carteira do Banco, o valor de R$ 126.781, consoante previsto no artigo 6º, da Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001

(2) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R$ 535.858 (R$ 270.805 em 31.12.2018); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R$ 3.265 (R$ 3.081 em 31.12.2018); Garantias em Processos Judiciais R$149.288 (R$ 147.388 em 31.12.2018); e Demais Garantias R$ 29.557 (R$ 27.887 em 31.12.2018).

A rubrica “Títulos Públicos Federais – Outros” dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Os referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar

no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria “Títulos Disponíveis para Venda”, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de R$ 400.745 ((R$ 437.195) em 31.12.2018). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R$ 218.851 ((R$ 260.952) em 31.12.2018).

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Títulos Mantidos até o Vencimento** | **31.12.2019** | | | | | | | **31.12.2018** | |
| **Valor de Custo** | | | | **Vencimento final** | **Valor de Custo (Contábil)** | **Valor de Mercado**  **(1)** | **Valor de Custo (Contábil)** | **Valor de Mercado (1)** |
| **0 a 30**  **dias** | **31 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360**  **dias** |
| **Títulos de Renda Fixa** | **-** | **-** | **12.419** | **254.553** |  | **266.972** | **251.995** | **237.420** | **184.507** |
| Notas do Tesouro Nacional NTN - P | **-** | **-** | **-** | 187.756 | 2030 | 187.756 | 172.779 | 176.986 | 124.073 |
| Cotas Fundo Investimento Criatec | **-** | **-** | **-** | 22.040 | 2021 | 22.040 | 22.040 | 13.923 | 13.923 |
| Cotas Fundo Investimento Criatec II | **-** | **-** | **-** | 14.963 | 2023 | 14.963 | 14.963 | 12.981 | 12.981 |
| Cotas Fundo Investimento Criatec III | **-** | **-** | **-** | 3.829 | 2026 | 3.829 | 3.829 | 2.289 | 2.289 |
| FIP Brasil Agronegócios | **-** | **-** | 12.419 | - | 2020 | 12.419 | 12.419 | 13.309 | 13.309 |
| Nordeste III FIP | **-** | **-** | - | 25.965 | 2023 | 25.965 | 25.965 | 17.932 | 17.932 |
| **Total da Categoria** | **-** | **-** | **12.419** | **254.553** |  | **266.972** | **251.995** | **237.420** | **184.507** |

**(1)** Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

* 1. No período, não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.
  2. A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até as datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.

###### Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b) | 166.344 | 393.012 | 712.116 |
| Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b) | 1.609 | 5.233 | 6.029 |
| Títulos de Renda Fixa | 970.902 | 2.148.621 | 2.013.340 |
| Títulos de Renda Variável | 1.533 | 1.726 | 373 |
| **Total** | **1.140.388** | **2.548.592** | **2.731.858** |

1. **Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)**

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 31.12.2019, o Banco não possui operações de *swap,* visto que os contratos venceram em 03.05.2019.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | |
| **Diferencial a Receber** | **Diferencial a Pagar** |
| Até 3 meses | - | - |
| 3 a 12 meses | 585.664 | 21.591 |
| 1 a 3 anos | - | - |
| **Total** | **585.664** | **21.591** |

**c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como *Hedge* de Risco de Mercado *(Hedge Accounting)***

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | | | | |
| **Instrumentos de *Hedge*** | **Valor da Curva** | | **Valor de Mercado** | | **Ajuste a Valor de Mercado** |
| **Ativo Dólar** | **Passivo**  **CDI** | **Ativo**  **Dólar** | **Passivo**  **CDI** |
| *Swap* - Moeda Estrangeira – Posição Ativa | 1.170.210 | 584.546 | 1.148.619 | 584.546 | (21.591) |
| **Item Objeto de *Hedge*** | **Valor da Curva(1)** | | **Valor de Mercado(1)** | | **Ajuste a**  **Valor de Mercado** |
| *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* | 1.170.493 | | 1.148.033 | | (22.460) |
| Crédito Tributário (Nota 20.c) |  | | | | - |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 20.d) |  | | | | (8.984) |

(1) Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R$ 1.150, em 31.12.2018, sobre os juros da operação.

As operações com instrumentos financeiros derivativos destinadas ao *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge*, *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

###### Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| *Swap* | - | 47.343 | 144.398 |
| **Total** | **-** | **47.343** | **144.398** |

**NOTA 8 – Créditos Vinculados**

1. **Créditos Vinculados**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | | **31.12.2018** | | |
| **Valor**  **Bruto** | **Provisão** | **Valor**  **Líquido** | **Valor**  **Bruto** | **Provisão** | **Valor**  **Líquido** |
| Recolhimentos Obrigatórios - Poupança | 518.222 | - | 518.222 | 486.835 | - | 486.835 |
| Reservas Compulsórias - Recursos à Vista | 7.069 | - | 7.069 | 13.184 | - | 13.184 |
| Sistema Financeiro da Habitação (SFH) | 83.126 | (8.375) | 74.751 | 78.858 | (8.277) | 70.581 |
| Tesouro Nacional – Crédito Rural | 152 | - | 152 | - | - | **-** |
| **Total** | **608.569** | **(8.375)** | **600.194** | **578.877** | **(8.277)** | **570.600** |
| Saldo de Curto Prazo | 525.291 | - | 525.291 | 500.019 | - | 500.019 |
| Saldo de Longo Prazo | 83.278 | (8.375) | 74.903 | 78.858 | (8.277) | 70.581 |

1. **Resultado de Aplicações Compulsórias**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central | 10.195 | 20.945 | 21.422 |
| Rendas de Créditos Vinculados ao SFH | 2.164 | 4.268 | 4.037 |
| Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados | (49) | (98) | (95) |
| **Total** | **12.310** | **25.115** | **25.364** |

**NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**

1. **Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | |
| **Valor Bruto** | **Provisão** | **Valor Bruto** | **Provisão** |
| **Operações de Crédito** | **10.035.283** | **(604.169)** | **9.659.746** | **(616.930)** |
| Curto Prazo | 5.412.295 | (330.178) | 4.614.935 | (346.763) |
| Longo Prazo | 4.622.988 | (273.991) | 5.044.811 | (270.167) |
| **Outras Rubricas com Características de Crédito** | **903.400** | **(89.761)** | **883.584** | **(10.729)** |
| Curto Prazo | 886.812 | (89.761) | 880.453 | (10.729) |
| Longo Prazo | 16.588 | - | 3.131 | - |
| **Total** | **10.938.683** | **(693.930)** | **10.543.330** | **(627.659)** |

* 1. **Composição da Carteira de Crédito**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Adiantamentos a Depositantes | 283 | 160 |
| Empréstimos | 5.371.883 | 4.460.331 |
| Títulos Descontados | 7.311 | 12.704 |
| Financiamentos | 1.583.077 | 1.540.865 |
| Financiamentos em Moedas Estrangeiras | 24.525 | 10.616 |
| Financiamentos Agroindustriais | 5.273 | 5.965 |
| Financiamentos Rurais | 1.162.224 | 1.366.030 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 1.880.707 | 2.263.075 |
| **Subtotal de Operações de Crédito** | **10.035.283** | **9.659.746** |
| Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos | 13.602 | 11.787 |
| Devedores por Compra de Valores e Bens | 15.894 | 662 |
| Títulos e Créditos a Receber (Nota 10.d) | 51.174 | 51.269 |
| Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio (1) (Nota 11.a) | 822.730 | 819.866 |
| **Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito** | **903.400** | **883.584** |
| **Total** | **10.938.683** | **10.543.330** |

(1) Contas classificadas como “Outras Obrigações/Carteira de Câmbio”.

###### Receitas de Operações de Crédito

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Empréstimos e Títulos Descontados | 593.654 | 1.132.575 | 869.288 |
| Financiamentos | 214.638 | 425.489 | 541.072 |
| Financiamentos Agroindustriais | 456 | 964 | 564 |
| Financiamentos Rurais | 313.546 | 645.155 | 234.606 |
| Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo | 259.966 | 497.369 | 247.846 |
| **Total** | **1.382.260** | **2.701.552** | **1.893.376** |

1. **Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento b.1) Créditos de Curso Normal** (1)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **01 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| Rural | 4.455 | 3.096 | 24.322 | 12.879 | 103.512 | 992.126 | 1.140.390 | 1.293.076 |
| Indústria | 29.541 | 45.305 | 35.025 | 113.628 | 649.907 | 1.334.395 | 2.207.801 | 2.381.250 |
| Governo | 3.233 | 3.298 | 29.568 | 9.309 | 29.908 | 370.602 | 445.918 | 615.268 |
| Outros Serviços | 114.902 | 103.723 | 88.637 | 204.411 | 303.570 | 1.477.105 | 2.292.348 | 2.308.207 |
| Comércio | 907.324 | 797.289 | 711.739 | 1.192.723 | 414.259 | 266.047 | 4.289.381 | 3.395.694 |
| Intermediários  Financeiros | 64 | 65 | 66 | 201 | 420 | 11.560 | 12.376 | 632 |
| Habitação | - | - | - | - | - | - | - | 157 |
| Pessoas Físicas | 25.862 | 10.801 | 6.722 | 12.416 | 10.812 | 8.824 | 75.437 | 83.739 |
| **Total 31.12.2019** | **1.085.381** | **963.577** | **896.079** | **1.545.567** | **1.512.388** | **4.460.659** | **10.463.651** |  |
| **Total 31.12.2018** | **953.785** | **874.408** | **711.446** | **1.281.809** | **1.384.987** | **4.871.588** |  | **10.078.023** |

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias

###### b.2) Créditos em Atraso

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vincendas** | | | | | | | | |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **01 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| Rural | 113 | 6 | 71 | 298 | 108 | 32 | 628 | 39.791 |
| Indústria | 3.260 | 2.639 | 2.598 | 7.759 | 12.312 | 78.446 | 107.014 | 36.626 |
| Outros Serviços | 7.201 | 1.640 | 1.524 | 4.606 | 7.920 | 44.765 | 67.656 | 87.010 |
| Comércio | 46.366 | 1.856 | 1.665 | 4.760 | 8.140 | 54.700 | 117.487 | 131.358 |
| Intermediários Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | 45 |
| Pessoas Físicas | 187 | 213 | 210 | 639 | 666 | 970 | 2.885 | 2.851 |
| **Total 31.12.2019** | **57.127** | **6.354** | **6.068** | **18.062** | **29.146** | **178.913** | **295.670** |  |
| **Total 31.12.2018** | **21.114** | **15.545** | **12.691** | **28.392** | **43.188** | **176.751** |  | **297.681** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Parcelas Vencidas** | | | | | | | | | |
| **Tipo**  **Cliente/Atividade** | **01 a 14**  **dias** | **15 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias**(1) | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| Rural | - | 115 | 6 | 793 | 217 | 153 | 25.196 | 26.480 | 39.126 |
| Indústria | 2.146 | 2.574 | 2.313 | 2.219 | 7.557 | 2.242 | 1 | 19.052 | 7.169 |
| Outros Serviços | 12.330 | 1.086 | 3.484 | 1.589 | 4.059 | 3.876 | 154 | 26.578 | 28.819 |
| Comércio | 87.155 | 1.045 | 1.898 | 1.655 | 4.060 | 4.602 | 12 | 100.427 | 84.726 |
| Intermediários  Financeiros | - | - | - | - | - | - | - | - | 27 |
| Pessoas Físicas | 27 | 597 | 786 | 553 | 1.683 | 3.077 | 102 | 6.825 | 7.759 |
| **Total 31.12.2019** | **101.658** | **5.417** | **8.487** | **6.809** | **17.576** | **13.950** | **25.465** | **179.362** |  |
| **Total 31.12.2018** | **14.772** | **13.229** | **17.966** | **13.816** | **31.026** | **39.277** | **37.540** |  | **167.626** |

(1) Incluem os valores referentes às operações de crédito contratadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26.02.1998 e classificadas no Ativo Circulante no Balanço Patrimonial.

###### Composição das Operações por Níveis de Risco

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Risco** | **31.12.2019** | | | | **31.12.2018** | | | |
| **Crédito**  **Normal (1)** | **Crédito em**  **Atraso** | **Total da**  **Carteira** | **Valor da**  **Provisão** | **Crédito**  **Normal (1)** | **Crédito em**  **Atraso** | **Total da**  **Carteira** | **Valor da**  **Provisão** |
| AA | 2.920.892 | - | 2.920.892 | - | 3.722.942 | - | 3.722.942 | - |
| A | 5.875.376 | - | 5.875.376 | (29.377) | 4.696.442 | - | 4.696.442 | (23.482) |
| B | 630.622 | 41.610 | 672.232 | (6.722) | 714.345 | 29.577 | 743.922 | (7.439) |
| C | 560.877 | 33.315 | 594.192 | (17.826) | 529.726 | 30.253 | 559.979 | (16.799) |
| D | 126.094 | 36.557 | 162.651 | (16.265) | 158.894 | 24.218 | 183.112 | (18.311) |
| E | 36.034 | 20.377 | 56.411 | (16.923) | 32.733 | 28.424 | 61.157 | (18.347) |
| F | 7.744 | 31.801 | 39.545 | (19.772) | 13.275 | 24.010 | 37.285 | (18.642) |
| G | 79.523 | 21.606 | 101.129 | (70.790) | 16.302 | 29.876 | 46.178 | (32.326) |
| H | 226.489 | 289.766 | 516.255 | (516.255) | 193.364 | 298.949 | 492.313 | (492.313) |
| **Total** | **10.463.651** | **475.032** | **10.938.683** | **(693.930)** | **10.078.023** | **465.307** | **10.543.330** | **(627.659)** |

(1) Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

###### Movimentação da Provisão no Período

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Saldo Inicial da Provisão para Perdas da Carteira de Crédito | 627.659 | 950.848 |
| (+) Constituição/(Reversão) de Provisão no Período | 398.121 | 460.408 |
| (-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período | (331.850) | (783.597) |
| **(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito** | **693.930** | **627.659** |
| Saldo Inicial da Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito | 27.848 | 27.238 |
| (+) Constituição de Provisão no Período | 153 | 834 |
| (-) Reversão de Provisão no Período | (647) | (224) |
| **(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota10.e)** | **27.354** | **27.848** |
| **(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa** | **721.284** | **655.507** |

1. **Composição do Saldo da Despesa de Provisão**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| (+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito | 141.973 | 318.237 | 452.847 |
| (+) Despesas de Provisão para Outros Créditos | 40.073 | 81.047 | 7.628 |
| (-) Reversões de Provisões Operacionais | (480) | (1.163) | (67) |
| **(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito** | **181.566** | **398.121** | **460.408** |
| (+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito | 56 | 56 | 835 |
| (-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de  Concessão de Crédito | - | (56) | (225) |
| **(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**  **(Nota 4)** | **181.622** | **398.121** | **461.018** |

1. **Garantias Financeiras Prestadas**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | |
| **Saldo** | **Provisão** | **Saldo** | **Provisão** |
| Outras Fianças Bancárias | - | - | 450 | - |
| **Setor Público** | **28.525.698** | **(2.748.825)** | **24.029.174** | **(2.990.936)** |
| FDNE (Notas 16.i e 21.f.2) | 136.129 | (1.234) | 131.323 | (1.222) |
| FNE (Notas 16.i e 21.f.2) | 28.387.515 | (2.747.591) | 23.887.363 | (2.989.707) |
| Proagro (Notas 16.i e 21.f.2) | 2.054 | - | 10.488 | (7) |

1. **Concentração de Crédito**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | |
| **Saldo** | **% da Carteira** | **Saldo** | **% da Carteira** |
| 10 Maiores devedores | 1.983.570 | 18,13 | 2.079.899 | 19,73 |
| 50 maiores devedores | 4.003.785 | 36,60 | 4.340.102 | 41,16 |
| 100 maiores devedores | 4.576.639 | 41,84 | 4.942.422 | 46,88 |

1. No exercício de 2019, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R$ 259.966 (R$ 247.846 em 31.12.2018) e as renegociações totalizaram R$ 1.024.023 (R$ 501.483 em 31.12.2018).

###### NOTA 10 – Outros Créditos

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **a) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)** | **855.128** | **868.658** |
| **b) Rendas a Receber** | **18.319** | **15.938** |
| **c) Negociação e Intermediação de Valores** | **20** | **12** |
| **d) Diversos** | **4.344.420** | **3.660.718** |
| Créditos Tributários sobre PCLD, Rap, Op. Alongadas, Provisões Contingenciais e PID (Nota 20.c) | 1.292.188 | 1.322.540 |
| Créditos Tributários sobre Provisões Atuariais (Nota 20.c) | 1.542.624 | 891.040 |
| Créditos Tributários sobre TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de *Hedge (Nota 20.c)* | 231.429 | 288.101 |
| Devedores por Depósitos em Garantia | 513.595 | 410.721 |
| Impostos e Contribuições a Compensar | 456.321 | 356.473 |
| Opções por Incentivos Fiscais | 26.748 | 26.748 |
| Títulos e Créditos a Receber (Nota 9.a.1) | 51.174 | 51.269 |
| Adiantamentos e Antecipações Salariais | 2.981 | 1.986 |
| Pagamentos a Ressarcir | 3.587 | 2.409 |
| Valores a Receber Bônus Rebate | 62.396 | 85.167 |
| Outros Valores | 161.377 | 224.264 |
| **e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa** | **(117.115)** | **(38.577)** |
| Com Características de Concessão de Crédito | (89.761) | (10.729) |
| Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d) | (27.354) | (27.848) |
| **Total** | **5.100.772** | **4.506.749** |
| Saldo de Curto Prazo | 2.395.068 | 2.402.198 |
| Saldo de Longo Prazo | 2.705.704 | 2.104.551 |

**NOTA 11 – Carteira de Câmbio**

1. **Composição**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Ativo – Outros Créditos (Nota 10.a)** | **855.128** | **868.658** |
| Câmbio Comprado a Liquidar | 841.527 | 856.751 |
| Direitos sobre Vendas de Câmbio | 629 | 5.354 |
| Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos | (629) | (5.233) |
| Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos | 13.601 | 11.786 |
| **Ativo Circulante (Nota 10.a)** | **855.128** | **868.658** |
| **Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)** | **1.354** | **5.319** |
| Obrigações por Compras de Câmbio | 823.454 | 819.866 |
| Câmbio Vendido a Liquidar | 629 | 5.318 |
| (Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1) | (822.730) | (819.866) |
| Outros Valores | 1 | 1 |
| **Passivo Circulante (Nota 16.b)** | **1.354** | **5.319** |

1. **Resultado de Câmbio**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Rendas de Câmbio | 98.472 | 168.261 | 311.799 |
| Despesas de Câmbio | (650) | (953) | (846) |
| **Total** | **97.822** | **167.308** | **310.953** |

**NOTA 12 – Permanente**

* 1. **Investimentos**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | **01.01.2019 a 31.12.2019** | | **31.12.2019** | |
| **Saldo Contábil** | **Movimentações** | | **Valor de Custo** | **Saldo Contábil** |
| **Adições** | **Baixas** |
| Ações e Cotas | 331 | - | - | 331 | 331 |
| Bens Artísticos e Valiosos | 1.260 | 1 | - | 1.261 | 1.261 |
| **Total** | **1.591** | **1** | **-** | **1.592** | **1.592** |

* 1. **Imobilizado**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | **01.01.2019 a 31.12.2019** | | | **31.12.2019** | | |
| **Saldo Contábil Reapresentado** | **Movimentações** | | | **Valor de Custo** | **Depreciação Acumulada** | **Saldo Contábil** |
| **Adições** | **Baixas** | **Depreciação** |
| Edificações | 79.826 | 5.006 | (113) | (1.662) | 264.190 | (181.133) | 83.057 |
| Sistema de Processamento de Dados | 76.477 | 14.165 | (804) | (6.653) | 182.360 | (99.175) | 83.185 |
| Móveis e Equipamentos de Uso | 33.378 | 5.942 | (2.500) | (2.611) | 80.058 | (45.849) | 34.209 |
| Terrenos | 17.576 | - | (607) | - | 16.969 | - | 16.969 |
| Instalações | 5.350 | 406 | (17) | (105) | 19.190 | (13.556) | 5.634 |
| Sistema de Comunicação | 50 | 62 | (3) | (9) | 306 | (206) | 100 |
| Sistema de Segurança | 7.348 | 254 | (125) | (334) | 18.466 | (11.323) | 7.143 |
| Sistema de Transporte | 236 | 19 | - | (234) | 14.351 | (14.330) | 21 |
| **Total** | **220.241** | **25.854** | **(4.169)** | **(11.608)** | **595.890** | **(365.572)** | **230.318** |

* 1. **Intangível**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2018** | **01.01.2019 a 31.12.2019** | | | **31.12.2019** | |
| **Saldo Contábil** | **Movimentações** | | | **Valor de Custo** | **Saldo Contábil** |
| **Adições** | **Baixas(1)** | **Amortização** |
| Gastos com Intangíveis em Elaboração | 19.948 | - | (19.385) | - | 563 | 563 |
| **Total** | **19.948** | **-** | **(19.385)** | **-** | **563** | **563** |

(1) refere-se à baixa, por *impairment*, do Ativo que alocava os custos de aquisição de licença para uso de software ERP, medida está adotada pela administração do Banco em face de resultado de estudo realizado durante o 1º semestre, em que concluiu que não há expectativa de geração de benefícios econômicos futuros com a sua utilização ou alienação.

###### NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas

1. **Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **0 a 3**  **meses** | **3 a 12**  **meses** | **1 a 3**  **anos** | **3 a 5**  **anos** | **5 a 15**  **anos** | **Acima de**  **15 anos** | **Total em**  **31.12.2019** | **Total em**  **31.12.2018** |
| **Depósitos a Vista** | **405.302** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **405.302** | **328.683** |
| **Depósitos de Poupança** | **2.633.831** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.633.831** | **2.433.765** |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **528.636** | **636.385** | **-** | **-** | **-** | **-** | **1.165.021** | **1.559.993** |
| **Depósitos a Prazo** | **561.089** | **1.105.585** | **3.676.111** | **1.704.789** | **886.107** | **112.019** | **8.045.700** | **8.491.820** |
| Depósitos a Prazo | 226.082 | 1.073.863 | 1.906.535 | 1.588.357 | 804.528 | 112.019 | 5.711.384 | 6.268.746 |
| Depósitos Judiciais com Remuneração | 329.858 | - | - | - | - | - | 329.858 | 338.746 |
| Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167 | - | - | 1.769.576 | 81.578 | 81.579 | **-** | 1.932.733 | 1.774.562 |
| FAT Recursos Disponíveis | 657 | 448 | - | - | - | - | 1.105 | 29.249 |
| FAT Recursos Aplicados | 4.492 | 13.226 | - | - | - | - | 17.718 | 36.905 |
| Outros | - | 18.048 | - | 34.854 | - | - | 52.902 | 43.612 |
| **Recursos de Aceites e Emissão de Títulos** | **44.074** | **2.033** | **-** | **-** | **-** | **-** | **46.107** | **1.311.459** |
| *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* | - | - | - | - | - | - | **-** | 1.149.183 |
| Letras de Crédito do Agronegócio (LCA) | 44.074 | - | - | - | - | - | 44.074 | 162.276 |
| Letras Financeiras - encargos | - | 2.033 | **-** | **-** | **-** | - | 2.033 | **-** |
| **Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital** | **-** | **250.000** | **-** | **-** | **-** | **1.301.040** | **1.551.040** | **1.000.000** |
| **Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital** | **-** | **-** | **-** | **-** | **-** | **2.545.199** | **2.545.199** | **2.369.446** |
| **Total em 31.12.2019** | **4.172.932** | **1.994.003** | **3.676.111** | **1.704.789** | **886.107** | **3.958.258** | **16.392.200** |  |
| **Total em 31.12.2018** | **4.005.491** | **4.056.596** | **3.938.740** | **1.061.156** | **1.036.782** | **3.396.401** |  | **17.495.166** |

1. **Depósitos**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Depósitos a Vista** | **405.302** | **328.683** |
| Depósitos de Governos | 6.527 | 6.039 |
| Depósitos Vinculados | 175.616 | 136.476 |
| Pessoas Jurídicas | 173.543 | 153.133 |
| Pessoas Físicas | 48.152 | 32.647 |
| Outros Valores | 1.464 | 388 |
| **Depósitos de Poupança** | **2.633.831** | **2.433.765** |
| Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas | 1.741.528 | 1.580.066 |
| Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas | 891.360 | 852.933 |
| De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro | 943 | 766 |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **1.165.021** | **1.559.993** |
| **Depósitos a Prazo** | **8.045.700** | **8.491.820** |
| Depósitos a Prazo | 5.711.384 | 6.268.746 |
| Depósitos Judiciais com Remuneração | 329.858 | 338.746 |
| **Outros Depósitos a Prazo** | **2.004.458** | **1.884.328** |
| **Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Notas 26 e 28.a.1)** | **18.823** | **66.154** |
| **Recursos Disponíveis (Nota 26)** | **1.105** | **29.249** |
| Proger Urbano | - | 9.360 |
| Protrabalho | 346 | 1.778 |
| Infraestrutura | - | 1.286 |
| PNMPO | 759 | 16.825 |
| **Recursos Aplicados (Nota 26)** | **17.718** | **36.905** |
| Proger Urbano | - | 190 |
| Protrabalho | 17.718 | 22.196 |
| PNMPO | - | 14.519 |
| **Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos (Lei nº 8.167/91)** | **1.932.733** | **1.774.562** |
| **Outros Valores** | **52.902** | **43.612** |
| **Total** | **12.249.854** | **12.814.261** |
| Saldo de Curto Prazo | 5.870.828 | 6.750.628 |
| Saldo de Longo Prazo | 6.379.026 | 6.063.633 |

1. **Captação no Mercado Aberto**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Carteira Própria** | **1.551.725** | **1.236.716** |
| Letras Financeiras do Tesouro (LFT) | 1.551.725 | 1.236.716 |
| **Carteira de Terceiros** | **-** | **144.765** |
| Notas do Tesouro Nacional (NTN) | - | 144.765 |
| **Total** | **1.551.725** | **1.381.481** |
| Saldo de Curto Prazo | 1.545.801 | 1.372.662 |
| Saldo de Longo Prazo | 5.924 | 8.819 |

1. **Despesa de Captação no Mercado**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| **Despesas de Captações** | **(300.413)** | **(742.228)** | **(918.568)** |
| Depósitos a Prazo | (174.450) | (351.529) | (340.202) |
| Depósitos de Poupança | (39.569) | (81.521) | (81.218) |
| Depósitos Judiciais | (8.262) | (17.072) | (26.485) |
| Depósitos Interfinanceiros | (17.767) | (37.394) | (41.490) |
| Depósitos Especiais | (52.450) | (106.649) | (110.794) |
| Recursos de Aceites e Emissões de Títulos | (2.402) | (137.277) | (307.558) |
| Outros Depósitos | (5.513) | (10.786) | (10.821) |
| **Despesas de Captação no Mercado Aberto** | **(68.691)** | **(116.530)** | **(69.960)** |
| Carteira de Terceiros | (1.231) | (5.083) | (7.502) |
| Carteira Própria | (41.086) | (83.001) | (62.458) |
| Letras Financeiras | (26.374) | (28.446) | **-** |
| **Total** | **(369.104)** | **(858.758)** | **(988.528)** |

**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**

1. **Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **0 a 3 meses** | **3 a 12**  **meses** | **1 a 3 anos** | **3 a 5 anos** | **5 a 15**  **anos** | **Acima de 15 anos** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| Empréstimos no Exterior | 130.332 | 751.225 | - | - | - | - | 881.557 | 900.437 |
| Repasses do País | 33.397 | 69.158 | 314.258 | 315.853 | 397.229 | 37.842 | 1.167.737 | 1.222.018 |
| Repasses do Exterior | 30.422 | 27.082 | 177.073 | 135.152 | 62.133 | - | 431.862 | 580.602 |
| **Total em**  **31.12.2019** | **194.151** | **847.465** | **491.331** | **451.005** | **459.362** | **37.842** | **2.481.156** |  |
| **Total em 31.12.2018** | **190.074** | **1.010.927** | **472.715** | **492.940** | **498.921** | **37.480** |  | **2.703.057** |
| Saldo de Curto  Prazo |  | | | | | | 1.041.616 | 1.201.001 |
| Saldo de Longo  Prazo |  | | | | | | 1.439.540 | 1.502.056 |

1. **Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de atualização % a.a.** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Tesouro Nacional** | IGP - DI + 2,00 | **505** | **482** |
| **BNDES** | Pré 1,5 a 11,10  TJLP + 0,00 a 4,00 IPCA + 9,41  Variação Cambial + 2,00 a 4,00 | **1.118.933** | **1.155.450** |
| Programa de Operações Conjuntas (POC) | 729.216 | 767.975 |
| Linha de Crédito para Investimento no Setor | 389.717 | 387.475 |
| **Finame** | Pré 1,5 a 7,00  TJLP + 0,00 a 4,00  Variação Cambial + 2,00 a 4,00 | **48.299** | **66.086** |
| Programa Automático | 27.528 | 44.393 |
| Programa Agrícola | 20.771 | 21.693 |
| **Total (Nota 28.a.1)** | | **1.167.737** | **1.222.018** |
| Saldo de Curto Prazo | | 102.555 | 131.908 |
| Saldo de Longo Prazo | | 1.065.182 | 1.090.110 |

1. **Obrigações por Empréstimos**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de**  **atualização % a.a.** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras | USD | 881.557 | 900.437 |
| **Total** | | **881.557** | **900.437** |
| Saldo de Curto Prazo | | 881.557 | 900.437 |

1. **Obrigações por Repasses do Exterior**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Taxa de**  **atualização % a.a.** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| BID-Prodetur I | USD + 4,51 | - | 112.392 |
| BID-Prodetur II | USD + 3,52 | 427.022 | 462.387 |
| BID-Outros Programas | USD + 3,52 | 4.840 | 5.823 |
| **Total** | | **431.862** | **580.602** |
| Saldo de Curto Prazo | | 57.504 | 168.656 |
| Saldo de Longo Prazo | | 374.358 | 411.946 |

1. **Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º sem/2019** | **01.01. a 31.12.2019** | **01.01. a 31.12.2018** |
| **Despesas de Obrigações por Empréstimos** | **(6)** | **(6)** | **-** |
| Obrigações por Empréstimo no País | (6) | (6) | **-** |
| **Despesas de Obrigações por Repasses** | **(86.519)** | **(179.080)** | **(306.856)** |
| **Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País** | **(41.322)** | **(95.838)** | **(130.191)** |
| Tesouro Nacional | (9) | (24) | (34) |
| BNDES | (40.110) | (92.965) | (125.881) |
| Finame | (1.203) | (2.849) | (4.276) |
| **Despesas de Repasses do Exterior** | **(45.197)** | **(83.242)** | **(176.665)** |
| **Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior** | **(83.576)** | **(141.305)** | **(271.625)** |
| **Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de**  **Desenvolvimento** | **(650.584)** | **(1.404.627)** | **(1.542.660)** |
| **Total** | **(820.685)** | **(1.725.018)** | **(2.121.141)** |

**NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos**

1. **Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Data de Captação** | **Vencimento** | **Remuneração**  **a.a. (%)** | **Valor Contratual em milhares**  **de US$** | **Valor Contratual em**  **31.12.2019** | **Valor de Mercado em 31.12.2019** | **Valor de Mercado em 31.12.2018(2)** |
| *Eurobonds – Senior Unsecured*  *Notes (1)* | 03.05.2012 | 03.05.2019 | 4,375 | 300.000 | - | - | 1.149.183 |
| **Total** | | | | **-** | **-** | **-** | **1.149.183** |
| Saldo de Curto Prazo | | | | | | - | 1.149.183 |

(1) A Obrigação foi liquidada em 03.05.2019

(2) Considerando os efeitos tributários.

###### Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Remuneração** | **Valor Nominal** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)(1) | 81,19% do CDI | 97.523 | 44.074 | 162.276 |
| Letras Financeiras – encargos contratuais |  |  | 2.033 | - |
| **Total** | | | **46.107** | **162.276** |
| Saldo de Curto Prazo | | | 46.107 | 162.276 |

(1) Título com prazo médio de vencimento de 35 dias.

###### NOTA 16 – Outras Obrigações

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **Reapresentado** |
| **a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados** | **1.699** | **1.477** |
| Recursos do Proagro | 76 | 227 |
| Recebimento de Tributos Federais | - | 35 |
| IOF a Recolher | 832 | 783 |
| Outros Tributos e Assemelhados | 791 | 432 |
| **b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)** | **1.354** | **5.319** |
| **c) Sociais e Estatutárias** | **337.855** | **179.662** |
| Remuneração do Capital a Pagar | 232.293 | 131.418 |
| Participações nos Lucros | 105.562 | 48.244 |
| **d) Fiscais e Previdenciárias** | **1.352.210** | **710.591** |
| **Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos** | **695.011** | **298.010** |
| TVM e IFD (Nota 20.d) | 413.323 | 103.221 |
| Reavaliação sobre Edificações e Terrenos | 1.745 | 1.591 |
| Decorrentes de Créditos Recuperados, Item Objeto de *Hedge* e Depreciação Diferida (Nota  20.d) | 279.943 | 193.198 |
| **Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro** | **543.083** | **308.822** |
| Imposto de Renda | 331.949 | 165.587 |
| Contribuição Social | 211.134 | 143.235 |
| **Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar** | **114.116** | **103.759** |
| **e) Negociação e Intermediação de Valores** | **153** | **153** |
| **f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento** | **23.656.478** | **25.472.735** |
| FNE (Nota 28.a.1) | 22.702.557 | 24.585.592 |
| Outros Valores | 953.921 | 887.143 |
| **g) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital** | **1.551.040** | **1.000.000** |
| **Principal Autorizado (Notas 17.a e 28.a.1)** | **750.000** | **1.000.000** |
| **Complementar Autorizado (Notas 17.b e 27.ii)** | **801.040** | **-** |
| **h) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 17.c e 28.a.1)** | **2.545.199** | **2.369.446** |
| **i) Diversas** | **7.424.614** | **6.485.206** |
| **Provisão para Contingências** | **562.438** | **401.730** |
| Trabalhistas (Nota 21.f.1.ii) | 334.025 | 206.531 |
| Cíveis (Nota 21.f.1.iii) | 176.738 | 146.964 |
| Outras Causas Fiscais (Nota 21.a.1.ii) | 17.815 | 15.769 |
| **Outras Contingências** | **33.860** | **32.466** |
| Outros (Nota 21.f.1.iv) | 33.860 | 32.466 |
| **Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 21.f.2)** | **2.748.825** | **2.990.936** |
| **FNE (Notas 9.f e 21.f.2.i)** | **2.747.591** | **2.989.707** |
| Repasses | 628 | 1.017 |
| Risco Integral BNB | 22.630 | 59.135 |
| Risco Compartilhado | 2.724.333 | 2.929.555 |
| FDNE (Notas 9.f e 21.f.2.ii) | 1.234 | 1.222 |
| Proagro (Notas 9.f e 21.f.2.iii) | - | 7 |
| **Passivos Atuariais** | **3.430.173** | **2.227.601** |
| Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 23.k e 28.a.2) | 931.871 | 606.070 |
| Plano de Assistência Médica (Notas 23.k e 28.a.2) | 2.134.473 | 1.474.370 |
| Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 23.k e 28.a.2) | 363.829 | 147.161 |
| **Provisão para Pagamentos a Efetuar** | **519.213** | **505.807** |
| Despesa de Pessoal | 189.823 | 249.489 |
| Outros Valores | 89.402 | 82.836 |
| Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | 239.988 | 173.482 |
| **Outros Valores** | **163.965** | **359.132** |
| **Total** | **36.870.602** | **36.224.589** |
| Saldo de Curto Prazo | 5.110.813 | 5.622.712 |
| Saldo de Longo Prazo | 31.759.789 | 30.601.877 |

**NOTA 17 – Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 27.g.ii)**

1. **PR Nível I - Capital Principal:**

Em 19.01.2016, o Banco e a União Federal celebraram contrato de mútuo, no valor de R$ 1.000.000, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal, nos termos previstos no artigo 16 da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, alterada pela Resolução nº 4.278, de 31.12.2013 e pela Resolução nº 4.311, de 20.02.2014, todas do CMN.

Os juros serão pagos em parcela única anual, atualizada pela Selic até a data de seu efetivo pagamento, em até trinta dias corridos contados após a realização do pagamento de dividendos relativos ao resultado apurado no balanço de encerramento do exercício social.

Caso o saldo de lucros acumulados, das reservas de lucros, inclusive reserva legal e das reservas de capital do Banco não sejam suficientes para a absorção de seus prejuízos apurados quando do fechamento do balanço do exercício social, o Banco estará desobrigado da remuneração e utilizará os valores devidos a

título de juros vencidos e o saldo de principal, nessa ordem, até o montante necessário para a compensação dos prejuízos, sendo considerada, para todos os fins, devidamente quitada a dívida a que se refere o contrato até o valor compensado.

Não haverá cumulatividade dos encargos não pagos. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive na forma de juros sobre capital próprio), até 31 de dezembro do exercício social seguinte, os encargos financeiros que não houverem sidos pagos deixarão de ser exigíveis definitivamente. A obrigação não possui data de vencimento e o resgate ou recompra somente poderão ser realizados pelo emissor, condicionado à prévia autorização do Bacen.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Valor**  **Emitido** | **Remuneração** | **Data de**  **Captação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 28.a.1) | 1.000.000 | Rentabilidade sobre PL | 19.01.2016 | 750.000 | 1.000.000 |
| Saldo de Curto Prazo | | | | 250.000 | - |
| Saldo de Longo Prazo | | | | 500.000 | 1.000.000 |

###### PR Nível I - Capital Complementar:

Em junho de 2019 o Banco emitiu 2.667 (duas mil seiscentas e sessenta e sete) Letras Financeiras Subordinadas, sem data de vencimento. O Bacen autorizou compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar, pelo valor da captação (R$ 801.040).

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Valor**  **Emitido** | **Remuneração** | **Data de**  **Captação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Letras Financeiras(1) (Nota 16.g) | 801.040 | 117% da Selic | 06.2019 | 801.040 | - |
| Saldo de Longo Prazo | | | | 801.040 | - |

(1) Juros pagos semestralmente.

###### PR Nível II:

As Dívidas Subordinadas são constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R$ 600.000 e R$ 400.000, sem vencimento, de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) | 2.545.199 | 2.369.446 |
| Recursos disponíveis | 1.629.532 | 1.379.634 |
| Recursos aplicados | 915.667 | 989.812 |
| **Total (Notas 16.h e 28.a.1)** | **2.545.199** | **2.369.446** |

###### NOTA 18 – Patrimônio Líquido

1. **Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R$ 3.813.000 (R$ 2.844.000 em 31.12.2018), é representado por

86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | |
| **Acionistas** | **Quantidade das**  **Ações** | **% do Capital** | **Quantidade das**  **Ações** | **% do Capital** |
| União Federal | 47.896.415 | 55,45 | 44.049.447 | 51,00 |
| FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO | 30.205.568 | 34,97 | 30.205.568 | 34,97 |
| BB FGO Fundo de Investimento em Ações | 6.206.000 | 7,19 | 6.217.900 | 7,20 |
| Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND)(1) | 0 | 0,00 | 3.846.968 | 4,45 |
| Outros | 2.063.481 | 2,39 | 2.051.581 | 2,38 |
| **Total** | **86.371.464** | **100,00** | **86.371.464** | **100,00** |

(1) Saldo de ações transferido para a União Federal no processo de extinção do FND

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovado o aumento do capital social em R$ 969.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias - Reserva para Margem Operacional, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R$ 2.844.000 para R$ 3.813.000, representado por

86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas e devidamente homologado pelo Banco Central.

###### Reserva de Reavaliação

O valor de R$ 13.726 (R$ 13.979 em 31.12.2018, reapresentado) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008, do CMN. No período, houve transferência de R$ 253 (R$ 44 em 31.12.2018) para Lucros ou Prejuízos Acumulados.

###### Pagamento de JCP do exercício de 2018

Por meio da Assembleia Geral Ordinária realizada em 25.04.2019, foi aprovada a distribuição de JCP complementares referentes ao exercício findo em 31.12.2018, de R$ 131.487. O pagamento dos JCP ocorreu em 08.05.2019.

###### Dividendos e JCP do 1º semestre de 2019

Por meio da Reunião do Conselho de Administração realizada em 09.08.2019, foi aprovada a distribuição de Dividendos Antecipados do exercício, sendo R$ 17.507 sob a forma de Dividendos e R$ 166.842 sob a forma de JCP imputados aos dividendos, perfazendo um montante bruto de R$ 184.349, e líquido de R$ 183.832, correspondente a um benefício, líquido de imposto de renda, de 25,00% sobre o lucro líquido ajustado apurado no semestre (R$ 53.372 em 30.06.2018), tendo o pagamento ocorrido em 28.08.2019. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários da ordem de R$ 66.737 (R$ 23.770 em 30.06.2018).

###### Dividendos e JCP do Exercício

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no exercício, ajustado conforme definido em Lei.

O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral, o pagamento de Dividendos e de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R$ 420.014 (líquido de IR: R$ 418.970), sendo R$ 84.218 na forma de Dividendos e R$ 335.796 (líquido de IR: 334.752) sob a forma de JCP imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25,06% (líquido de 25%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos Dividendos e JCP do exercício. Por conta dessa proposição, e considerando o pagamento antecipado de Dividendos e JCP do 1º semestre, atualizado monetariamente, no valor de R$ 187.595, foi contabilizado, em conta de Provisão, o montante de R$ 232.418 (R$ 231.892, líquido de IR), para pagamento de Dividendos e JCP complementares do exercício.

O total dos JCP no exercício proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R$ 132.303 (R$ 82.634 em 31.12.2018).

###### Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **01.01. a**  **31.12.2019** | **01.01. a**  **31.12.2018** |
| **1. Lucro Líquido do Exercício** | **1.736.685** | **725.503** |
| 2. Reserva Legal Constituída | (86.834) | (36.275) |
| 3. Ajustes Devedores LPA | (18.840) | (82.785) |
| 4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA | (3.908) | 177 |
| 5. Ajustes Credores LPA | 48.778 | 135.598 |
| **6. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio** | **1.675.881** | **742.218** |
| 7. Dividendos e JCP Brutos propostos no Exercício | 420.013 | 186.129 |
| 8. Dividendos e JCP Líquidos propostos no Exercício | 418.970 | 185.555 |
| 9. Dividendos sob a forma de JCP proposto no Exercício (R$ 3,8877963266 por ação em 31.12.2018: R$  2,1549796995 por ação) | 335.795 | 186.129 |
| 10. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 1º semestre | (517) | (165) |
| 11. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP do 2º semestre | (526) | (409) |
| 12.JCP líquidos imputados aos dividendos (item 9 - item 10 - item 11) R$ 3,8757284616 por ação (em 31.12.2018: JCP de R$ 2,1483321041 por ação) | 334.752 | 185.555 |
| 13. JCP antecipado corrigido pela Selic | (169.780) | (54.642) |
| **14. Valor Complementar líquido de Imposto de Renda do JCP de R$ 1,9160183051 por ação (item 9**  **- item 11 – item 13) (em 31.12.2018: JCP de R$ 1,51569253138977 por ação)** | **165.489** | **131.078** |
| 15. Dividendos propostos no Exercício (R$ 0,9750666936 por ação) (em 31.12.2018 R$ 0 por ação) | 84.218 | - |
| 16. Dividendos antecipados corrigidos pela Selic | (17.815) | - |
| **17.Valor complementar de Dividendos de R$ 0,7688076346 por ação (item 15 - item 16) (em 31.12.2018: Dividendos de R$ 0 por ação)** | **66.403** | **-** |
| 18.Dividendos + JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 6) (R$ 4,8507951551 por ação) (Em 31.12.2018 R$ 2,1549796995 por  ação) | 25,000% | 25,000% |
| 19.Dividendos + JCP Brutos em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 7/item 6) R$ 4,8628630201 por ação) (Em 31.12.2018 R$ 2,1549796995 por ação) | 25,062% | 25,077% |

1. **Reserva Legal**

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no fechamento de cada exercício. No exercício de 2019 foi de R$ 86.834 (R$ 36.275 em 31.12.2018).

###### Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no fechamento de cada exercício após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos. No exercício de 2019 foi constituído o valor de R$ 1.256.989 sendo R$ 1.062.489 destinado à Reserva para Margem Operacional e R$ 193.800 para a Reserva para Equalização de Dividendos Complementares (R$ 556.090 em 31.12.2018 destinado à Reserva para Margem Operacional).

###### Ajuste de Avaliação Patrimonial

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda(1) | 479.801 | (111.464) |
| Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego) (1) | (579.674) | 111.524 |
| **Ajuste de Avaliação Patrimonial(1)** | **(99.873)** | **60** |

**(1)** líquido dos efeitos tributários

###### NOTA 19 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/19** | **01.01. a 31.12.2019** | **01.01. a 31.12.2018**  **Reapresentado** |
| **a) Receitas de Prestação de Serviços** | **1.395.889** | **2.628.904** | **2.461.703** |
| Administração de Fundos de Investimentos | 30.729 | 56.589 | 42.893 |
| Administração de Fundos e Programas | 1.021.940 | 1.958.549 | 1.884.914 |
| Prestação de Serviços | 343.220 | 613.766 | 533.896 |
| **b) Rendas de Tarifas Bancárias** | **53.681** | **98.426** | **77.005** |
| **c) Despesas de Pessoal** | **(1.002.588)** | **(2.002.378)** | **(2.001.459)** |
| Proventos | (579.040) | (1.161.699) | (1.170.831) |
| Encargos Sociais | (206.106) | (404.234) | (399.247) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I | (63.804) | (120.845) | (107.544) |
| Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural | (65.816) | (141.246) | (145.977) |
| Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego | (6.156) | (12.201) | (13.577) |
| Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário | (81.666) | (162.153) | (164.283) |
| **d) Outras Despesas Administrativas** | **(664.678)** | **(1.286.167)** | **(1.222.206)** |
| Processamento de Dados | (114.132) | (237.610) | (250.052) |
| Propaganda e Publicidade | (8.496) | (11.787) | (17.761) |
| Serviços de Terceiros(1) | (319.376) | (610.494) | (547.640) |
| Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás | (40.597) | (80.217) | (74.261) |
| Viagens | (8.027) | (15.873) | (17.449) |
| Comunicações | (11.679) | (24.098) | (25.274) |
| Depreciação e Amortização (Nota 12) | (5.873) | (11.608) | (10.103) |
| Manutenção e Conservação de Bens | (25.362) | (49.633) | (49.247) |
| Vigilância, Segurança e Transporte | (49.180) | (94.321) | (91.495) |
| Promoções, Relações Públicas e Publicações | (5.226) | (10.081) | (10.566) |
| Serviços do Sistema Financeiro | (19.831) | (37.741) | (31.588) |
| Serviços Técnicos Especializados | (20.100) | (39.496) | (31.566) |
| Seguros | (1.921) | (4.229) | (2.207) |
| Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios | (15.333) | (31.359) | (38.130) |
| Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas | (1.225) | (2.644) | (1.789) |
| Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação | (2.988) | (5.871) | (5.770) |
| FUNDECI-Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico | (3.800) | (3.800) | (4.000) |
| Outros Valores | (11.532) | (15.305) | (13.308) |
| **e) Despesas Tributárias (Nota 20.e)** | **(148.947)** | **(326.982)** | **(312.696)** |
| Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep | (124.262) | (281.577) | (273.270) |
| ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria | (23.190) | (42.314) | (36.553) |
| Outros Valores | (1.495) | (3.091) | (2.873) |
| **f) Outras Receitas Operacionais** | **1.004.221** | **2.044.497** | **1.888.307** |
| “Del credere” de Fundos Administrados | 844.623 | 1.615.780 | 1.369.542 |
| Variação Cambial Negativa de Empréstimos | 24.421 | 109.661 | 119.957 |
| Variação Cambial Negativa Despesa de Captação | - | 66.870 | 107.799 |
| Variação Cambial Negativa Reclassif Despesa Obrigação do Fundo  Financeiro de Desenvolvimento | 862 | 3.882 | 4.087 |
| Reversão de Provisões Operacionais/Riscos c/Op. do FNE | 5.293 | 7.273 | 1.594 |
| Recuperação de Encargos e Despesas | 3.258 | 5.845 | 6.171 |
| Reversão de Provisões Operacionais | 4.335 | 18.431 | 18.263 |
| Juros e Comissões | 10.650 | 12.287 | 1.531 |
| Correção Monetária | 1.376 | 1.898 | 828 |
| FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco | 95.707 | 178.325 | 236.192 |
| Outros Valores | 13.696 | 24.245 | 22.343 |
| **g) Outras Despesas Operacionais** | **(625.609)** | **(1.223.654)** | **(1.163.581)** |
| Variação Cambial da Área de Câmbio | (2.542) | (2.984) | (2.504) |
| Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos | (24.114) | (109.350) | (132.643) |
| Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito | (2.322) | (3.372) | (127) |
| Descontos Concedidos em Renegociações | (55.246) | (69.846) | (30.367) |
| Encargos de Operações de Crédito | (12.162) | (16.500) | (3.524) |
| Riscos Fiscais | (1.313) | (2.359) | (4.304) |
| Riscos com Operações do FNE | (219.545) | (361.556) | (497.465) |
| Riscos com Operações do FDNE | (11) | (52) | (3.354) |
| Causas Trabalhistas | (112.119) | (152.720) | (48.367) |
| Causas Cíveis | (16.632) | (57.875) | (78.633) |
| Outras Causas | (1.210) | (2.999) | (3.626) |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (IECP) | (82.456) | (239.988) | (173.481) |
| Atualização Monetária do IECP | - | (4.674) | (4.365) |
| Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A | (41.000) | (82.544) | (91.330) |
| Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A | (46.186) | (93.211) | (72.648) |
| Outros Valores | (8.751) | (23.624) | (16.843) |
| **Total** | **11.969** | **(67.354)** | **(272.927)** |

(1) Contém despesas do Exercício de 2019, no valor de R$ 515.658 (R$ 463.788 em 31.12.2018), em favor do Instituto Nordeste Cidadania (INEC); trata- se de OSCIP que presta serviços, substancialmente, ao Banco, por meio dos Termos de Parceria para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural, em conformidade com as disposições da Lei nº 9.790 de 23.03.1999.

###### NOTA 20 – Impostos e Contribuições

1. **Imposto de Renda e Contribuição Social**

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido** | **Imposto de Renda** | | **Contribuição Social** | |
| **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018**  **(Reapresentado)** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018**  **(Reapresentado)** |
| Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações | 2.434.833 | 1.265.838 | 2.434.833 | 1.265.838 |
| Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR) | (105.246) | (47.208) | (105.246) | (47.208) |
| Juros sobre o Capital Próprio (JCP) | - | (186.129) | - | (186.129) |
| **Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações**  **Estatutárias e dos JCP** | **2.329.587** | **1.032.501** | **2.329.587** | **1.032.501** |
| Adições/Exclusões Permanentes | (413.810) | (28.809) | (414.289) | (30.073) |
| Adições/Exclusões Temporárias | (563.650) | (283.273) | (563.650) | (283.274) |
| **Resultado Tributável** | **1.352.127** | **720.419** | **1.351.648** | **719.154** |
| Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos  Fiscais e da Reserva de Reavaliação | (338.008) | (180.025) | (202.747) | (143.786) |
| Deduções (Incentivos Fiscais) | 16.711 | 13.499 | - | - |
| Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação | 25 | 25 | 15 | 20 |
| Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos  fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA (1) | (321.272) | (166.501) | (202.732) | (143.766) |
| Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados, Depreciação, IFD e  Item Objeto de *Hedge.* | (35.172) | (37.881) | (51.573) | (20.199) |
| **Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social** | **(356.444)** | **(204.382)** | **(254.305)** | **(163.965)** |
| Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de *Hedge* | (102.341) | (42.700) | 136.111 | (70.565) |
| **Total de IRPJ/CSLL** | **(458.786)** | **(247.082)** | **(118.193)** | **(234.530)** |
| Alíquota Efetiva (%) | 19,69 | 23,93 | 5,07 | 22,71 |
| **a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL** | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **(Reapresentado)** | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **(Reapresentado)** |
| Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro | 321.272 | 166.501 | 202.732 | 143.767 |
| Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação – 2017 | - | (939) | - | (552) |
| Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de  Reavaliação | 24 | 25 | 15 | 20 |
| **Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (1)** | 321.296 | 165.587 | 202.747 | 143.235 |
| Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de  antecipação, inclusive retidos na fonte | (229.544) | (212.423) | (113.492) | (134.041) |
| **Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período** | **91.752** | **(46.836)** | **89.255** | **9.194** |

(1) Os saldos de Provisão e Despesas correntes de IRPJ e CSLL incluem R$ 15.923, decorrentes da contabilização, em 2019, de estorno de despesas de Pasep/Cofins no valor de R$ 36.928, referentes ao período dez/14 a dez/18, por conta de recálculos das bases incidentes. As contas de provisão estão acrescidas, também, de R$ 3.116 referente à aplicação de juros sobre o valor a recolher à Receita Federal do Brasil.

###### Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **(Reapresentado)** |
| **Resultado Antes dos Tributos e Participações** | **2.434.833** | **1.265.838** |
| **Encargo total de 40% - IRPJ (25%) e CSLL (15%)** | **(973.933)** | **(569.627)** |
| **Demonstrativo de Carga Tributária:** |  |  |
| **Imposto de Renda e Contribuição Social do Período** | **(576.979)** | **(481.712)** |
| **Acréscimo/Decréscimo aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social**  **decorrentes:** | **(396.954)** | **(87.915)** |
| PLR/JCP | (176.416) | (105.002) |
| Outras Rendas / FNE/Del Credere/Operações Repasse-Lei 7827-ART. 9º-A | (22.872) | (20.648) |
| Diferenças Temporárias - Outras Provisões (Trabalhistas, Cíveis, Fiscais e Outras  Causas) | (634) | (202) |
| Diferenças Temporárias – Provisões Atuariais | - | 36.558 |
| Diferenças Temporárias - Operações c/Reembolso Maior que 10 anos | (3.214) | 17.730 |
| Diferença de Alíquota - CSLL (de 20% para 15%)(1) | (197.516) | (9.279) |
| IRPJ/CSLL decorrente de exclusão de Pasep/Cofins | 6.369 | - |
| Demais (Incentivos Fiscais, Adições/Exclusões Permanentes) | (2.671) | (7.072) |
| **Total da Carga Tributária Conciliada** | **(973.934)** | **(569.627)** |

**(1)** No ano de 2018 a alíquota da CSLL era 20%, e o encargo total: 45%. Em 2019 e até fevereiro de 2020 vigorou a alíquota de 15% e, a partir de março/2020, a alíquota da CSLL voltará a ser 20%.

###### Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | |
| **Efeito no Resultado** | | | | | | |
| **a) Provisões (PCLD)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 711.030 | 426.632 | 802.220 | 526.293 | 1.137.662 | 1.328.513 |
| Constituição | 261.288 | 270.845 | 247.077 | 148.260 | 532.133 | 395.337 |
| Realização/Reversão | (396.189) | (237.713) | (338.267) | (247.921) | (633.902) | (586.188) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | 576.129 | 459.764 | 711.030 | 426.632 | 1.035.893 | 1.137.662 |
| **b) Rendas a Apropriar - Operações sem**  **processo Judicial** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 2.101 | 1.261 | - | - | 3.362 | - |
| Constituição | 1.059 | 1.027 | 2.708 | 1.753 | 2.086 | 4.461 |
| Realização/Reversão | (1.044) | (627) | (607) | (492) | (1.671) | (1.099) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | 2.115 | 1.661 | 2.101 | 1.261 | 3.776 | 3.362 |
| **c) Provisões – Operações Alongadas** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | - | - | - | - | - | - |
| Constituição | 1.004 | 798 | - | - | 1.802 | - |
| Realização/Reversão | - | - | - | - | - | - |
| Saldo Final (Notas 3 e10.d) | 1.004 | 798 | - | - | 1.802 | - |
| **d) Provisões Atuariais** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 269.396 | 161.638 | 257.640 | 154.584 | 431.034 | 412.224 |
| Constituição | 51.657 | 86.124 | 14.480 | 8.689 | 137.781 | 23.169 |
| Realização/Reversão | (40.639) | (24.384) | (2.724) | (1.635) | (65.023) | (4.359) |
| Saldo Final (Notas 3 e10.d) | 280.414 | 223.378 | 269.396 | 161.638 | 503.792 | 431.034 |
| **e) Provisão para Programa de Incentivo ao**  **Desligamento** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 14.667 | 8.800 | - | - | 23.467 | - |
| Constituição | 99 | 60 | 14.667 | 8.800 | 159 | 23.467 |
| Realização/Reversão | (14.766) | (8.860) | - | - | (23.626) | - |
| Saldo Final (Nota 10.d) | - | - | 14.667 | 8.800 | - | 23.467 |
| **f) Provisões Contingenciais** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 98.781 | 59.268 | 81.083 | 48.650 | 158.049 | 129.733 |
| Constituição | 76.646 | 73.716 | 44.261 | 26.556 | 150.362 | 70.817 |
| Realização/Reversão | (36.059) | (21.635) | (26.563) | (15.938) | (57.694) | (42.501) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | 139.368 | 111.349 | 98.781 | 59.268 | 250.717 | 158.049 |
| **g) Instrumentos Financeiros Derivativos**  **(IFD)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 5.398 | 3.239 | - | - | 8.637 | - |
| Constituição | 308 | 185 | 16.906 | 10.143 | 493 | 27.049 |
| Realização/Reversão | (5.706) | (3.424) | (11.508) | (6.904) | (9.130) | (18.412) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | - | - | 5.398 | 3.239 | - | 8.637 |
| **h) Item Objeto de *Hedge*** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | - | - | 3.128 | 1.877 | - | 5.005 |
| Constituição | 876 | 526 | 7.141 | 4.284 | 1.402 | 11.425 |
| Realização/Reversão | (876) | (526) | (10.269) | (6.161) | (1.402) | (16.430) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | - | - | - | - | - | - |
|  | | | | | | |
| **i) TVM** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 173.455 | 106.009 | 164.744 | 105.550 | 279.464 | 270.294 |
| Constituição | 204.978 | 129.706 | 115.601 | 69.017 | 334.684 | 184.618 |
| Realização/Reversão | (248.148) | (134.571) | (106.890) | (68.558) | (382.719) | (175.448) |
| Saldo Final (Notas 7.a.2 e 10.d) | 130.285 | 101.144 | 173.455 | 106.009 | 231.429 | 279.464 |
| **j) Ajustes de Avaliação Atuarial** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 287.504 | 172.502 | 217.365 | 130.420 | 460.006 | 347.785 |
| Constituição | 289.625 | 289.201 | 117.019 | 70.212 | 578.826 | 187.231 |
| Realização/Reversão | - | - | (46.881) | (28.129) | - | (75.010) |
| Saldo Final (Nota 10.d) | 577.129 | 461.703 | 287.503 | 172.503 | 1.038.832 | 460.006 |

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Imposto de Renda** | | **Contribuição Social** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Total das Diferenças Temporárias | 6.991.153 | 6.860.096 | 6.991.153 | 6.680.096 |
| 2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias | 1.747.788 | 1.670.024 | 1.392.996 | 1.003.950 |
| 3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões | 1.576.160 | 1.383.478 | 1.258.652 | 830.102 |
| 4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado  de TVM, IFD e Item Objeto de *Hedge* | 130.285 | 178.853 | 101.144 | 109.248 |
| 5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) (1) | 1.706.445 | 1.562.331 | 1.359.796 | 939.350 |
| 6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) (2) | 41.343 | 107.693 | 33.200 | 64.600 |

(1) Os créditos ativados encontram-se registrados em “Outros Créditos-Diversos”

(2) Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos elaborado semestralmente

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.12.2019, estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Período** | **IRPJ** | | **CSLL** | | **Total** | |
| **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente(1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente(1)** | **Valor**  **Contábil** | **Valor**  **Presente(1)** |
| 2020 | 84.469 | 82.932 | 62.195 | 61.016 | 146.664 | 143.948 |
| 2021 | 229.090 | 213.515 | 183.273 | 170.811 | 412.363 | 384.326 |
| 2022 | 123.122 | 110.564 | 98.498 | 88.451 | 221.620 | 199.015 |
| 2023 | 84.814 | 76.691 | 67.852 | 61.353 | 152.666 | 138.044 |
| 2024 | 97.524 | 83.287 | 78.019 | 66.630 | 175.543 | 149.917 |
| 2025 | 164.419 | 126.250 | 131.535 | 101.001 | 295.954 | 227.251 |
| 2026 | 58.429 | 50.471 | 46.744 | 40.377 | 105.173 | 90.848 |
| 2027 | 63.116 | 55.236 | 50.492 | 44.190 | 113.608 | 99.426 |
| 2028 | 49.454 | 42.023 | 39.564 | 33.619 | 89.018 | 75.642 |
| 2029 | 70.094 | 62.810 | 56.094 | 50.258 | 126.188 | 113.068 |
| Acima de 2029 | 681.913 | 681.913 | 545.531 | 545.530 | 1.227.444 | 1.227.443 |
| **Total** | **1.706.444** | **1.585.692** | **1.359.797** | **1.263.236** | **3.066.241** | **2.848.928** |

**(1)** Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2019.

###### Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018**  **(Reapresentado)** | | **31.12.2019** | **31.12.2018**  **(Reapresentado)** |
| **IRPJ** | **CSLL** | **IRPJ** | **CSLL** | **Total** | |
| **Efeito no Resultado** | | | | | | |
| **a) Instrumentos Financeiros**  **Derivativos** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | - | - | 3.155 | 1.893 | - | 5.048 |
| Constituição | 876 | 526 | 7.217 | 4.330 | 1.402 | 11.547 |
| Realização/Reversão | (876) | (526) | (10.372) | (6.223) | (1.402) | (16.595) |
| Saldo Final (Notas 7.c e 16.d) | - | - | - | - | - | - |
| **b) Decorrentes de Créditos Recuperados (1)** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 103.935 | 62.359 | 73.219 | 46.460 | 166.294 | 119.679 |
| Constituição | 35.930 | 48.813 | 31.288 | 17.649 | 84.743 | 48.937 |
| Realização/Reversão | (123) | (73) | (572) | (1.750) | (196) | (2.322) |
| Saldo Final (Nota 16.d) | 139.742 | 111.099 | 103.935 | 62.359 | 250.841 | 166.294 |
| **c) Item Objeto de *Hedge*** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 5.615 | 3.369 | - | - | 8.984 | - |
| Constituição | 308 | 185 | 17.197 | 10.318 | 493 | 27.515 |
| Realização/Reversão | (5.923) | (3.554) | (11.582) | (6.949) | (9.477) | (18.531) |
| Saldo Final (Notas 7.c.1 e16.d) | - | - | 5.615 | 3.369 | - | 8.984 |
| **d) Depreciação Diferida** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 11.200 | 6.720 | 6.495 | 3.897 | 17.920 | 10.392 |
| Constituição | 5.301 | 6.395 | 4.879 | 2.928 | 11.696 | 7.807 |
| Realização/Reversão | (322) | (192) | (174) | (105) | (514) | (279) |
| Saldo Final (Notas 16.d) | 16.179 | 12.923 | 11.200 | 6.720 | 29.102 | 17.920 |
| **Efeito no Patrimônio Líquido** | | | | | | |
| **e) Reserva de Reavaliação** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 994 | 597 | 1.019 | 628 | 1.591 | 1.647 |
| Constituição | - | 193 | 68 | 41 | 193 | 109 |
| Realização/Reversão | (25) | (15) | (93) | (72) | (40) | (165) |
| Saldo Final (Nota 16.d) | 971 | 774 | 994 | 597 | 1.745 | 1.591 |
| **f) TVM** |  |  |  |  |  |  |
| Saldo Inicial | 64.156 | 39.065 | 24.848 | 15.139 | 103.221 | 39.987 |
| Constituição | 888.277 | 578.499 | 218.603 | 132.348 | 1.466.776 | 350.951 |
| Realização/Reversão | (721.962) | (434.712) | (179.295) | (108.422) | (1.156.674) | (287.717) |
| Saldo Final (Notas 7.a.2 e 16.d) | 230.471 | 182.852 | 64.156 | 39.065 | 413.323 | 103.221 |

**(1)** Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

Os valores totais das provisões dos Passivos Tributários, previstos para baixa, na posição de 31.12.2019, estão a seguir demonstrados:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Período** | **Realização do Crédito de IR** | | **Realização do Crédito de**  **CSLL** | | **Total** | |
| **Valor Contábil** | **Valor Presente(1)** | **Valor Contábil** | **Valor Presente(1)** | **Valor Contábil** | **Valor Presente(1)** |
| 2020 | 29.108 | 28.187 | 21.046 | 20.339 | 50.154 | 48.526 |
| 2021 | 23.282 | 20.990 | 18.626 | 16.793 | 41.908 | 37.783 |
| 2022 | 23.115 | 19.588 | 18.492 | 15.670 | 41.607 | 35.258 |
| 2023 | 23.018 | 18.807 | 18.414 | 15.045 | 41.432 | 33.852 |
| 2024 | 18.659 | 14.023 | 14.927 | 11.219 | 33.586 | 25.242 |
| 2025 | 14.777 | 10.436 | 11.821 | 8.349 | 26.598 | 18.785 |
| 2026 | 9.034 | 5.984 | 7.227 | 4.787 | 16.261 | 10.771 |
| 2027 | 6.246 | 3.894 | 4.996 | 3.115 | 11.242 | 7.009 |
| 2028 | 5.460 | 3.204 | 4.367 | 2.563 | 9.827 | 5.767 |
| 2029 | 14.967 | 8.267 | 11.973 | 6.614 | 26.940 | 14.881 |
| Acima de 2029 | 219.697 | 219.697 | 175.759 | 175.758 | 395.456 | 395.455 |
| **Total** | **387.363** | **353.077** | **307.648** | **280.252** | **695.011** | **633.329** |

**(1)** Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 31.12.2019.

###### Despesas Tributárias

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/19** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep(1) | (124.262) | (281.577) | (273.270) |
| ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria | (23.190) | (42.314) | (36.553) |
| Outros Valores | (1.495) | (3.091) | (2.873) |
| **Total (Nota 19.e)** | **(148.947)** | **(326.982)** | **(312.696)** |

(1) O tributo de 2019 corresponde a R$ 318.505, visto que houve o estorno de R$ 36.928 de Pasep/Cofins, referente ao período dez/14 a dez/18, por conta de recálculos das bases incidentes.

###### NOTA 21 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

1. O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | **31.12.2018** | |
| **Valor da Base** | **Provisão** | **Valor da Base** | **Provisão** |
| **a) Provisão para Contingências** |  |  |  |  |
| **a.1) Fiscais** (Notas 16.i e 21 f.1.i) | **3.762.943** | **17.815** | **3.211.433** | **15.769** |
| **i) Obrigação Legal** | **11.062** | **11.062** | **2.022** | **2.022** |
| **ii) Outras Obrigações-Diversas** | **3.751.881** | **6.753** | **3.209.411** | **13.747** |
| Provável | 6.753 | 6.753 | 13.747 | 13.747 |
| Possível | 3.577.567 | *-* | 3.048.220 | - |
| Remota(1) | 167.561 | *-* | 147.444 | - |
| **a.2) Trabalhistas** | **602.533** | **334.025** | **482.297** | **206.531** |
| Provável (Notas 16.i e 21 f.1.ii) | 334.025 | 334.025 | 206.531 | 206.531 |
| Possível | 123.996 | *-* | 153.255 | - |
| Remota | 144.512 | *-* | 122.511 | - |
| **a.3) Causas Cíveis** | **7.716.331** | **176.738** | **6.593.396** | **146.964** |
| Provável (Notas 16.i e 21 f.1.iii) | 176.738 | 176.738 | 146.964 | 146.964 |
| Possível | 1.865.136 | *-* | 938.909 | - |
| Remota(2) | 5.674.457 | *-* | 5.507.523 | - |
| **a.4) Outras Contingências** (Notas 16.i e 21 f.1.iv) | **1.088.651** | **33.860** | **946.799** | **32.466** |
| **i) Operações Securitizadas** | **4.015** | **4.015** | **5.620** | **5.620** |
| **ii) Outras** | **1.084.636** | **29.845** | **941.179** | **26.846** |
| Provável | 29.845 | 29.845 | 26.846 | 26.846 |
| Possível | 2.537 | *-* | 16.964 | - |
| Remota | 1.052.254 | *-* | 897.370 | - |

(1) O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 01 (um) processo que apresenta saldo de R$ 130.762, na posição de 31.12.2019 (R$ 123.534 em 31.12.2018).

(2) O montante de contingência passiva relacionada às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 04 (quatro) processos que apresentam saldo de R$ 3.241.508, na posição de 31.12.2019. Discriminação dos processos: i) contribuição extraordinária de benefício pós-emprego e pagamento de honorários advocatícios, R$ 2.338.498 em 31.12.2019 (R$ 2.008.363 em 31.12.2018); ii) lucro cessante e pagamento de taxa administrativa, R$ 400.309 em 31.12.2019 (R$ 343.796 em 31.12.2018); iii) repetição de indébito, lucro cessante e danos morais, R$ 276.512 em 31.12.2019 (R$ 237.475 em 31.12.2018); iv) indenização por danos materiais e morais e lucros cessantes, R$ 226.189 em 31.12.2019 (R$ 194.256 em 31.12.2018).

1. O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.
2. Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no quadro acima, têm como objeto de discussão os tributos municipais e federais.
3. A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

###### Fiscal

Cinco ações que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem, em 31.12.2019, R$ 3.266.787 (R$ 2.793.275 em 31.12.2018).

###### Cível

Ação que visa pagamento de multa e indenização por danos morais. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, o montante de R$ 505.217, sendo R$ 505.067 classificado com risco possível e R$ 150 com risco provável (R$ 433.893, sendo R$ 433.764 com risco remoto e R$ 129 com risco provável, em 31.12.2018).

Ação que visa indenização por danos morais e pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, o montante de R$ 165.424 (R$ 142.070 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de multa e danos morais coletivos. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R$ 97.690 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de danos materiais e danos emergentes. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R$ 79.770 (R$ 68.508 em 31.12.2018).

Ação que visa pagamento de honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz, na data base de 31.12.2019, R$ 78.928 (não havia contingência para o processo em 31.12.2018).

Ação que visa repetição de indébito, pagamento de multa, liberação de recursos e honorários advocatícios. A estimativa de valor perfaz 55.195, na data base de 31.12.2019 (R$ 45.336 em 31.12.2018)

Ação iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor perfaz, em 31.12.2019, R$ 55.238 (R$ 55.438 em 31.12.2018).

1. Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Demandas Trabalhistas | 205.621 | 108.634 |
| Demandas Fiscais | 145.530 | 140.337 |
| Demandas Cíveis | 127.544 | 127.699 |
| Outras Demandas | 46 | - |
| **Contragarantia Operações Repasses BID** | **34.854** | **34.051** |
| **Total** | **513.595** | **410.721** |

###### Movimentação das Provisões

* 1. **Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | | | | **31.12.2018** | | | | |
| **Saldo**  **inicial** | **Consti-**  **tuição** | **Reversão** | **Pagamento** | **Saldo**  **Final** | **Saldo**  **inicial** | **Consti-**  **tuição** | **Reversão** | **Pagamento** | **Saldo**  **Final** |
| **i) Fiscais**  **(Notas 16.i e 21.a.1)** | 15.769 | 2.763 | (655) | (62) | 17.815 | 13.328 | 4.967 | (922) | (1.604) | 15.769 |
| **ii) Trabalhistas**  **(Notas 16.i e 21.a.2)** | 206.531 | 172.883 | (20.160) | (25.229) | 334.025 | 169.253 | 62.968 | (15.118) | (10.571) | 206.531 |
| **iii) Cíveis (Notas 16.i e**  **21.a.3)** | 146.964 | 92.294 | (34.395) | (28.125) | 176.738 | 116.349 | 104.816 | (26.183) | (48.017) | 146.964 |
| **iv) Outras**  **(Notas16.i e 21.a.4)** | 32.466 | 44.557 | (43.163) | - | 33.860 | 33.154 | 4.970 | (2.904) | (2.754) | 32.466 |
| **Total** | **401.730** | **312.497** | **(98.373)** | **(53.416)** | **562.438** | **332.084** | **177.721** | **(45.127)** | **(62.946)** | **401.730** |

* 1. **Provisões para Garantias Financeiras Prestadas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | | | | **31.12.2018** | | | |
| **Saldo inicial** | **Consti- tuição** | **Reversão/ Utilização/**  **Baixa** | **Saldo Final** | **Saldo inicial** | **Consti- tuição** | **Reversão/ Utilização/**  **Baixa** | **Saldo Final** |
| **i) FNE (Notas 9.f e**  **16.i)** | 2.989.707 | 1.360.240 | (1.602.356) | 2.747.591 | 3.083.952 | 1.710.768 | (1.805.013) | 2.989.707 |
| **ii) FDNE (Notas 9.f e 16.i)** | 1.222 | 64 | (52) | 1.234 | 636 | 586 | - | 1.222 |
| **iii) Proagro (Notas**  **9.f e 16.i)** | 7 | - | (7) | - | - | 7 | - | 7 |
| **Total** | **2.990.936** | **1.360.304** | **(1.602.415)** | **2.748.825** | **3.084.588** | **1.711.361** | **(1.805.013)** | **2.990.936** |

**NOTA 22 –Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em Reais)**

1. **Remuneração Mensal de Funcionários**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Remuneração Bruta (1)** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Máxima | 44.349,57 | 42.780,80 |
| Mínima | 1.864,51 | 1.756,24 |
| Média | 11.690,10 | 11.237,39 |

(1) Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

###### Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| **Remuneração Bruta (1)** | **Diretoria** | | **Conselho de Administração** | | **Conselho Fiscal** | |
| Maior remuneração individual (2) | 1.107.062,84 | 1.161.181,45 | 70.835,04 | 74.649,19 | 66.492,72 | 71.181,23 |
| Menor remuneração individual (3) | 734.481,75 | 910.014,59 | 54.279,84 | 58.107,18 | 54.279,84 | 57.144,55 |
| Remuneração média individual (4) | 927.343,84 | 1.031.236,64 | 60.346,98 | 56.045,14 | 57.219,53 | 59.613,92 |
| Número de membros (5) | 6,25 | 6,67 | 5,33 | 6,08 | 5,17 | 5,42 |

(1) Valores aprovados em Assembleia Geral.

(2) Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

(3) Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

(4) Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período, de cada órgão, pelo número de membros.

(5) O número de membros corresponde à média anual do número de membros de cada órgão, apurado mensalmente.

Em 31.12.2019, o número de funcionários do Banco totalizava 6.802 (7.005 em 31.12.2018), registrando- se uma redução de 2,90% no quadro de pessoal.

###### NOTA 23 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução n° 4.424, do CMN, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1)

– Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

###### Descrição dos Planos de Benefícios a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

###### a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes. Em termos gerais, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano, até a data de aposentadoria do participante.

###### a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

O plano CV I só poderá vir a apresentar déficit ou superávit atuarial após o início da concessão dos benefícios não programados, invalidez e morte, ou dos benefícios programados em fase de renda vitalícia. O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos.

###### Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

###### Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por

doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2018/2020. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

###### Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

###### Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizados estudos que objetivam auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e a situação financeira do plano, permitindo-se que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

###### Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.12.2019, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

###### Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 31.12.2019, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2018, 1:1).

###### Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Plano** | **Tipo de Risco** | **Descrição do Risco** |
| BD/ CV I/  Natural/Seguro de Vida em Grupo | Risco Atuarial | É o risco do custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar suas contribuições ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios. |
| BD/ CV I/ Natural | Risco dos investimentos | Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do  passivo atuarial. |
| BD/ CV I/  Natural/Seguro de Vida em Grupo | Risco das premissas atuariais | Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial. |
| BD/ CV I/  Natural/Seguro de Vida em Grupo | Taxa de desconto | O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 da Deliberação CVM nº 695. Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial. |
| BD/ CV I/  Natural/Seguro de Vida em Grupo | Riscos de Expectativa de Vida | Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial. |

###### Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **BD** | **CV I** | **CAMED** | **SEGURO** |
| Participantes | 1.248 | 5.358 | 6.290 | 4.771 |
| Assistidos (Aposentados) | 3.841 | 266 | 3.958 | 3.657 |
| Assistidos (Pensionistas) | 1.243 | 38 | 1.241 | - |
| **TOTAL** | **6.332** | **5.662** | **11.489** | **8.428** |

1. **Premissas utilizadas**
   1. **Premissas Demográficas**

As premissas demográficas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef, embasadas em estudos estatísticos e de adequação das hipóteses, elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquela entidade. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Plano BD (Capef) e Plano Natural (Camed)** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Tábuas de Mortalidade** | | |
| Ativos/Aposentados | RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo | RP2000 M&F Proj 2018 – Suavizada em 10%, segregada por sexo |
| Inválidos | RP2000 Disable F | RP2000 Disable F |
| **Tábua de Entrada em Invalidez** | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Plano CV I (Capef) e Seguro de Vida** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Tábuas de Mortalidade** | | |
| Ativos/Aposentados | RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo  (Suavizada 20%) | RP 2000 Proj. 2018 Segmentada por sexo  (Suavizada 20%) |
| Inválidos | Experiência do IAPC (suavizada em 50%) | Experiência do IAPC (suavizada em 50%) |
| **Tábua de Entrada em Invalidez** | Muller (suavizada em 85%) | Muller (suavizada em 85%) |

###### Premissas Financeiras

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef (% a.a.)** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 6,60 | 9,00 | 7,22 | 9,17 |
| Taxa real de desconto da obrigação atuarial | 2,87 | 4,80 | 3,46 | 4,98 |
| Taxa média de inflação anual | 3,63 | 4,00 | 3,63 | 4,00 |
| Taxa nominal de crescimento salarial (1) (2) | 4,67 | 5,04 | - | - |
| Taxa nominal de aumentos dos benefícios | 3,63 | 4,00 | 3,63 | 4,00 |

(1) Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

(2) Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e salários do Banco e em hipótese de progressão da verba de adicional de função em comissão (AFC).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed (% a.a.)** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial | 7,22 | 9,17 | 7,22 | 9,17 |
| Taxa real de desconto da obrigação atuarial | 3,46 | 4,98 | 3,46 | 4,98 |
| Taxa média de inflação anual | 3,63 | 4,00 | 3,63 | 4,00 |
| Taxa nominal de crescimento salarial (1) | 4,67 | 4,00 | 3,63 | 4,00 |
| Taxa nominal de aumento médio dos benefícios(1) | 2,45 (2) | 2,74 (2) | 3,63 | 4,00 |
| Taxa de evolução dos custos médicos em  decorrência do envelhecimento (*Aging Factor*) | 3,47 | 3,70 | Não se aplica | Não se aplica |
| Taxa de crescimento dos custos de saúde (HCCTR) | 2,45 (2) | 2,74 (2) | Não se aplica | Não se aplica |

(1) No caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado.

(2) Na posição de 31.12.2019, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,45%, acima do “aging factor” e da inflação geral de preços, e decresce gradualmente em 4 (quatro) anos, permanecendo a partir do 5º (quinto) ano em 1% a.a. Na posição de 31.12.2018, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 10 (dez) anos. A taxa encontrada foi de 2,74%, acima do “aging factor” e da inflação geral de preços.

* 1. A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do “floating” inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.
  2. É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.
  3. A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução nº 4.424, do CMN. Na posição de 31.12.2019, foram apuradas as seguintes *durations:* para os planos Capef BD: 6,73 anos (8,19 anos em 31.12.2018), para o plano Capef CV I: 25,64 anos (24,13 anos em 31.12.2018), para o plano Natural: 21,26 anos (23,09 anos em 31.12.2018) e para o Seguro de Vida: 19,58 anos (17,93 anos em 31.12.2018).

###### Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 31.12.2019, os planos administrados pela Capef e Camed, e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

###### Planos de Previdência Privada

* + 1. **Plano BD**: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 5.647.446 (R$ 4.545.981 em 31.12.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 4.715.575 (R$ 3.939.911 em 31.12.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 931.871 (R$ 606.070 em 31.12.2018). A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R$ 4.807.909 (R$ 3.711.503 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R$ 839.537 (R$ 834.478 em

31.12.2018);

* + 1. **Plano CV I**: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 32.359 (R$

14.538 em 31.12.2018) é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R$ 88.627 (R$ 54.740 em 31.12.2018), resultando em um superávit de R$ 56.268 (R$ 40.202 em 31.12.2018), que

não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

* 1. **Plano de Assistência Médica**: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R$ 2.293.236 (R$ 1.621.151 em 31.12.2018) encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R$ 158.763 (R$ 146.781 em 31.12.2018), resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R$ 2.134.473 (R$ 1.474.370 em 31.12.2018). A obrigação referente aos participantes assistidos é de R$ 1.517.652 (R$ 1.151.076 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R$ 775.584 (R$ 470.075 em 31.12.2018).
  2. **Seguro de vida em grupo**: o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R$ 363.829 (R$ 147.161 em 31.12.2018), inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R$ 277.826 (R$ 128.194 em 31.12.2018) e aos participantes ativos é de R$ 100.999 (R$ 40.797 em 31.12.2018), desse total ainda é descontado o subsídio cruzado no valor de R$ 14.996 (R$ 21.830 em 31.12.2018)

###### Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1.Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período | (4.545.981) | (4.161.598) | (14.538) | (21.807) |
| 2. Custo dos Juros | (392.997) | (390.990) | (1.311) | (2.034) |
| 3. Custo do Serviço Corrente | (2.989) | (8.562) | (119) | (463) |
| 4. Benefícios Pagos pelo Plano | 448.414 | 429.021 | 610 | 470 |
| 5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) | (78.919) | (80.348) | - | - |
| 6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte  BD do plano | - | - | (7.345) | (270) |
| **7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais** | **(1.074.974)** | **(333.504)** | **(9.656)** | **9.566** |
| 7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência | 174.051 | 73.739 | 426 | 10.310 |
| 7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras | (965.365) | (403.707) | (10.082) | (871) |
| 7.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio | (106.590) | - | - | - |
| 7.4. Decorrentes do PID | - | (3.536) | - | 127 |
| 7.5. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos benefícios | (177.070) | - | - | - |
| **8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período** | **(5.647.446)** | **(4.545.981)** | **(32.359)** | **(14.538)** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1.Valor Presente da Obrigação Atuarial no Início do Período | (1.621.151) | (1.470.786) | (147.161) | (134.567) |
| 2. Custo dos Juros | (145.446) | (139.767) | (13.158) | (12.760) |
| 3. Custo do Serviço Corrente | (9.626) | (18.463) | (1.976) | (1.214) |
| 4. Benefícios Pagos pelo Plano (1) | 101.120 | 87.091 | 10.197 | 7.923 |
| 5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas) | (26.484) | (24.173) | (3.167) | (3.156) |
| 6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano | 12.351 | 11.544 | - | - |
| **7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais** | **(604.000)** | **(66.597)** | **(208.564)** | **(3.387)** |
| 7.1. Ajustes de Experiência | (28.351) | 167.801 | 43.187 | 8.366 |
| 7.2. Alterações de Premissas Financeiras | (484.613) | (231.162) | (85.548) | (11.795) |
| 7.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquido do ganho decorrente do reajuste da tabela  de contribuição de dependentes | (196.814) | - | - | - |
| 7.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de despesas  administrativas | 60.846 | - | - | - |
| 7.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação  médica (HCCTR) | 44.932 | - | - |  |
| 7.6. Alterações de Outras Premissas – PID | - | (3.236) | - | 42 |
| 7.7. Decorrentes da alteração do Contrato | - | **-** | (166.203) | **-** |
| **8. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período** | **(2.293.236)** | **(1.621.151)** | **(363.829)** | **(147.161)** |

**(1)** Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

###### Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período | 3.939.911 | 3.750.382 | 54.740 | 44.629 |
| 2. Receita de Juros | 342.700 | 355.214 | 5.128 | 4.410 |
| 3. Contribuições Recebidas do Empregador (1) | 79.129 | 80.549 | 1.520 | 1.422 |
| 4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 178 | 212 | 1.531 | 1.429 |
| 5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos | 78.919 | 80.348 | - | - |
| 6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano | - | - | 7.345 | 270 |
| 7. Benefícios Pagos pelo Plano | (448.414) | (429.021) | (610) | (470) |
| 8. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos (2) | 723.152 | 102.227 | 18.973 | 3.050 |
| **9. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período** | **4.715.575** | **3.939.911** | **88.627** | **54.740** |

(1) Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

(2) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Valor Justo dos Ativos do Plano no Início do Período | 146.781 | 116.548 | - | - |
| 2. Receita de Juros | 13.412 | 11.545 | - | - |
| 3. Contribuições Recebidas do Empregador (1) | 81.979 | 74.332 | 4.103 | 4.377 |
| 4. Devolução das Contribuições do Patrocinador | (5.587) | (5.321) | - | - |
| 5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos | 345 | 662 | 2.927 | 390 |
| 6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos | 26.484 | 24.173 | 3.167 | 3.156 |
| 7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano | (12.351) | (11.544) | - | - |
| 8. Benefícios Pagos pelo Plano (2) | (101.120) | (87.091) | (10.197) | (7.923) |
| 9. Ganhos / (Perdas) sobre os ativos (3) | 8.820 | 23.477 | - | - |
| **10. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período** | **158.763** | **146.781** | - | - |

(1) Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

(2) Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

(3) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

###### Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | |
| **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Efeito do Teto do Ativo no Início do Período | (40.202) | (22.822) |
| 2. Juros sobre o Efeito do Teto | (3.817) | (2.376) |
| 3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo | (12.249) | (15.004) |
| **4. Efeito do Teto do Ativo no Fim do Período** | **(56.268)** | **(40.202)** |

1. **Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final do Período | (5.647.446) | (4.545.981) | (32.359) | (14.538) |
| 2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do  Período | 4.715.575 | 3.939.911 | 88.627 | 54.740 |
| 3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2) | (931.871) | (606.070) | 56.268 | 40.202 |
| 4. Efeito do Teto do Ativo no Final do Período | - | - | (56.268) | (40.202) |
| **5. Passivo Reconhecido no Balanço**  **Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)** | **(931.871)** | **(606.070)** | **-** | **-** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. Valor Presente da Obrigação Atuarial no Final  do Período | (2.293.236) | (1.621.151) | (363.829) | (147.161) |
| 2. Valor Justo dos Ativos do Plano no Final do Período | 158.763 | 146.781 | - | - |
| 3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2) | (2.134.473) | (1.474.370) | (363.829) | (147.161) |
| **4. Passivo Reconhecido no Balanço**  **Patrimonial no Final do Período (Nota 16.i)** | **(2.134.473)** | **(1.474.370)** | **(363.829)** | **(147.161)** |

1. **Valores Reconhecidos no Resultado do Exercício**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | | | |
| **Plano BD** | | | **Plano CV I** | | |
| **2° Sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** | **2° Sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| **1. Custo do Serviço Corrente Líquido** | **(1.435)** | **(2.811)** | **(8.350)** | **758** | **1.412** | **966** |
| 1.1. Custo do Serviço | (1.495) | (2.989) | (8.562) | (60) | (119) | (463) |
| 1.2. Contribuições Recebidas de Participantes  Ativos | 60 | 178 | 212 | 818 | 1.531 | 1.429 |
| **2. Juros Líquidos** | **(25.149)** | **(50.297)** | **(35.776)** | **-** | **-** | **-** |
| 2.1. Custo dos Juros | (196.499) | (392.997) | (390.990) | (655) | (1.311) | (2.034) |
| 2.2. Receita de Juros | 171.350 | 342.700 | 355.214 | 2.558 | 5.128 | 4.410 |
| 2.3. Juros sobre o Efeito do Teto | **-** | **-** | - | (1.903) | (3.817) | (2.376) |
| **3. Valores Reconhecidos no Resultado do**  **Exercício (item 1 + item 2)** | **(26.584)** | **(53.108)** | **(44.126)** | **758** | **1.412 (1)** | **966 (1)** |

(1) Valor registrado na rubrica “Reversão de Provisões Operacionais”.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed**  **Plano Natural** | | | **Seguro de Vida** | | |
| **2° Sem/2019** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** | **2° Sem/2019** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** |
| **1. Custo do Serviço Corrente Líquido** | **172** | **(9.281)** | **(17.801)** | **420** | **951** | **(824)** |
| 1.1. Custo do Serviço | - | (9.626) | (18.463) | (988) | (1.976) | (1.214) |
| 1.2. Contribuições Recebidas de  Participantes Ativos | 172 | 345 | 662 | 1.408 | 2.927 | 390 |
| **2. Juros Líquidos** | **(66.017)** | **(132.034)** | **(128.222)** | **(6.579)** | **(13.158)** | **(12.760)** |
| 2.1. Custo dos Juros | (72.723) | (145.446) | (139.767) | (6.579) | (13.158) | (12.760) |
| 2.2. Receita de Juros | 6.706 | 13.412 | 11.545 | - | **-** | - |
| **3. Valores Reconhecidos no Resultado do**  **Exercício (item 1 + item 2) (1)** | **(65.845)** | **(141.315)** | **(146.023)** | **(6.159)** | **(12.207)** | **(13.584)** |

(1) Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, plano Natural: 2° Sem/2019: R$ 29; 01.01.a 31.12.2019: R$ 69; 01.01 a 31.12.2018: R$ 46; e Seguro de Vida: 2° Sem/2019: R$ 3; 01.01.a 31.12.2019: R$ 6; 01.01.a 31.12.2018: R$ 7.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** |
| 1. Contribuições (Parte CD) (1) | (33.562) | (61.005) | (56.669) |

(1) Inclusive contribuições de funcionários cedidos: 2º Sem/2019: R$ 55; 01.01 a 31.12.2019: R$ 148; e 01.01 a 31.12.2018:R$250.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** |
| 1. Despesas Administrativas | (3.713) | (6.880) | (6.999) |

###### Valores do Período Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 31.12.2019, dizem respeito às quedas nas taxas reais de desconto em relação a 31.12.2018, que passaram de 4,80% (31.12.2018) para 2,87% (31.12.2019) no plano BD, de 4,98% (31.12.2018) para 3,46% (31.12.2019) nos planos CV I, Natural e para o Seguro de Vida.

Além disso, registramos perdas decorrentes principalmente: (i) da alteração no plano de custeio no plano BD, com a redução do percentual de contribuição dos assistidos e reajuste dos benefícios; (ii) da

elevação dos custos assistenciais médios no plano Natural, tais perdas foram superiores aos ganhos gerados pela redução do percentual de despesas administrativas e da inflação medica (HCCTR), após a alteração da base de custos assistenciais dos últimos 10 anos, e o reajuste da tabela de contribuição dos dependentes; e (ii) da mudança no contrato de seguro de vida em grupo, que teve os tetos de capital segurado elevados e taxas de prêmio anual reduzidas.

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| 1. Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos (1) | 723.152 | 102.227 | 18.973 | 3.050 |
| **2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação** | **(1.074.974)** | **(333.504)** | **(9.656)** | **9.566** |
| 2.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência | 174.051 | 73.739 | 426 | 10.310 |
| 2.2. Decorrentes de Alterações de Premissas  Financeiras | (965.365) | (403.707) | (10.082) | (871) |
| 2.3. Decorrentes da alteração do plano de custeio | (106.590) | - | - | - |
| 2.4. Decorrentes do PID | - | (3.536) | - | 127 |
| 2.5. Decorrentes da aplicação dos reajustes dos  benefícios | (177.070) | - | - | - |
| 3. Efeito do teto do ativo | - | - | (12.249) | (15.004) |
| **4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido**  **no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) (2)** | **(351.822)** | **(231.277)** | **(2.932)** | **(2.388)** |

(1) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

(2) Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 31.12.2018: R$ 57; e do plano CV I:01.01 a 31.12.2018: (R$ 419).

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| 1.Ganhos / (Perdas) sobre os Ativos (1) | 8.820 | 23.477 | - | - |
| **2.Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação** | **(604.000)** | **(66.597)** | **(208.564)** | **(3.387)** |
| 2.1. Ajustes de Experiência | (28.351) | 167.801 | 43.187 | 8.366 |
| 2.2. Alterações de Premissas Financeiras | (484.613) | (231.162) | (85.548) | (11.795) |
| 2.3. Alterações decorrentes da elevação dos custos assistenciais líquido do ganho decorrente  do reajuste da tabela de contribuição de dependentes | (196.814) | - | - | - |
| 2.4. Alterações decorrentes da redução da taxa de  despesas administrativas | 60.846 | - | - | - |
| 2.5. Alterações decorrentes da redução da taxa de inflação médica (HCCTR) | 44.932 | - | - | - |
| 2.6. Alterações de Outras Premissas – PID | - | (3.236) | - | 42 |
| 2.7. Decorrentes da alteração do Contrato | - | - | (166.203) | - |
| **3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Período (item 1 + item 2 + item 3) (2)** | **(595.180)** | **(43.120)** | **(208.564)** | **(3.387)** |

(1) Retorno sobre os ativos do plano, excluindo montantes incluídos nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido;

(2) Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano Natural: 01.01 a 31.12.2018: R$ (20) e no seguro de vida em grupo: 01.01 a 31.12.2019: (R$1).

###### Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no Período

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | |
| **Plano BD** | | **Plano CV I** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Período | (606.070) | (411.216) | - | - |
| 2. Contribuições do Empregador | 79.129 | 80.549 | 1.520 | 1.422 |
| 3. Valores Reconhecidos no Resultado | (53.108) | (44.126) | 1.412 | 966 |
| 4. Valores Reconhecidos no Patrimônio do Período | (351.822) | (231.277) | (2.932) | (2.388) |
| **5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Período (Nota 16.i)** | **(931.871)** | **(606.070)** | **-** | **-** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Camed** | | **Seguro de Vida** | |
| **Plano Natural** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| 1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do  Período | (1.474.370) | (1.354.238) | (147.161) | (134.567) |
| 2. Contribuições do Empregador | 81.979 | 74.332 | 4.103 | 4.377 |
| 3. Devolução de contribuições do patrocinador | (5.587) | (5.231) | - | - |
| 4. Valores Reconhecidos no Resultado | (141.315) | (146.023) | (12.207) | (13.584) |
| 5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido | (595.180) | (43.120) | (208.564) | (3.387) |
| **6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Período (Nota 16.i)** | **(2.134.473)** | **(1.474.370)** | **(363.829)** | **(147.161)** |

1. **Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos**

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,00% ao ano.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | | | **Camed** | |
| **Plano BD (%)** | | **Plano CV I (%)** | | **Plano Natural (%)** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Renda Fixa | 89,17 | 89,59 | 79,11 | 87,13 | 94,44 | 94,94 |
| Renda Variável | 2,68 | 0,95 | 7,30 | 4,44 | 2,88 | 4,50 |
| Imobiliários | 6,34 | 6,67 | 6,02 | 3,11 | 2,68 | 0,56 |
| Multimercado (Exterior e Fundos Estruturados) | - | 0,46 | 3,40 | - | - | - |
| Operações com Participantes | 1,81 | 2,33 | 4,17 | 5,32 | - | - |
| Outros | - | - | - | - | - | - |
| **Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos** | | | | | | |
| Em instrumentos financeiros no Banco | 0,53 | 0,25 | - | - | 94,44 | 94,94 |
| Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco | 0,65 | 0,85 | - | - | 2,68 | 0,56 |

###### Análise de sensibilidade das principais premissas

A análise de sensibilidade demonstra como a obrigação de benefício definido, na posição de 31.12.2019, seria afetada por mudanças das seguintes premissas relevantes: (i) o acréscimo ou decréscimo de 0,25%

a.a. na taxa de juros; e (ii) o acréscimo ou decréscimos de 0,25% a.a. na inflação médica (HCCTR) no plano Natural.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Capef - Plano BD** | **Parâmetros**  **Atuais** | **Taxa de Juros** | |
| **31.12.2019** | **+ 0,25%** | **-0,25%** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (5.647.446) | (5.505.385) | (5.796.669) |
| Valor Justo dos Ativos | 4.715.575 | 4.715.575 | 4.715.575 |
| **Superávit (Déficit) Técnico** | **(931.871)** | **(789.810)** | **(1.081.094)** |
| **Variações:** | | | |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | (2,5%) | 2,6% |
| Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%) | | (15,2%) | 16,0% |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Capef - Plano CV I** | **Parâmetros**  **Atuais** | **Taxa de Juros** | |
| **31.12.2019** | **+0,25%** | **-0,25%** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (32.359) | (30.002) | (34.560) |
| Valor Justo dos Ativos | 88.627 | 88.627 | 88.627 |
| **Superávit (Déficit) Técnico (1)** | **56.268** | **58.625** | **54.067** |
| **Variações:** | | | |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | (7,3%) | 6,8% |
| Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%) | | 4,2% | (3,9%) |

**(1)** Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Camed - Plano Natural** | **Parâmetros Atuais** | **Taxa de Juros** | | | **HCCTR** | |
| **31.12.2019** | **+ 0,25%** | | **- 0,25%** | **+ 0,25%** | **- 0,25%** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (2.293.236) | (2.196.510) | | (2.396.809) | (2.401.981) | (2.191.149) |
| Valor Justo dos Ativos | 158.763 | 158.763 | | 158.763 | 158.763 | 158.763 |
| **Superávit (Déficit) Técnico** | **(2.134.473)** | **(2.037.747)** | | **(2.238.046)** | **(2.243.218)** | **(2.032.386)** |
| **Variações:** | | | | |  |  |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | (4,2%) | 4,5% | | 4,7% | (4,5%) |
| Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%) | | (4,5%) | 4,9% | | 5,1% | (4,8%) |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Seguro de Vida** | **Parâmetros**  **Atuais** | **Taxa de Juros** | | |
| **31.12.2019** | **+ 0,25%** | | **-0,25%** |
| Valor Presente da Obrigação Atuarial | (363.829) | (346.785) | | (382.108) |
| **Superávit (Déficit) Técnico** | **(363.829)** | **(346.785)** | | **(382.108)** |
| **Variações:** | | | | |
| Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%) | | | (4,7%) | 5,0% |
| Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%) | | | (4,7%) | 5,0% |

###### Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

* 1. **Contribuições Esperadas para o exercício de 2020**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | **Camed** | **Seguro de Vida** |
| **Plano BD** (1) | **Plano CV I** (2) | **Plano Natural** (3) |
| 1. Contribuições do Empregador | 88.707 | 1.447 | 63.779 | 3.557 |
| 2. Contribuições de Empregados Ativos | 70 | 1.416 | - | 2.385 |
| 3. Contribuições de Ex-empregados Assistidos | 88.638 | - | 27.711 | 4.099 |

(1) Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo: 01.01 a 31.12.2019: Empregador: R$ 6.677 e Empregados/Assistidos R$ 6.677;

(2) Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano: 01.01 a 31.12.2019: Empregador: R$ 58.107 e Empregados: R$ 58.138;

(3) Exceto coparticipações.

###### Pagamentos de Benefícios Esperados

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef(1)** | | **Camed (1)(2)** | **Seguro de Vida (1)** |
| **Plano BD** | **Plano CV I** | **Plano Natural** |
| Até 1 ano | 661.802 | 251 | 104.722 | 9.722 |
| De 1 ano a 2 anos | 557.941 | 292 | 106.552 | 10.329 |
| De 2 anos a 3 anos | 515.793 | 344 | 112.033 | 10.961 |
| De 3 anos a 4 anos | 473.753 | 385 | 117.916 | 11.596 |
| Acima de 4 anos | 4.029.374 | 83.897 | 5.247.834 | 770.119 |
| **Total** | **6.238.663** | **85.169** | **5.689.057** | **812.727** |

(1) Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

(2) Líquidos de coparticipação de assistidos.

###### Estimativa de Despesas para o exercício de 2020

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Capef** | | **Camed** | **Seguro de Vida** |
| **Plano BD** | **Plano CV I** | **Plano Natural** |
| 1. Custo do Serviço Corrente Líquido | (11.920) | 1.284 | (42.489) | (1.418) |
| 2. Juros Líquidos | (58.611) | - | (151.390) | (26.123) |
| **3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer** | **(70.531)** | **1.284** | **(193.879)** | **(27.541)** |

**NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados (PLR)**

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no exercício, corresponde a R$

105.003 (R$ 46.532 em 31.12.2018), composta pelo equivalente a 6,05% do lucro líquido do exercício (6,41% em 31.12.2018) e 25% (25% em 31.12.2018) dos dividendos/juros sobre o capital próprio do exercício.

A despesa de PLR, do exercício, importa em R$ 105.246 (R$ 47.208 em 31.12.2018), sendo R$ 105.003 (R$ 46.532 em 31.12.2018) referente aos Empregados e R$ 243 (R$ 676 em 31.12.2018) aos Administradores. Os valores pagos de PLR aos Empregados importaram em R$ 79.235 (R$ 37.329 em 31.12.2018) e aos administradores R$ 1.396 (R$ 1.603 em 31.12.2018).

###### NOTA 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

1. O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R$ 89.289.553 (R$ 82.046.352 em 31.12.2018), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.
2. As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R$ 22.691.198 (R$ 24.575.929 em 31.12.2018), registrados no título “Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela taxa extramercado. No período, a despesa com remuneração dessas disponibilidades foi de R$ 1.381.078 (R$ 1.507.276 em 31.12.2018).
3. A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
   1. nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
   2. para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
   3. o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em “Provisão para Garantias Financeiras Prestadas” do Banco é a seguinte:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nível de Risco** | **Saldos 31.12.2019** | **Provisão em 31.12.2019**(2) | **Saldos 31.12.2018** | **Provisão em 31.12.2018**(2) |
| AA | 23.744.405 | - | 15.264.524 | - |
| A | 18.297.029 | 45.788 | 16.111.654 | 40.472 |
| B | 5.699.923 | 28.786 | 6.597.508 | 33.423 |
| C | 1.714.095 | 25.646 | 1.865.307 | 27.960 |
| D | 886.581 | 44.349 | 1.038.784 | 51.886 |
| E | 938.294 | 141.085 | 997.889 | 149.863 |
| F | 370.768 | 92.668 | 305.047 | 76.574 |
| G | 357.882 | 125.306 | 306.642 | 107.328 |
| H | 4.506.150 | 2.243.963 | 4.992.689 | 2.502.201 |
| **Total** | **56.515.127** | **2.747.591**(1) | **47.480.044** | **2.989.707**(1) |

(1) Em 31.12.2019, inclui R$ 44.715 referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito com indícios de irregularidades (R$ 46.587 em 31.12.2018)

(2) Contemplam os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, que autorizou a concessão de rebate e a repactuação de dívidas das operações de crédito rural contratadas até 31.12.2011, com recursos oriundos do FNE e recursos mistos do FNE com outras fontes.

1. Para as contratações efetuadas após 30.11.1998, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R$ 1.607.175 (R$ 1.361.114 em 31.12.2018).
2. No período, a taxa de administração foi de R$ 1.422.679 (R$ 1.394.979 em 31.12.2018), calculada à base de 2,7% ao ano sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente.
3. A MP nº 812, convertida na Lei nº 13.682, de 19.06.2018, determinou as seguintes alterações, com vigência a partir de 2018:
4. redução anual da taxa de administração à base de 0,3%, passando de 3% em 2018 para 1,5% a partir de 2023;
5. a base de cálculo é o Patrimônio Líquido do FNE, deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o Artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o Artigo 6º da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento (MCR-10) do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio);
6. o Banco fará jus ao percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o Art. 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995;
7. o montante a ser recebido pelo Banco em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o Fundo, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário; e
8. a taxa de administração somada à remuneração sobre as disponibilidades ficam limitadas, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do art. 159 da Constituição Federal, realizadas pela União.

###### NOTA 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT)

O FAT é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade(1)** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Proger-Urbano Investimento | 017/2006 | - | 373 |
| Protrabalho Investimento | 004/2007 | 105.039 | 107.606 |
| Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) | 001/2010 | - | 15.859 |
| **Total** | | **105.039** | **123.838** |

As obrigações contraídas junto ao FAT, registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R$ 18.823 (R$ 66.154 em 31.12.2018) têm custo de captação com base na Taxa Média Selic (TMS) enquanto não aplicadas em operações de crédito. Com relação aos recursos liberados a remuneração é calculada com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para as operações contratadas até 31 de dezembro de 2017 e na Taxa de Longo Prazo (TLP) para os recursos relativos às operações contratadas a partir de 1° de janeiro de 2018, após a liberação para os mutuários finais e durante o período de vigência dos financiamentos. Os recursos disponíveis, remunerados com base na Taxa Média Selic, totalizam R$1.105 (R$ 29.249 em 31.12.2018).

As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado nas Resoluções Codefat n°s 439/2005, 489/2006 e 801/2017, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade, acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e

-a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade(1)** | **Devolução de Recursos do FAT** | | | **31.12.2019** | | |
| **Forma (2)** | **R.A.** | **Remuneração Selic** | **Disponível TMS (3)** | **Aplicado TJLP ou**  **TLP(4)** | **Total** |
| Proger – Urbano- Investimento | 17/2006 | RA | 9.575 | 68 | - | - | - |
| FAT – Infraestrutura **(5)** | 18/2006 | RA | 1.288 | 11 | - | - | - |
| Protrabalho- Investimento | 04/2007 | RA | 7.157 | 119 | 346 | 17.716 | 18.062 |
| PNMPO | 01/2010 | RA | 31.138 | 407 | 759 | 2 | 761 |
| **Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)** | | | **49.158** | **605** | **1.105** | **17.718** | **18.823** |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Tade(1)** | **Devolução de Recursos do FAT** | | | **31.12.2018** | | |
| **Forma**  **(2)** | **R.A.** | **Remuneração Selic** | **Disponível TMS (3)** | **Aplicado TJLP ou**  **TLP(4)** | **Total** |
| Proger – Urbano- Investimento | 17/2006 | RA | 2.684 | 128 | 9.360 | 190 | 9.550 |
| FAT – Infraestrutura **(5)** | 18/2006 | RA | 42.783 | 996 | 1.286 | - | 1.286 |
| Protrabalho- Investimento | 04/2007 | RA | 25.312 | 378 | 1.778 | 22.196 | 23.974 |
| PNMPO | 01/2010 | RA | 51.478 | 859 | 16.825 | 14.519 | 31.344 |
| **Total (Nota 13.b e Nota 28.a.1)** | | | **122.257** | **2.361** | **29.249** | **36.905** | **66.154** |

(1) Tade: Termo de Alocação de Depósito Especial.

(2) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo total);

(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS);

(4) Recursos remunerados: Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para operações contratadas até 31.12.2017 e Taxa de Longo Prazo (TLP) para operações contratadas a partir de 01.01.2018.

(5) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

###### NOTA 27– Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

1. **Gestão de Riscos e Capital**

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado, de liquidez, da taxa de juros da carteira bancária – IRRBB e socioambiental. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

###### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas da instituição.

A atuação dessa estrutura leva em consideração o equilíbrio financeiro do banco e é pautada na política de integridade e ética da instituição e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

###### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2020 a 2024, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 02.12.2019. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal:[*www.bnb.gov.br*.](http://www.bnb.gov.br/)

###### Política Corporativa de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado, de liquidez, de taxa de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB), de concentração e socioambiental. O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Bacen, podem ser encontradas no portal: [*www.bnb.gov.br*.](http://www.bnb.gov.br/)

###### Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **Exposição** | |
| **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas** | **45.232.910** | **37.950.059** |
| **Público** | **1.080.003** | **1.036.853** |
| **Privado** | **44.152.907** | **36.913.206** |
| Comércio | 4.170.917 | 3.923.129 |
| Comércio Exterior | 776.651 | 835.103 |
| Indústria | 7.427.931 | 7.223.793 |
| Infraestrutura | 13.628.564 | 8.855.282 |
| Microfinança Urbana | 4.327.132 | 3.288.408 |
| Pessoas Físicas | 128.248 | 129.389 |
| Rural | 8.758.702 | 8.079.973 |
| Outros Serviços | 4.934.762 | 4.578.129 |
| **Operações de Mercado** | **46.250.525** | **46.080.208** |
| **Títulos Públicos Federais** | **43.360.635** | **42.777.700** |
| Operações Compromissadas | 6.382.342 | 10.247.552 |
| Outras | 36.978.293 | 32.530.148 |
| **Depósitos Interfinanceiros** | **75.991** | **108.350** |
| **Outros Títulos e Valores Mobiliários** | **1.025.081** | **1.923.825** |
| **Outras Operações** | **1.788.818** | **1.270.333** |
| **Demais Ativos** | **4.892.986** | **5.414.501** |
| **Total** | **96.376.421** | **89.444.768** |

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Apetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

###### Garantias de Operações de Crédito acima de R$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R$ 5.000 importam em R$ 3.283.834 (R$ 3.674.323 em 31.12.2018). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R$ 4.703.071 (R$ 4.518.315 em 31.12.2018).

###### Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | | **31.12.2019(%)** | **31.12.2018 (%)** |
| Índice de Liquidez | Na data-base | 931,37 | 978,89 |
| Média dos últimos 12 meses | 854,15 | 965,33 |
| Máximo dos últimos 12 meses | 1.114,25 | 1.460,41 |
| Mínimo dos últimos 12 meses | 493,14 | 720,43 |

###### Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

* 1. *Value at Risk (VaR*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
  2. variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (∆EVE) da carteira bancária;
  3. variação do resultado da intermediação financeira (∆NII) da carteira bancária;
  4. mapa de requerimentos mínimos de capital;
  5. relatório de exposição cambial;
  6. análise de sensibilidade;
  7. testes de estresse;
  8. testes de aderência (*back testing*); e
  9. relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

|  |  |
| --- | --- |
| **Limites de Exposição ao Risco** | **Procedimento de Controle** |
| * 1% (um por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; * 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (∆EVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); * 15% (quinze por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (∆NII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); * 8% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR), como limite máximo de exposições em moeda estrangeira. | Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá um alerta à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição;  Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, o Ambiente de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS. |

###### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Carteira/Fator de Risco** | **Tipo de Risco** | **Cenário 1**  **(Provável)** | **Cenário 2**  **(Variação de 25%)** | | **Cenário 3**  **(Variação de 50%)** | |
| **Saldo** | **Saldo** | **Perda** | **Saldo** | **Perda** |
| **Carteira de Negociação** | | | | | | |
| Juros Prefixados | Aumento da taxa de juros | 1.718.274 | 1.716.936 | (1.338) | 1.715.599 | (2.675) |
| **Carteira Bancária** | | | | | | |
| Cupom de Dólar | Redução do cupom | (34.398) | (35.652) | (1.254) | (36.963) | (2.565) |
| Cupom de Euro | Aumento do cupom | 4.046 | 4.044 | (2) | 4.042 | (4) |
| Cupom de IGP | Aumento do cupom | 230.044 | 225.713 | (4.331) | 221.683 | (8.361) |
| Cupom de IPCA | Aumento do cupom | (161.772) | (164.781) | (3.009) | (131.214) | 30.558 |
| Cupom de TJLP | Aumento do cupom | 85.689 | 84.793 | (896) | 83.929 | (1.760) |
| Cupom de TR | Aumento do cupom | (1.905.457) | (1.959.432) | (53.975) | (1.997.678) | (92.221) |
| Juros Prefixados | Aumento da taxa de Juros | 4.416.499 | 4.339.359 | (77.140) | 4.272.176 | (144.323) |

(1) Não se verificaram estimativas de perdas para esta carteira no Cenário 3.

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão S.A. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

###### Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, ou sistemas, incluindo o risco legal.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de auto avaliação de riscos e de controles em processos – *Risk and Control Self Assessment (RCSA*)que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

###### Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R$ 47.271 (R$ 64.563 em 31.12.2018 – posição vendida), conforme a seguir:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** | **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Disponibilidades | 1.939 | 3.879 | Depósitos | - | - |
| Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 24.441 | 45.188 | Relações Interdependências | 3.381 | 7.996 |
| Operações de Crédito | 423.461 | 569.098 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País | 59.338 | 66.964 |
| Outros Créditos | 879.654 | 879.154 | Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior | 431.861 | 1.729.785 |
| Outras Obrigações | 882.186 | 905.756 |
| **Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos** | **1.329.495** | **1.497.319** | **Total de Passivos em Moedas Estrangeiras** | **1.376.766** | **2.710.501** |
| Operações de *Swap* | - | 1.148.619 |
| **Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras** | **1.329.495** | **2.645.938** | **Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras** | **1.376.766** | **2.710.501** |

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos (5% do Patrimônio de Referência).

###### Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 31.12.2019, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do IRRBB) de 14,35% (13,55% em 31.12.2018). O índice de Nível I ficou em 10,44% (9,00% em 31.12.2018) e o índice de Capital Principal em 9,04% (9,00% em 31.12.2018). O PR apurado foi de R$ 8.265.588 (R$ 6.541.685 em 31.12.2018), o Nível I ficou em R$ 5.982.984 (R$ 4.279.871 em 31.12.2018) e o Capital Principal em R$ 5.181.944 (R$ 4.279.871 em 31.12.2018), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R$ 57.311.851 (R$ 47.553.157 em 31.12.2018).

###### Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Patrimônio de Referência (PR)** | **8.265.588** | **6.541.685** |
| **. Nível I** | **5.982.984** | **4.279.871** |
| . Capital Principal | 5.181.944 | 4.279.871 |
| . Capital Complementar | 801.040 | - |
| **. Nível II** | **2.282.604** | **2.261.814** |
| **Ativos Ponderados por Risco (RWA)** | **57.311.851** | **47.553.157** |
| . Parcela RWACPAD | 46.532.628 | 37.903.465 |
| . Parcela RWACAM | 59.350 | 75.752 |
| . Parcela RWAJUR | 42.050 | 106.481 |
| . Parcela RWACOM | 4.375 | 4.812 |
| . Parcela RWAOPAD | 10.673.448 | 9.462.647 |
| **Margem sobre o PR Requerido** | **3.680.640** | **2.440.226** |
| **Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)** | **21.535** | **63.881** |
| **Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB** | **3.659.105** | **2.376.344** |
| **Margem sobre o PR Nível I Requerido** | **2.544.273** | **1.426.681** |
| **Margem sobre o Capital Principal Requerido** | **2.602.911** | **2.139.979** |
| **Adicional de Capital Requerido- ACP (2,5%)(1)** | **1.432.796** | **891.622** |
| **Margem sobre o Adicional de Capital Requerido** | **1.111.477** | **535.060** |
| **Índices de Basileia:** |  |  |
| . Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%) | 9,04% | 9,00% |
| . Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%) | 10,44% | 9,00% |
| . Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%) (2) | 14,42% | 13,76% |
| . Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB | 14,35% | 13,55% |

(1) em dezembro/2018 era 1,875%.

(2) em dezembro/2018 era 8,625%.

Onde:

. RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.

. RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.

. RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.

. RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.

. RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.

. RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

###### Detalhamento do PR – (Basileia III)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)** | **8.265.588** | **6.541.685** |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I** | **5.982.984** | **4.279.871** |
| **Capital Principal** | **5.181.944** | **4.279.871** |
| Capital Social | 3.813.000 | 2.844.000 |
| Reservas de Lucros | 2.651.514 | 2.277.391 |
| Reservas de Capital e de Reavaliação | 13.726 | 11.592 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial | (1.050.835) | (950.962) |
| Instrumentos de Dívida Elegível a Capital Principal | 500.000 | 1.000.000 |
| Ajustes Prudenciais | (745.461) | (902.150) |
| Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis | (563) | (19.947) |
| Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias | (741.219) | (850.937) |
| Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes Res. CMN nº 4.277 | (3.679) | (31.266) |
| **Capital Complementar** | 801.040 | **-** |
| Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar (Nota 16.g) | 801.040 | - |
| **PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II** | **2.282.604** | **2.261.814** |
| Instrumentos Elegíveis ao Nível II | 2.282.604 | 2.282.604 |
| Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II | **-** | (20.790) |

O Instrumento de Dívida Elegível a Capital Principal, contratado com a União Federal, compõe o Patrimônio de Referência (PR) Nível I, na condição de Capital Principal do Banco, conforme autorização do Bacen. Esse instrumento, como previsto na Res. 4.192/2013 do CMN, possui cláusula de recompra, que foi utilizada pelo Banco para solicitação de amortização de um total de R$ 500.000, dividido em duas parcelas de R$ 250.000, já autorizada pelo Bacen.

As Letras Financeiras Subordinadas no valor de R$ 801.040, captadas em junho de 2019, foram autorizadas pelo Bacen a compor o PR Nível I, a título de Capital Complementar.

O instrumento de dívida e as letras financeiras subordinadas citados anteriormente têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigência da Resolução nº 4.192/2013 do CMN para que possam ser elegíveis ao Nível I do Patrimônio de Referência.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.192, de 01.03.2013, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização. Com a publicação da Resolução nº 4.679, de 31.07.2018, do CMN, esses contratos tiveram seus saldos congelados na posição de 30.06.2018 e serão excluídos do Nível II do PR à razão de 10% ao ano, a partir do exercício de 2020. Esses dois contratos, embora não seja exigência da Res. 4.192/2013, também são perpétuos.

###### Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. A Razão de Alavancagem do Banco está demonstrada no quadro abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| PR Nível I | 5.982.984 | 4.279.871 |
| Exposição Total | 96.438.083 | 90.347.459 |
| Razão de Alavancagem (%) | 6,20 | 4,74 |

###### Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN n° 2.669, de 25.11.1999, encontra-se demonstrado a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização | 8.265.588 | 6.541.685 |
| Limite para Imobilização (50% do PR ajustado) | 4.132.794 | 3.270.842 |
| Situação | 231.910 | 173.054 |
| Margem | 3.900.884 | 3.097.789 |
| Índice de imobilização | 2,81% | 2,65% |

###### NOTA 28– Partes Relacionadas

1. **Transações com partes relacionadas**

A política de transações com partes relacionadas do Banco foi atualizada por deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 08.08.2019 estando divulgada ao mercado. Dentre outras, a política dispõe que na realização de transações com partes relacionadas sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as partes relacionadas, tais como, depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito.

* 1. As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Passivos** |  |  |
| **Depósitos a Prazo - FAT (Notas 13.b e 26)** | **18.823** | **66.154** |
| **Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.b)** | **1.167.737** | **1.222.018** |
| Tesouro Nacional | 505 | 482 |
| BNDES | 1.118.933 | 1.155.450 |
| Finame | 48.299 | 66.086 |
| **Outras Obrigações** | **26.756.657** | **28.755.883** |
| FNE (Nota 16.f) | 22.702.557 | 24.585.592 |
| FDNE | 662.590 | 697.939 |
| Fundo da Marinha Mercante (FMM) | 96.311 | 102.906 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal (Notas 16.g e 17.a) | 750.000 | 1.000.000 |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 17.c) | 2.545.199 | 2.369.446 |
| **Total** | **27.943.217** | **30.044.055** |

* 1. Apresentam-se a seguir, os saldos das obrigações com Planos de Benefícios Pós-Emprego:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Notas 16.i e 23.k) | 931.871 | 606.070 |
| Plano de Assistência Médica (Notas 16.i e 23.k) | 2.134.473 | 1.474.370 |
| Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Notas 16.i e 23.k) | 363.829 | 147.161 |
| **Total** | **3.430.173** | **2.227.601** |

* 1. As principais receitas e despesas com partes relacionadas estão relacionadas abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/2019** | **01.01 a**  **31.12.2019** | **01.01 a**  **31.12.2018** |
| Depósitos a Prazo - FAT | (52.450) | (106.649) | (110.794) |
| Tesouro Nacional | (9) | (25) | (33) |
| BNDES | (40.110) | (92.965) | (125.881) |
| Finame | (1.203) | (2.849) | (4.276) |
| FMM | (4.881) | (9.003) | (15.804) |
| FNE | 329.576 | 467.001 | 294.381 |
| FDNE | 13.101 | 26.273 | 26.348 |
| Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal | (82.456) | (239.988) | (173.481) |
| Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital | (87.185) | (175.754) | (163.979) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão BD | (30.297) | (59.988) | (51.125) |
| Plano de Aposentadoria e Pensão CV I | (32.749) | (59.446) | (55.453) |
| Plano de Assistência Médica | (65.816) | (141.246) | (145.977) |
| Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego | (6.156) | (12.201) | (13.577) |

###### Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/19** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018** |
| **Honorários** | **1.939** | **3.830** | **4.707** |
| Diretoria | 1.671 | 3.284 | 4.081 |
| Conselho de Administração | 132 | 275 | 329 |
| Conselho Fiscal | 136 | 271 | 297 |
| **Outros** | **665** | **1.268** | **1.440** |
| **Remuneração Variável (RVA)**(1) | **225** | **1.054** | **1.136** |
| **Total dos Benefícios de Curto Prazo** | **2.829** | **6.152** | **7.283** |
| **Benefícios Pós-Emprego** | **137** | **261** | **286** |
| **Total** | **2.966** | **6.413** | **7.569** |

(1) 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem nos semestres, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN n° 3.921, de 25.11.2010.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

O Banco não concede empréstimos ou adiantamentos ao pessoal-chave da administração, conforme normas vigentes.

###### NOTA 29– Demonstração do Resultado Abrangente

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Sem/19** | **01.01 a 31.12.2019** | **01.01 a 31.12.2018**  **Reapresentado** |
| **Lucro Líquido** | **991.908** | **1.736.685** | **737.018** |
| **Outros Resultados Abrangentes** | **(55.044)** | **(102.007)** | **(99.964)** |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda | 308.404 | 837.938 | 122.388 |
| Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda | (146.956) | (358.137) | (54.063) |
| Realização da Reserva de Reavaliação | 49 | (3.879) | 177 |
| Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação | 174 | 1.745 | (133) |
| Ganhos ou Perdas Atuariais | (553.569) | (1.158.500) | (280.554) |
| Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais | 336.854 | 578.826 | 112.221 |
| **Resultado Abrangente** | **936.864** | **1.634.678** | **637.054** |

**NOTA 30 – Outras Informações**

1. **Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

###### Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020.

**A Diretoria**

**Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

#### Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

##### Ao Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

*Reapresentação dos valores correspondentes*

Chamamos atenção à nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras, que descreve que balanço patrimonial, demonstração de resultado, demonstração de resultado abrangente, demonstração do fluxo de caixa, demonstrações das mutações do patrimônio líquido, demonstrações do valor adicionado foram alterados para refletir o recalculo da vida útil dos bens do ativo imobilizado, em consonância com o que preconiza a Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016, cujos efeitos foram contabilizados nas contas de Lucros ou Prejuízos Acumulados e de Despesas de Depreciação. Os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo retificados como previsto na NBC TG 23 Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

* 1. Contingências

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 21, o Banco é parte em diversos processos administrativos e judiciais envolvendo questões de naturezas trabalhistas, fiscais e cíveis, oriundos do curso ordinário de seus negócios. Consideramos um assunto relevante de auditoria, devido ao fato de que a expectativa de perda e os montantes atribuídos envolverem julgamentos da administração e de seus assessores jurídicos, sobre temas muitas vezes complexos.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, obtivemos confirmações quanto aos processos em andamento, diretamente dos assessores jurídicos do Banco e confrontamos as estimativas de perda e montantes atribuídos com os controles operacionais e registros contábeis do Banco. Para os processos mais relevantes, testamos o cálculo dos valores registrados e divulgados e analisamos a razoabilidade das estimativas em relação a jurisprudência e teses jurídicas conhecidas. Analisamos, também, as comunicações recebidas dos reguladores relacionadas a processos, autuações das quais o Banco é parte e a suficiência das divulgações relacionadas às questões oriundas de contingências e das provisões registradas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o saldo de contingências, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das estimativas de perda associadas às contingências adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 21, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Planos de benefício pós-emprego

O Banco possui passivos relevantes relacionados a planos de benefícios pós-emprego que, conforme mencionado na Nota Explicativa n° 23, compreendem benefícios de aposentadoria, saúde e seguro de vida. Consideramos um assunto relevante de auditoria devido à magnitude dos valores envolvidos e à complexidade dos modelos de avaliação dos passivos atuariais, que contemplam a utilização de premissas de longo prazo, tais como: mortalidade geral; entrada em invalidez; custos médicos; crescimento salarial; composição familiar; taxa de desconto e inflação.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos, com o suporte de nossos especialistas, a metodologia e as principais premissas utilizadas pela administração na avaliação das obrigações atuariais decorrentes dos planos de benefício pós-emprego, verificando a exatidão matemática do cálculo e analisando a consistência dos resultados face aos parâmetros utilizados e às avaliações anteriores. Também fez parte dos procedimentos de auditoria a realização de testes de integridade das bases de dados cadastrais utilizadas nas projeções atuariais e a suficiência das divulgações relacionadas aos planos de benefício pós-emprego. Como resultado desses procedimentos, identificamos um ajuste de auditoria indicando um passivo atuarial registrado a maior e patrimônio líquido registrado a menor. O referido ajuste foi corrigido pelo Banco e, em decorrência da sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, não resultou em mudança na nossa estratégia de auditoria.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os planos de benefício pós emprego, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de avaliação das obrigações atuariais adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 23, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

* 1. Recuperabilidade dos créditos tributários

O Banco possui ativo fiscal diferido, constituído sobre diferenças temporárias na apuração da base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, decorrentes principalmente de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa (perdas de crédito), benefícios pós-emprego, despesas de outras provisões contingenciais e ajustes a valor de mercado e instrumentos financeiros derivativos.

Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido ao expressivo montante registrado, e pelo fato do estudo de realização desses ativos envolver um alto grau de julgamento na determinação de premissas sobre a performance futura do Banco, conforme descrito na Nota Explicativa n° 20.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Dentre outros procedimentos, analisamos a metodologia e as premissas utilizadas pela administração no estudo de realização dos créditos tributários, incluindo as projeções de resultados futuros, bem como o atendimento aos requerimentos do Banco Central do Brasil. Verificamos a exatidão matemática no cálculo e a consistência entre os dados utilizados e os saldos contábeis, assim como as avaliações anteriores e a razoabilidade das premissas utilizadas. Também analisamos a sensibilidade sobre tais premissas, para avaliar o comportamento das projeções com suas oscilações e a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os créditos tributários, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas relacionadas ao estudo de realização, incluindo as projeções de resultados futuros, preparados pela administração do Banco, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

* 1. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Conforme mencionado na Nota Explicativa n° 9, o Banco classifica o nível de risco das operações de crédito, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682. Consideramos um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes e da avaliação das garantias envolverem julgamento por parte da administração.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Efetuamos, entre outros testes, análise da avaliação econômica e financeira realizada pelo Banco no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste e recalculamos a provisão para crédito de liquidação duvidosa com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n° 2.682. Analisamos também a suficiência das divulgações em notas explicativas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa n° 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

* 1. Ambiente de tecnologia

As operações do Banco são extremamente dependentes do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

*Como nossa auditoria conduziu o assunto*

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles gerais de TI (“ITGCs”) implementados pelo Banco para os sistemas considerados relevantes para o processo de auditoria. A avaliação dos ITGCs incluiu o envolvimento de especialistas em TI para nos auxiliar na execução de procedimentos de auditoria desenhados para avaliar os controles sobre os acessos, gestão de mudanças e outros aspectos de tecnologia. No que se refere à auditoria dos acessos, analisamos, em bases amostrais, o processo de autorização e concessão de novos usuários, de revogação tempestiva de acesso a colaboradores transferidos ou desligados e de revisão periódica de usuários.

Além disso, avaliamos as políticas de senhas, configurações de segurança e acesso aos recursos de tecnologia. No que se refere ao processo de gestão de mudanças, avaliamos se as mudanças nos sistemas foram devidamente autorizadas e aprovadas pelo Banco em níveis apropriados.

Nos processos considerados significativos para as demonstrações financeiras, identificamos os principais controles automatizados ou que dependem de TI, para, em bases amostrais, efetuar testes com foco no desenho e na efetividade operacional de tais controles.

Nossos testes do desenho e da operação dos ITGCs e dos controles automatizados considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram uma base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos de auditoria.

**Outros assuntos**

**Demonstração do Valor Adicionado**

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação suplementar para fins de práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa

opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando,

individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  + Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
  + Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  + Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
  + Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020. ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen

Contador CRC- 1SP184050/O-6

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis estão em condições de serem encaminhados para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

**O CONSELHO FISCAL**

**RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**2º SEMESTRE DE 2019**

* + 1. – Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Nordeste do Brasil (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração (Consad), composto atualmente por quatro membros nomeados pelo Consad.

* + 1. – Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas, dentre outros, pela Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto 8945/2016, pela Resolução CMN 3.198/2004, pelo Estatuto Social do Banco do Nordeste do Brasil e por seu Regimento Interno. O endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB e seu Regimento estão disponíveis na internet em [www.bnb.gov.br,](http://www.bnb.gov.br/) na área “Institucional / Sobre o Banco

/ Relação com os Acionistas e Investidores / Comitês / Comitê de Auditoria".

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras, a independência e a qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria Interna, bem como a qualidade e a efetividade do Sistema de Controles Internos e da gestão de riscos.

Os administradores do Banco do Nordeste do Brasil são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das Demonstrações Financeiras, gerir os riscos, manter um Sistema de Controles Internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades com as normas legais e regulamentares.

O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) assessora o Consad em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação com o CRC.

A Auditoria Externa é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras e avalia também a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das Demonstrações, emitindo opinião sobre elas, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que o Banco está exposto, monitorando, avaliando e aferindo, de forma independente, as ações de gerenciamento destes riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

* + 1. – Atividades do período

As atividades desenvolvidas pelo Coaud, conforme seu Plano de Trabalho aprovado pelo Consad, estão registradas em atas de reuniões e cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê.

Em cumprimento às suas atribuições e competências, o Coaud realizou, durante o 2º semestre de 2019, 32 reuniões. Além de suas reuniões internas, os encontros de trabalho incluíram entre os interlocutores os Conselhos de Administração e

**RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**2º SEMESTRE DE 2019**

Fiscal, o Comitê de Riscos e de Capital, o Presidente do BNB, a Diretoria Executiva, as auditorias interna e externa, gestores das principais áreas do Banco, além da CAPEF - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil. Nessas ocasiões, foram abordados os principais assuntos relacionados a cada área, tendo sido, quando aplicável, feitas recomendações de aprimoramento.

Não chegou ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição, perpetradas pela Administração, por funcionários ou por terceiros.

* + - 1. *Auditoria Interna*

Nas reuniões com a Superintendência de Auditoria foram debatidos e avaliados, dentre outros, seu processo de planejamento, seus projetos e o cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis à Auditoria Interna. Além disso, foram tratados o resultado da avaliação do sistema de Controles Internos, os sumários e relatórios dos principais trabalhos e o acompanhamento das principais recomendações das auditorias interna e externa e dos órgãos externos de fiscalização e controle. Também foi feito acompanhamento de casos relevantes de auditoria disciplinar.

* + - 1. *Auditoria Externa*

O Coaud avaliou o planejamento e os resultados dos principais trabalhos realizados pelos auditores independentes, suas conclusões e recomendações, os principais assuntos de Auditoria por eles abordados e a conformidade com as normas de auditoria aplicáveis.

* + - 1. *Sistema de Controles Internos (SCI)*

A avaliação da efetividade do SCI foi fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e externa, pelos órgãos externos de fiscalização e controle, pela Diretoria de Controle e Risco, e em informações e documentos recebidos e analisados, oriundos de diversas áreas do BNB.

* + - 1. *Transações com Partes Relacionadas*

O Coaud avaliou e monitorou, em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas, de acordo com os requerimentos legais.

* + - 1. *Parâmetros e resultado atuarial*

Foram realizadas reuniões com as áreas responsáveis e com a entidade de Previdência Fechada sobre o processo de avaliação atuarial do BNB em relação aos planos patrocinados. Também foram realizados debates e discutidas as conclusões dos trabalhos das auditorias interna e externa, bem como foram avaliadas as premissas utilizadas, a aderência das hipóteses atuariais e os resultados auferidos pelos planos.

**RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**2º SEMESTRE DE 2019**

* + - 1. *Exposição a Risco*

Foram avaliadas e monitoradas, em conjunto com o Comitê de Riscos e de Capital, as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos.

* + - 1. *Demonstrações Financeiras*

Foram examinadas e revisadas as Demonstrações Financeiras do BNB, inclusive notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório do Auditor Independente, sem ressalvas, relativos a 31/12/2019.

* + - 1. *Recomendações do Comitê de Auditoria*

Foram feitas durante o semestre novas recomendações e acompanhadas as implementações das recomendações existentes.

* + 1. – Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

* + - 1. *Sistema de Controles Internos*

O Sistema de Controles Internos do Banco do Nordeste do Brasil é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco e é objeto de permanente atenção por parte da Administração. Não obstante, ainda há espaço para evolução, principalmente no que tange ao robustecimento do escopo de atuação da segunda linha de defesa, no sentido de capturar e acompanhar a implementação de oportunidades de melhoria identificadas internamente e por órgãos externos de fiscalização e controle.

A Administração do Banco evoluiu positivamente em seu modelo de atendimento das demandas envolvendo Tecnologia da Informação, o que deverá contribuir para otimização das operações do Banco, mitigação de riscos e cumprimento das recomendações de auditoria interna e de órgãos de fiscalização externa.

A cultura de controle e integridade continua sendo sedimentada, inclusive no que diz respeito à política de consequências.

As transações com partes relacionadas, avaliadas e monitoradas no período em conjunto com a Administração e com a Auditoria Interna, observaram as normas aplicáveis.

Os principais parâmetros em que se fundamentam os cálculos atuariais dos planos de benefícios do fundo de pensão patrocinado são razoáveis e estão alinhados com as melhores práticas do mercado.

As principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração. O Comitê continua debatendo com a Administração e com o CRC o tema da gestão integrada de riscos, merecedora de atenção coordenada do Banco.

**RESUMO E CONCLUSÕES DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA**

**2º SEMESTRE DE 2019**

As fragilidades em processos, tratadas com a Diretoria, foram solucionadas ou estão em andamento, não existindo casos de recomendações não acatadas.

* + - 1. *Auditoria Interna*

A Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade, qualidade e efetividade. O desempenho e os processos da Auditoria Interna continuam apresentando evolução, o que pode ser comprovado pela qualidade dos trabalhos realizados e outras iniciativas, como o desenvolvimento do Sistema Integrado de Auditoria e do Observatório da Auditoria, além da atenção permanente voltada à qualificação dos seus profissionais.

* + - 1. *Auditoria Externa*

Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/s.

* + - 1. *Demonstrações Financeiras*

As Demonstrações Financeiras do exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

**O Comitê de Auditoria**



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.

***Demonstrações Financeiras***

# F N E Em R$ MIL

**31.12.2019**

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  (Lei nº 7.827, de 27.09.1989)  BALANÇOS PATRIMONIAIS  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 (Valores em R$ Mil) | | | | | | | |
| **A T I V O** | | | | **PASSIVO** | | | |
|  |  | **31.12.2019** | **31.12.2018** |  |  | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **CIRCULANTE ........................................................................................................................** |  | **36.749.337** | **38.305.319** | **CIRCULANTE** |  | **60** | **100** |
| DISPONIBILIDADES ............................................................................................................ | (Nota 4.c.1) | 6.091.262 | 15.332.039 | Obrigações Diversas.............................................................................................. |  | 60 | 100 |
| RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO............................... | (Nota 4.c.1) | 16.599.936 | 9.243.890 | Provisões para Pagamentos a Efetuar................................................................... |  | 60 | 100 |
| VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA........................... |  | 46 | 68 |  |  |  |  |
| CRÉDITOS VINCULADOS .................................................................................................. |  | 859 | 222 | **PATRIMÔNIO LÍQUIDO .........................................................................................................** | (Nota 7.b) | **89.289.553** | **82.046.352** |
| Crédito Rural - Proagro a Receber....................................................................... |  | 859 | 222 | TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO: |  |  |  |
| DEVEDORES POR REPASSES........................................................................................... |  | 60.708 | 60.660 | No Exercício.......................................................................................................... |  | 8.157.554 | 7.480.547 |
| Devedores por Repasses-Outras Instituições ................................................................... |  | 60.708 | 60.660 | Em Exercícios Anteriores..................................................................................... |  | 82.964.174 | 75.483.627 |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO ............................................................................................... | (Nota 4.c.2 e Nota 6) | 13.985.163 | 13.658.646 | RESULTADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.................................................. |  | (941.402) | (1.017.151) |
| Financiamentos................................................................................................................... |  | 6.458.745 | 6.801.680 | RESULTADO DO EXERCÍCIO.............................................................................. |  | (890.773) | 99.329 |
| Financiamentos a Exportação............................................................................................. |  | 181.794 | 162.821 |  |  |  |  |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento....................................................... |  | 465.897 | 298.878 |  |  |  |  |
| Financiamentos Agroindustriais.......................................................................................... |  | 255.409 | 242.902 |  |  |  |  |
| Financiamentos Rurais........................................................................................................ |  | 7.109.342 | 6.659.003 |  |  |  |  |
| (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)............................................................. |  | (486.024) | (506.638) |  |  |  |  |
| OUTROS CRÉDITOS .......................................................................................................... | (Nota 4.c.4) | 11.359 | 9.663 |  |  |  |  |
| Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito........................................................ |  | 11.359 | 9.663 |  |  |  |  |
| OUTROS VALORES E BENS .............................................................................................. | (Nota 4.c.5) | 4 | 131 |  |  |  |  |
| Títulos de Cobertura do Proagro......................................................................................... |  | 4 | 4 |  |  |  |  |
| Títulos da Dívida Agrária..................................................................................................... |  | - | 127 |  |  |  |  |
| **REALIZÁVEL A LONGO PRAZO..........................................................................................** |  | **52.540.276** | **43.741.133** |  |  |  |  |
| CRÉDITOS VINCULADOS .................................................................................................. |  | 1.195 | 10.266 |  |  |  |  |
| Crédito Rural - Proagro a Receber....................................................................... |  | 1.195 | 10.266 |  |  |  |  |
| DEVEDORES POR REPASSES........................................................................................... |  | 2.676.562 | 2.478.692 |  |  |  |  |
| Devedores Por Repasses-Bco.do Nordeste-Lei Nº 7.827-Art. 9-A ................................... | (Nota 5) | 2.545.200 | 2.369.446 |  |  |  |  |
| Devedores por Repasses-Outras Instituições.................................................................... |  | 131.362 | 109.246 |  |  |  |  |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO ............................................................................................... | (Nota 4.c.2 e Nota 6) | 49.862.247 | 41.251.821 |  |  |  |  |
| Financiamentos................................................................................................................... |  | 18.800.941 | 17.388.384 |  |  |  |  |
| Financiamentos a Exportação............................................................................................. |  | 1.197 | 13.401 |  |  |  |  |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento....................................................... |  | 13.767.881 | 7.727.559 |  |  |  |  |
| Financiamentos Agroindustriais.......................................................................................... |  | 728.394 | 710.722 |  |  |  |  |
| Financiamentos Rurais........................................................................................................ |  | 16.563.834 | 15.411.705 |  |  |  |  |
| OUTROS VALORES E BENS .............................................................................................. | (Nota 4.c.5) | 272 | 354 |  |  |  |  |
| Títulos da Dívida Agrária..................................................................................................... |  | 306 | 436 |  |  |  |  |
| (Provisão para Desvalorização de Títulos)......................................................................... |  | (34) | (82) |  |  |  |  |
| **TOTAL DO ATIVO.............................................................................................................................................** | | **89.289.613** | **82.046.452** | **TOTAL DO PASSIVO...............................................................................................................................** | | **89.289.613** | **82.046.452** |

.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores em R$ Mil) | | | |
|  | **2º Sem/2019** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| De Operações de Crédito ............................................................................................................................................. | 205.457 | 532.124 | 1.324.285 |
| De Remuneração das Disponibilidades ......................................................................................................................................... | 638.417 | 1.381.079 | 1.507.275 |
| De Reversão de Provisões Operacionais........................................................................................................................................ | 33 | 48 | 112 |
| **DESPESAS** |  |  |  |
| De Administração............................................................................................................................................................................ | (743.785) | (1.422.679) | (1.351.140) |
| De Remuneração sobre Disponibilidades....................................................................................................................................... | (42.103) | (86.948) | (88.473) |
| De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance....................................................................................... | (224.208) | (425.401) | (406.678) |
| De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ...................................................................................................................... | (421.506) | (868.798) | (885.932) |
| De Auditoria................................................................................................................................................................... | (180) | (198) | (120) |
| **LUCRO(PREJUÍZO) NO SEMESTRE/EXERCÍCIO** | **(587.875)** | **(890.773)** | **99.329** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019 (Valores em R$ Mil) | | | |
| **EVENTOS** | **TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO** | **LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS** | **TOTAL** |
| **SALDOS EM 31.12.2017** | **75.483.626** | **(982.125)** | **74.501.501** |
| Transferências da União no Exercício............................................................................................................................. | 7.480.547 | - | 7.480.547 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores .................................................................................................................................... | - | (35.025) | (35.025) |
| Lucro do Exercício........................................................................................................................................................... | - | 99.329 | 99.329 |
| **SALDOS EM 31.12.2018................................................................................................................................................** | **82.964.173** | **(917.821)** | **82.046.352** |
| **MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO.........................................................................................................................................** | **7.480.547** | **64.304** | **7.544.851** |
| **SALDOS EM 31.12.2018................................................................................................................................................** | **82.964.173** | **(917.821)** | **82.046.352** |
| Transferências da União no Exercício............................................................................................................................. | 8.157.554 | - | 8.157.554 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores .................................................................................................................................... | - | (23.580) | (23.580) |
| Prejuízo do Exercício....................................................................................................................................................... | - | (890.773) | (890.773) |
| **SALDOS EM 31.12.2019................................................................................................................................................** | **91.121.727** | **(1.832.174)** | **89.289.553** |
| **MUTAÇÕES DO SEMESTRE.........................................................................................................................................** | **8.157.554** | **(914.353)** | **7.243.201** |
| **SALDOS EM 30.06.2019................................................................................................................................................** | **87.327.885** | **(1.232.532)** | **86.095.353** |
| Transferências da União no Semestre............................................................................................................................ | 3.793.842 | - | 3.793.842 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores .................................................................................................................................... | - | (11.767) | (11.767) |
| Prejuízo do Exercício....................................................................................................................................................... | - | (587.875) | (587.875) |
| **SALDOS EM 31.12.2019................................................................................................................................................** | **91.121.727** | **(1.832.174)** | **89.289.553** |
| **MUTAÇÕES DO SEMESTRE.........................................................................................................................................** | **3.793.842** | **(599.642)** | **3.194.200** |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 e Semestre findo em 31 de Dezembro de 2019  (Valores em R$ Mil) | | | | |
|  |  | **2º Sem/19** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS** |  |  |  |  |
| **Lucro (Prejuízo) do Semestre/Exercício................................................................** | (Nota 7.b) | (587.875) | (890.773) | 99.329 |
| **Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:** |  |  |  |  |
| Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa..................................................... | (Nota 6.d) | 421.506 | 868.798 | 885.932 |
| Provisão para Desvalorização de Títulos................................................................. |  | 37 | 48 | 30 |
| Reversão de Provisões de Operações de Crédito................................................... |  | (33) | (48) | (112) |
| Provisão para Pagamentos a Efetuar...................................................................... |  | - | (41) | 61 |
| **Lucro (Prejuizo) Ajustado do Semestre/Exercício...............................................** |  | (166.365) | (22.016) | 985.240 |
| Créditos Vinculados.................................................................................................. |  | 8.318 | 8.434 | (9.685) |
| Devedores por Repasses.......................................................................................... |  | (109.140) | (197.918) | (145.427) |
| Operações de Crédito............................................................................................... |  | (5.789.656) | (9.805.740) | (6.290.385) |
| Valores a Receber -CEF-Equaliz Bonis Adimp. Profrota.......................................... |  | 221 | 22 | (13) |
| Outros Créditos......................................................................................................... |  | 130 | (1.696) | (264) |
| Outros Valores e Bens.............................................................................................. |  | 114 | 209 | 365 |
| Ajustes de Exercícios Anteriores............................................................................... | (Nota 7.b) | (11.767) | (23.580) | (35.025) |
| **CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS........................................** |  | (6.068.145) | (10.042.285) | (5.495.194) |
| **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO** |  |  |  |  |
| Transferências da União........................................................................................... | (Nota 7.b) | 3.793.842 | 8.157.554 | 7.480.547 |
| **CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO...............................** |  | **3.793.842** | **8.157.554** | 7.480.547 |
| **Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa........................................** |  | **(2.274.303)** | **(1.884.731)** | 1.985.353 |
| **DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:** |  |  |  |  |
| **No início do Semestre/Exercício............................................................................** |  | 24.965.501 | 24.575.929 | 22.590.576 |
| **No fim do Semestre/Exercício................................................................................** |  | 22.691.198 | 22.691.198 | 24.575.929 |
| **Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa........................................** |  | (2.274.303) | (1.884.731) | 1.985.353 |

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE (FNE)**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

###### Índice das Notas Explicativas

|  |  |
| --- | --- |
| **Nota 1** – Histórico | **Nota 6** – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas |
| **Nota 2** – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras | **Nota 7** – Patrimônio Líquido |
| **Nota 3** – Administração | **Nota 8** – Registro no Sistema Integrado de  Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) |
| **Nota 4** – Principais Práticas Contábeis | **Nota 9** – Fiscalização |
| **Nota 5** – Repasses ao Banco do Nordeste  com base no artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 | **Nota 10** – Aprovação das Demonstrações Financeiras |

**NOTA 1 – Histórico**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (artigo159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e alterações posteriores, sendo a mais recente a Lei nº 13.682, de 19.06.2018. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido. Em face do disposto no artigo 15-J, da Lei nº 13.530, de 07.12.2017, o FNE poderá aplicar recursos no âmbito do Programa de Financiamento Estudantil, instituído pelo artigo 15-D da referida Lei, destinado à concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria, e que também tratará das faixas de renda abrangidas por essa modalidade do Fies.

###### NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

###### NOTA 3 – Administração

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Regional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

###### NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados. São as seguintes as principais práticas contábeis:

###### Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Demonstrações Financeiras do FNE é o Real.

###### Apropriação de Receitas e Despesas

* 1. As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do FNE momentaneamente não aplicados.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Receita com Remuneração das Disponibilidades | 1.381.079 | 1.507.275 |

* 1. O artigo 1º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018, definiu os encargos financeiros para os financiamentos não rurais com recursos do FNE a serem apurados mensalmente, *pro rata die*, considerados os seguintes componentes:
     1. - o Fator de Atualização Monetária (FAM), derivado da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou de outro índice que vier a substituí-lo;
     2. - a parcela prefixada da Taxa de Longo Prazo (TLP), apurada e divulgada nos termos do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º da Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017;
     3. - o Coeficiente de Desequilíbrio Regional (CDR), definido pela razão entre o rendimento domiciliar per capita da região de abrangência do respectivo Fundo e o rendimento domiciliar per capita do País, limitado ao máximo de 1 (um inteiro); e
     4. - o Fator de Programa (FP), calculado de acordo com o tipo de operação ou a finalidade do Projeto.

A Resolução nº 4.673, de 26.06.2018, do Conselho Monetário Nacional (CMN), definiu a metodologia de cálculo das taxas de juros aplicáveis às operações de crédito rural com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, exceto às operações no âmbito do Pronaf, denominadas Taxas de Juros Rurais dos Fundos Constitucionais (TRFC), constituídas pelos componentes a seguir descritos, devendo o tomador da operação de crédito rural optar pela taxa de juros pós-fixada ou prefixada no ato da contratação:

1. FAM: Fator de Inflação Monetária, aplicável à taxa de juros pós-fixada;
2. FII: Fator de Atualização Implícita, apurado na forma do artigo 4º da Resolução CMN nº 4.664, de 06.06.2018, aplicável à taxa de juros prefixada;
3. BA: Bônus de Adimplência, aplicado aos encargos financeiros, à base de oitenta e cinco centésimos ou um inteiro.
4. CDR: Coeficiente de Desequilíbrio Regional;
5. FP: Fator de Programa, definido em resolução;
6. FA: Fator de Ajuste, definido em resolução;
7. Jm: taxa de juros prefixada calculada e divulgada na forma da Resolução CMN nº 4.600, de 25.09.2017.

A Resolução CMN nº 4.674, de 26 de junho de 2018, estabeleceu os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE, contratadas no período de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019, conforme a finalidade do crédito e o porte do tomador, levando em consideração os Fatores de Programa ali definidos, o Fator de Ajuste Monetário e o Coeficiente de Desequilíbrio Regional aplicáveis, nos seguintes termos:

1. Taxa efetiva de juros prefixada, variando de 5,41% ao ano a 6,14% ao ano; ou
2. Taxa pós-fixada, composta de parte fixa variando de -0,61% ao ano a 0,46% ao ano, acrescida do Fator de Atualização Monetária, apurado na forma do artigo 3º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

O bônus de adimplência será aplicado sobre a parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, observada a metodologia definida no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.673, de 26.06.2018.

Na hipótese de desvio na aplicação dos recursos, o mutuário perderá, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis, inclusive de natureza executória, todo e qualquer benefício, especialmente os relativos ao bônus de adimplência.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas na legislação, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do FNE. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada,

como rendas a apropriar do FNE, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo CMN, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural do Bacen.

* 1. O del credere do Banco está assim estipulado:

1. 3% a.a. nas operações contratadas com recursos do FNE, a partir de 01.12.1998, conforme Lei nº 10.177, de 12.01.2001;
2. 6% a.a. nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito (artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989);
3. 2,5% a.a. nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (Profrota Pesqueira) com empresas de grande porte, com risco compartilhado, na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução CMN nº 3.293, de 28.06.2005;
4. percentual negociado com as instituições financeiras operadoras de repasses de recursos do FNE, respeitado o limite estabelecido na legislação (Portaria nº 147, de 05.04.2018), do Ministério do Desenvolvimento Regional;
5. não há incidência nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012- Custeio, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa; e
6. 3% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, incisos I a IV, e de 6% a.a. nas hipóteses definidas no artigo 1º, parágrafo único, da Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, para as operações de crédito reclassificadas nos termos do artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008.
   1. Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração ao Banco sobre as disponibilidades do Fundo, à taxa de administração adicional, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.

A taxa de administração paga ao Banco é apropriada mensalmente, conforme os percentuais a seguir, definidos no artigo 17-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989 (introduzido pela Lei nº 13.682, de 19.06.2018), aplicados sobre o Patrimônio Líquido do FNE deduzido do saldo das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995, dos valores repassados ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, dos saldos dos repasses a outras instituições na forma da Portaria nº 147, de 05.04.2003, do Ministério da Integração Nacional, e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf de que tratam o artigo 6º, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, e o regulamento do Programa (grupos A/Microcrédito, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem 98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio):

1. 3,0% (três por cento) ao ano, no exercício de 2018;
2. 2,7% (dois inteiros e sete décimos por cento) ao ano, no exercício de 2019;
3. 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) ao ano, no exercício de 2020;
4. 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento) ao ano, no exercício de 2021;
5. 1,8% (um inteiro e oito décimos por cento) ao ano, no exercício de 2022; e
6. 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento) ao ano, a partir de 1º de janeiro de 2023.

O Banco do Nordeste faz jus à remuneração no percentual de 0,35% (trinta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre os saldos das disponibilidades de que trata o artigo 4º da Lei nº 9.126, de 10.11.1995.

O montante a ser recebido pelo Banco do Nordeste em razão da taxa de administração, deduzido o valor da remuneração sobre as disponibilidades, poderá ser acrescido de até 20% (vinte por cento) com base no fator de adimplência referente aos empréstimos com risco operacional assumido integralmente pelo FNE ou com risco compartilhado entre o Banco e o

FNE, calculado de acordo com a metodologia de apuração do provisionamento para risco de crédito aplicável ao crédito bancário. O fator de adimplência será regulamentado por ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e do Desenvolvimento Regional e divulgado pelo Ministério da Economia.

A taxa de administração somada à remuneração ao Banco do Nordeste sobre as disponibilidades fica limitada, em cada mês, a 20% (vinte por cento) do valor acumulado, até o mês de referência, das transferências de que trata a alínea c do inciso I do caput do artigo 159 da Constituição Federal. A sistemática do cálculo e da apropriação da taxa de administração foi regulamentada no Decreto nº 9.290, de 21.02.2018, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 9.539, de 24.10.2018.

A remuneração do Banco do Nordeste sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Discriminação das Despesas do FNE** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Taxa de Administração | 1.422.679 | 1.351.140 |
| Remuneração ao BNB sobre Disponibilidades | 86.948 | 88.473 |
| Remuneração sobre Saldos PRONAF | 288.343 | 274.184 |
| Remuneração sobre Desembolsos PRONAF | 73.952 | 75.643 |
| Prêmio de Desempenho | 63.106 | 56.851 |
| Total | **1.935.028** | **1.846.291** |

###### Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

* 1. O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 12 (doze) meses seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 12 (doze) meses e a estimativa de ingressos de recursos no FNE ao longo desse período. As disponibilidades do FNE em poder do Banco do Nordeste são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Disponibilidades | 6.091.262 | 15.332.039 |
| Recursos Comprometidos com Operações de Crédito (1) | 16.599.936 | 9.243.890 |
| **Total de Caixa e Equivalentes de Caixa** | **22.691.198** | **24.575.929** |

(1) Até 2018, a alocação em Recursos Comprometidos com Operações de Crédito correspondia ao montante das liberações previstas e não realizadas até o mês do cálculo, acrescido da previsão de liberação para os próximos 90 (noventa) dias. A partir de 2019, esta prática foi alterada, passando a considerar o prazo de 12 (doze) meses de previsão de liberação das contratações com recursos do FNE e não mais os 90 dias seguintes.

* 1. O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
  2. A Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs. 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, e das operações ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) Fase III, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.

Segue quadro demonstrativo de dispensas/rebates, conforme as Leis nºs. 12.249, 12.844 e 13.340:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Dispensa/Rebate Operações FNE Honradas pelo Banco | 10.745 | 11.365 |
| Dispensa/Rebate Operações com Outras Fontes - BNB | 559.922 | 44.592 |
| Descontos Concedidos em Renegociações | 213.077 | 200.542 |
| **Total** | **783.744** | **256.499** |

* 1. São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco do Nordeste para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o FNE e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito | 11.359 | 9.663 |
| **Total de Outros Créditos** | **11.359** | **9.663** |

* 1. Os valores recebidos em Títulos da Dívida Agrária, para o pagamento de créditos concedidos com recursos do FNE, e aqueles recebidos para cobertura de créditos concedidos ao amparo do Proagro, são registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” e estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.02.2019** | **31.12.2018** |
| Títulos de Cobertura do Proagro | 4 | 4 |
| Títulos da Dívida Agrária | 306 | 563 |
| (Provisão para Desvalorização de Títulos) | (34) | (82) |
| **Total de Outros Valores e Bens** | **276** | **485** |

###### Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

**NOTA 5 – Repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989** O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco do Nordeste, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Recursos Disponíveis | 1.629.532 | 1.379.634 |
| Recursos Aplicados | 915.667 | 989.812 |
| **Total de Repasses ao Banco do Nordeste** | **2.545.199** | **2.369.446** |

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco do Nordeste, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Essa remuneração é contabilizada em Recursos Disponíveis tendo como contrapartida conta específica de receitas de Remuneração de Recursos Disponíveis – Repasses Lei nº 7.827 – artigo 9º-A. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco do Nordeste, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado. Esses encargos são contabilizados na conta de Recursos Aplicados em contrapartida à conta de receita de juros de Repasses ao Banco do Nordeste-Lei nº 7.827-Art. 9º-A.

No exercício, a remuneração dos recursos momentaneamente não aplicados, com base na taxa extramercado, alcançou R$ 82.543 (R$ 91.330, em 2018), enquanto a remuneração dos recursos aplicados, com base nos encargos pactuados com os mutuários, totalizou R$ 93.211 (R$ 72.648, em 2018), conforme discriminado no quadro a seguir.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Remuneração Recursos Disponíveis | 82.543 | 91.330 |
| Remuneração Recursos Aplicados | 93.211 | 72.648 |
| **Total** | **175.754** | **163.978** |

###### NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

1. **Composição da Carteira de Crédito a.1) Carteira Total**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2019** | | | **31.12.2018** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 24.461.917 | 797.768 | 25.259.685 | 23.409.986 | 780.079 | 24.190.065 |
| Financiamentos à Exportação | 182.991 | - | 182.991 | 174.502 | 1.720 | 176.222 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 14.233.777 | - | 14.233.777 | 8.026.258 | 179 | 8.026.437 |
| Financiamentos Agroindustriais | 924.448 | 59.355 | 983.803 | 893.779 | 59.895 | 953.674 |
| Financiamentos Rurais | 23.027.094 | 646.084 | 23.673.178 | 21.307.436 | 763.271 | 22.070.707 |
| **Subtotal** | **62.830.227** | **1.503.207** | **64.333.434** | **53.811.961** | **1.605.144** | **55.417.105** |
| Repasses ao BNB | 2.545.199 | - | 2.545.199 | 2.369.446 | - | 2.369.446 |
| Repasses a Outras Instituições | 153.629 | 38.441 | 192.070 | 131.465 | 38.441 | 169.906 |
| **Total da Carteira** | **65.529.055** | **1.541.648** | **67.070.703** | **56.312.872** | **1.643.585** | **57.956.457** |
| Provisão | (58.282) | (427.742) | (486.024) | (71.034) | (435.604) | (506.638) |
| **Total Líquido (1)** | **65.470.773** | **1.113.906** | **66.584.679** | **56.241.838** | **1.207.981** | **57.449.819** |

* 1. **Carteira com Risco Integral do BNB**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2019** | | | **31.12.2018** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | - | - | - | 989 | 2 | 991 |
| Financiamentos Agroindustriais | 1.934 | - | 1.934 | 1.804 | - | 1.804 |
| Financiamentos Rurais | 81.348 | 5.430 | 86.778 | 157.454 | 7.714 | 165.168 |
| **Subtotal** | **83.282** | **5.430** | **88.712** | **160.247** | **7.716** | **167.963** |
| Repasses ao BNB | 2.545.199 | - | 2.545.199 | 2.369.446 | - | 2.369.446 |
| Repasses a Outras Instituições | 152.286 | - | 152.286 | 126.684 | - | 126.684 |
| **Total da Carteira** | **2.780.767** | **5.430** | **2.786.197** | **2.656.377** | **7.716** | **2.664.093** |
| **Total Líquido (1)** | **2.780.767** | **5.430** | **2.786.197** | **2.656.377** | **7.716** | **2.664.093** |

* 1. **Carteira com Risco Compartilhado**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2019** | | | **31.12.2018** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 24.355.184 | 789.750 | 25.144.934 | 23.311.911 | 773.504 | 24.085.415 |
| Financiamentos à Exportação | 182.991 | - | 182.991 | 174.502 | 1.720 | 176.222 |
| Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento | 14.233.777 | - | 14.233.777 | 8.026.258 | 179 | 8.026.437 |
| Financiamentos Agroindustriais | 856.259 | 54.751 | 911.010 | 827.207 | 55.411 | 882.618 |
| Financiamentos Rurais | 15.512.688 | 307.634 | 15.820.322 | 13.591.656 | 423.084 | 14.014.740 |
| **Subtotal** | **55.140.899** | **1.152.135** | **56.293.034** | **45.931.534** | **1.253.898** | **47.185.432** |
| **Total da Carteira** | **55.140.899** | **1.152.135** | **56.293.034** | **45.931.534** | **1.253.898** | **47.185.432** |
| Provisão | (38.409) | (287.131) | (325.540) | (41.983) | (300.678) | (342.661) |
| **Total Líquido (1)** | **55.102.490** | **865.004** | **55.967.494** | **45.889.551** | **953.220** | **46.842.771** |

* 1. **Carteira com Risco Integral do FNE**

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Financiamentos** | **31.12.2019** | | | **31.12.2018** | | |
| **Normal** | **Atraso** | **Saldo** | **Normal** | **Atraso** | **Saldo** |
| Financiamentos | 106.733 | 8.018 | 114.751 | 97.086 | 6.573 | 103.659 |
| Financiamentos Agroindustriais | 66.255 | 4.604 | 70.859 | 64.768 | 4.484 | 69.252 |
| Financiamentos Rurais | 7.433.058 | 333.020 | 7.766.078 | 7.558.326 | 332.473 | 7.890.799 |
| **Subtotal** | **7.606.046** | **345.642** | **7.951.688** | **7.720.180** | **343.530** | **8.063.710** |
| Repasses a Outras Instituições | 1.343 | 38.441 | 39.784 | 4.781 | 38.441 | 43.222 |
| **Total da Carteira** | **7.607.389** | **384.083** | **7.991.472** | **7.724.961** | **381.971** | **8.106.932** |
| Provisão | (19.873) | (140.611) | (160.484) | (29.051) | (134.926) | (163.977) |
| **Total Líquido (1)** | **7.587.516** | **243.472** | **7.830.988** | **7.695.910** | **247.045** | **7.942.955** |

**(1)** Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

###### Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento b.1) Créditos de Curso Normal(1)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **1 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| **Rural** | 331.369 | 372.658 | 395.980 | 1.594.517 | 3.330.184 | 15.845.112 | 21.869.820 | 19.859.864 |
| **Industria** | 155.311 | 163.427 | 169.423 | 524.783 | 1.014.219 | 12.580.661 | 14.607.824 | 13.596.448 |
| **Governo** | 5.194 | 5.194 | 5.194 | 11.980 | 18.366 | 657.239 | 703.167 | 311.725 |
| **Outros Serviços** | 111.079 | 121.807 | 117.284 | 355.235 | 759.118 | 13.537.498 | 15.002.021 | 9.683.078 |
| **Comércio** | 208.810 | 213.019 | 206.775 | 595.306 | 1.008.421 | 4.467.634 | 6.699.965 | 5.852.806 |
| **Intermediários**  **Financeiros** | 3 | 3 | 3 | 10 | 20 | 149 | 188 | 199 |
| **Total** | **811.766** | **876.108** | **894.659** | **3.081.831** | **6.130.328** | **47.088.293** | **58.882.985** | **49.304.120** |

**(1)** incluem os créditos vencidos até 14 dias

### Parcelas Vincendas

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **1 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| **Rural** | 27.502 | 30.227 | 63.770 | 118.009 | 365.869 | 1.282.161 | 1.887.538 | 2.286.561 |
| **Industria** | 26.098 | 26.477 | 25.091 | 71.315 | 128.842 | 758.382 | 1.036.205 | 1.077.961 |
| **Outros Serviços** | 12.728 | 12.856 | 11.756 | 33.719 | 61.844 | 405.101 | 538.004 | 601.344 |
| **Comércio** | 22.890 | 23.181 | 20.515 | 54.216 | 80.716 | 328.311 | 529.829 | 602.907 |
| **Total** | **89.218** | **92.741** | **121.132** | **277.259** | **637.271** | **2.773.955** | **3.991.576** | **4.568.773** |

* 1. **Parcelas Vencidas**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipo Cliente/Atividade** | **1 a 14**  **dias** | **15 a 30**  **dias** | **31 a 60**  **dias** | **61 a 90**  **dias** | **91 a 180**  **dias** | **181 a 360**  **dias** | **Acima de 360 dias** | **Total em 31.12.2019** | **Total em 31.12.2018** |
| **Rural** | 5.582 | 56.595 | 73.186 | 59.425 | 155.854 | 323.305 | 258 | 674.205 | 782.539 |
| **Industria** | 10.863 | 14.105 | 29.222 | 27.920 | 84.141 | 169.986 | 6 | 336.243 | 322.084 |
| **Outros Serviços** | 4.010 | 8.793 | 14.933 | 14.987 | 43.794 | 87.492 | - | 174.009 | 189.398 |
| **Comércio** | 6.576 | 15.754 | 24.358 | 23.350 | 68.435 | 135.933 | 9 | 274.415 | 150.191 |
| **Total** | **27.031** | **95.247** | **141.699** | **125.682** | **352.224** | **716.716** | **273** | **1.458.872** | **1.544.212** |

1. O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Pronaf e o disposto no artigo 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:
   1. Operações contratadas até 30.11.1998:
      * o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
      * nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;
   2. Operações contratadas a partir de 01.12.1998:
      * nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
      * nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
      * nos repasses ao Banco do Nordeste, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco do Nordeste;
      * nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003 (atual Portaria nº 147, de 05.04.2018), o Banco do Nordeste detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora; nas operações de que trata o artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco do Nordeste, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco do Nordeste, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
      * nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco do Nordeste, onde são observadas as disposições da Resolução CMN n° 2.682, de 21.12.1999.
2. De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo FNE. A movimentação do saldo da provisão no exercício é demonstrada no quadro a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| **Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos** | **506.638** | **551.003** |
| . Risco Integral do FNE | 163.976 | 217.646 |
| . Risco Compartilhado | 342.662 | 333.357 |
| **(+) Constituição de Provisão Líquida no Exercício** | **868.798** | **885.850** |
| **Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito** | **868.798** | **885.850** |
| . Risco Integral do FNE | 296.781 | 294.976 |
| . Provisão por Atraso/Renegociações | 296.929 | 299.400 |
| . Ajustes de Provisão por Deságio | (148) | (4.424) |
| . Risco Compartilhado | 572.017 | 590.874 |
| . Provisão por Atraso/Renegociações | 574.762 | 582.120 |
| . Ajustes de Provisão de Operações Irregulares | (2.745) | 8.754 |
| **(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Exercício** | **(889.412)** | **(930.215)** |
| . Risco Integral do FNE | (300.273) | (348.646) |
| . Risco Compartilhado | (589.139) | (581.569) |
| **(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito** | **486.024** | **506.638** |
| . Risco Integral do FNE | 160.484 | 163.976 |
| . Risco Compartilhado | 325.540 | 342.662 |

1. Em 31.12.2019, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R$ 37.875 (R$ 40.620 em 31.12.2018), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do FNE em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco do Nordeste. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
2. Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Especificação** | **2º Semestre 2019** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Rendas de Operações de Crédito (1) | 2.015.142 | 4.049.557 | 4.010.463 |
| *Del credere* do Banco do Nordeste | (840.192) | (1.607.175) | (1.361.113) |
| *Del credere* de Outras Instituições | (1.460) | (2.853) | (3.019) |
| Despesas de Atualização Monetária Negativa | (7.429) | (10.582) | (16.977) |
| Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações (1) | (126.019) | (213.077) | (200.542) |
| Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco do Nordeste | (577.436) | (1.096.024) | (1.036.013) |
| Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827- artigo 9º-A | (7.619) | (15.525) | (11.023) |
| Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições | (762) | (1.478) | (1.533) |
| Despesas com Outras Operações Banco do Nordeste – Rebate Leis nºs 12.249, 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013 (1) | (6.357) | (10.745) | (11.365) |
| Despesas com Operações de Outras Fontes - Lei nºs 11.322 | (51) | (51) | - |
| Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco do  Nordeste – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013 | (242.360) | (559.922) | (44.593) |
| Ajuste de Valores Decorrentes da Alienação de Bens | - | (1) | - |
| **Total** | **205.457** | **532.124** | **1.324.285** |

(1) Contempla os efeitos das renegociações de operações de crédito, com base na Lei nº 13.340, de 28.09.2016, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 13.465, de 11.07.2017, 13.606, de 09.01.2018, e 13.729, de 08.11.2018 (Nota 4.b.3)

O montante de bônus de adimplência concedido pelo FNE no exercício de 2019 alcançou R$ 1.113.027, correspondendo a 27,5% das rendas de operações de crédito. No exercício de 2018, essa despesa alcançou R$ 1.048.569, equivalente a 25,9% das referidas rendas.

A razão bônus de adimplência/rendas de operações de crédito não guarda correlação com o percentual de bônus de adimplência (15%) definido na legislação atual, porquanto várias faixas de bônus são aplicadas nas operações do FNE, a exemplo das taxas de 25% no semiárido e 15% fora

do semiárido, praticadas nas operações mais antigas, além de outras definidas em instrumentos legais específicos.

Os bônus de adimplência foram concedidos na forma da legislação dos Fundos Constitucionais, basicamente em função do pagamento, pelos mutuários, das parcelas de principal e encargos nas datas pactuadas contratualmente, abrangendo as operações de crédito do FNE, as operações resultantes de repasses às instituições operadoras com base na Portaria nº 147, de 05.04.2018, e as operações de repasses ao Banco do Nordeste com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 12.09.1989, conforme discriminado no quadro a seguir**:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Bônus Adimplência Operações de Crédito FNE | 1.096.021 | 1.036.005 |
| Bônus Adimplência Repasses a Outras instituições | 1.478 | 1.553 |
| Bônus Adimplência Op. Rep. BNB – artigo 9º-A Lei nº 7.827 | 15.525 | 11.023 |
| Bônus Adimplência Operações Renegociadas | 3 | 8 |
| Total | **1.113.027** | **1.048.569** |

###### Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco

* 1. Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo FNE, o Banco do Nordeste reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.
  2. A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco do Nordeste é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo FNE, segundo o critério previsto no inciso II, alínea “a”, do artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea g.1 precedente.
  3. No exercício, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R$ 596.399 (R$ 590.116 no exercício de 2018), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo, conforme segue:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Compartilhado | 589.145 | 581.601 |
| Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005 – Risco Integral do Banco | 7.254 | 8.515 |
| **Total** | **596.399** | **590.116** |

###### NOTA 7 – Patrimônio Líquido

1. O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:
   1. transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), realizadas decendialmente;
   2. retornos e resultados de suas aplicações; e
   3. resultado da remuneração dos recursos do FNE momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco do Nordeste.
2. no exercício, o ajuste líquido negativo de R$ 23.580 (R$ 35.026 em 2018), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Especificação** | **31.12.2019** | **31.12.2018** |
| Transferências da União no Exercício | 8.157.554 | 7.480.547 |
| Transferências da União em Exercícios Anteriores | 82.964.174 | 75.483.627 |
| Resultados de Exercícios Anteriores | (941.402) | (1.017.151) |
| Resultado do Exercício | (890.773) | 99.329 |
| **Total do Patrimônio Líquido** | **89.289.553** | **82.046.352** |

###### NOTA 8 – Registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi)

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do FNE.

###### NOTA 9 – Fiscalização

O Banco do Nordeste mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

###### NOTA 10 – Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco do Nordeste, por meio de reunião realizada em 12 de fevereiro de 2020.

Fortaleza (CE), 12 de fevereiro de 2020

### A Diretoria

**Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

##### Aos Administradores do

**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**

(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Ênfase**

*Base de elaboração das demonstrações financeiras*

Chamamos a atenção para as notas explicativas 2 e 4 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pelo Administrador do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais.

Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a este assunto.

**Responsabilidade do Administrador e da governança pelas demonstrações financeiras**

O Administrador do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2 e 4 e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

O responsável pela governança do Fundo é o Administrador do Fundo, aquele com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
* Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.
* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo administrador.

Concluímos sobre a adequação do uso, pelo administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo,12 de fevereiro de 2020

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S. CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen Contador 1SP184050/O-6

DEMONSTRAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL - DINSA

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **1 - Base de Cálculo** | **2019 Valor (Mil reais)** | | | **2018 Valor (Mil reais)** | | |
| Receita líquida (RL) | 10.678.408 | | | 10.251.663 | | |
| Resultado operacional (RO) | 2.440.659 | | | 1.243.292 | | |
| Folha de pagamento bruta (FPB) | 1.578.680 | | | 1.579.557 | | |
|  | **Valor (mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre FPB** | **% sobre RL** |
| Alimentação | 80.823,34 | 5,12% | 0,76% | 110.446,52 | 6,99% | 1,08% |
| Encargos sociais compulsórios | 408.029,64 | 25,85% | 3,82% | 399.699,86 | 25,30% | 3,90% |
| Transporte | 3.338,00 | 0,21% | 0,03% | 3.112,66 | 0,20% | 0,03% |
| Previdência privada | 180.832,99 | 11,45% | 1,69% | 158.668,64 | 10,05% | 1,55% |
| Saúde | 149.650,72 | 9,48% | 1,40% | 159.465,18 | 10,10% | 1,56% |
| Segurança e saúde no trabalho | 4.863,15 | 0,31% | 0,05% | 6.293,19 | 0,40% | 0,06% |
| Educação | 1.996,50 | 0,13% | 0,02% | 1.260,95 | 0,08% | 0,01% |
| Cultura | 41,55 | 0,00% | 0,00% | 116,59 | 0,01% | 0,00% |
| Capacitação e desenvolvimento profissional | 7.977,25 | 0,51% | 0,07% | 10.564,73 | 0,67% | 0,10% |
| Creches ou auxílio-creche | 11.348,88 | 0,72% | 0,11% | 10.563,19 | 0,67% | 0,10% |
| Participação nos lucros ou resultados | 105.246,39 | 6,67% | 0,99% | 47.208,25 | 2,99% | 0,46% |
| Outros | 4.784,47 | 0,30% | 0,04% | 5.666,63 | 0,36% | 0,06% |
| **Total - Indicadores sociais internos** | **958.932,87** | **60,74%** | **8,98%** | **913.066,39** | **57,81%** | **8,91%** |
| **3 - Indicadores Sociais Externos** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Educação | 1.487,80 | 0,06% | 0,01% | 1.003,67 | 0,08% | 0,01% |
| Cultura | 3.855,59 | 0,16% | 0,04% | 3.136,57 | 0,25% | 0,03% |
| Saúde e saneamento | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Esporte | 1.200,00 | 0,05% | 0,01% | 691,29 | 0,06% | 0,01% |
| Combate à fome e segurança alimentar | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Pesquisa e difusão tecnológica | 5.000,00 | 0,20% | 0,05% | 4.000,00 | 0,32% | 0,04% |
| Outros | 1.714,80 | 0,07% | 0,02% | 1.097,17 | 0,09% | 0,01% |
| **Total das contribuições para a sociedade** | **13.258,19** | **0,54%** | **0,12%** | **9.928,71** | **0,80%** | **0,10%** |
| Tributos (excluídos encargos sociais) | 919.885,64 | 37,69% | 8,61% | 784.504,08 | 63,10% | 7,65% |
| **Total - Indicadores sociais externos** | **933.143,83** | **38,23%** | **8,74%** | **794.432,79** | **63,90%** | **7,75%** |
| **4 - Indicadores Ambientais** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** | **Valor (mil)** | **% sobre RO** | **% sobre RL** |
| Investimentos relacionados com a produção/ operação da  empresa | 1,51 | 0,00% | 0,00% | 6,06 | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos e gastos c/a educação ambiental p/a comunidade | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| Investimentos em programas e/ou projetos externos | 0,00 | 0,00% | 0,00% | 0,00 | 0,00% | 0,00% |
| **Total dos investimentos em meio ambiente** | **1,51** | **0,00%** | **0,00%** | **6,06** | **0,00%** | **0,00%** |
| Quanto ao estabelecimento de “metas anuais” para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa | ( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | | ( x ) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100% | | |
| Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade | 2(1) | | | 0 | | |
| Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente | 0,0 | | | 0,0 | | |
| Passivos e contingência ambientais | 0 | | | 0 | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **5 - Indicadores do Corpo Funcional** | **2019** | | | **2018** | | |
| Nº de empregados(as) ao final do período | 6.802 | | | 7.005 | | |
| Nº de admissões durante o período | 142 | | | 0 | | |
| Nº de demissões durante o período | 345 | | | 4 | | |
| Nº de empregados(as) terceirizados(as) | 2.394 | | | 2.324 | | |
| Nº de estagiários(as) | 802 | | | 879 | | |
| Nº de homens que trabalham na empresa | 4.587 | | | 4.696 | | |
| Nº de mulheres que trabalham na empresa | 2.215 | | | 2.309 | | |
| Nº de empregados(as) de 18 a 35 anos | 1.793 | | | 2.019 | | |
| Nº de empregados(as) de 36 a 60 anos | 4.321 | | | 4.229 | | |
| Nº de empregados(as) acima de 60 anos | 688 | | | 757 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por mulheres | 24,66% | | | 26,00% | | |
| % de cargos de chefia ocupados por homens | 75,34% | | | 74,00% | | |
| Nº de negros(as) que trabalham na empresa | 286 | | | 277 | | |
| % de cargos de chefia ocupados por negros(as) | 4,60% | | | 1,49% | | |
| Nº de pessoas com deficiência | 64 | | | 56 | | |
| Nº de empregados(as) analfabetos ou com ensino  fundamental incompleto | 8 | | | 10 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino fundamental | 38 | | | 43 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino médio | 1.149 | | | 1.329 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino técnico | 0 | | | 0 | | |
| Nº de empregados(as) com ensino superior | 2.665 | | | 2.902 | | |
| Nº de empregados(as) pós-graduados | 2.942 | | | 2.721 | | |
| **6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial** | **2019** | | | **2018** | | |
| Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa | 14,89 | | | 14,99 | | |
| Número total de acidentes de trabalho | 18 | | | 20 | | |
| Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por: | ( ) direção | ( x ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( ) direção | (X) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) |
| Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por: | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | ( x ) todos(as) + Cipa | ( ) direção e gerências | ( ) todos(as) empregados(as) | (X) todos(as) + Cipa |
| Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa: | ( ) não se envolve | ( x ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT | ( ) não se envolve | (X ) segue as normas da OIT | ( ) incentiva e segue a OIT |
| A previdência privada contempla: | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | (X ) todos(as)  empregados(as) |
| A participação dos lucros ou resultados contempla: | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( x ) todos(as)  empregados(as) | ( ) direção | ( ) direção e  gerências | ( X ) todos(as)  empregados(as) |
| Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa: | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( x ) são exigidos | ( ) não são considerados | ( ) são sugeridos | ( X ) são exigidos |
| Quanto à participação de empregados(as) em programas de  trabalho voluntário, a empresa: | ( ) não se envolve | ( x ) apoia | ( ) organiza e incentiva | ( ) não se envolve | (X) apoia | ( ) organiza e incentiva |
| Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): | na empresa 10.633 | no Procon  273(2) | na Justiça  666 (2) | na empresa 7.892 | no Procon 121 | na Justiça 709 |
| % de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas: | na empresa 99,99%(3) | no Procon 32,14% (4) | na Justiça 33,57% (4) | na empresa 100% | no Procon 68,10% | na Justiça 23,69% |
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade | 1.378 (5) | | | 1.413 | | |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes | 26 (6) | | | 10 | | |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes | 103 (6) | | | 113 | | |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça | R$ 20.621.176,00 (7) | | | R$ 8.783.585,23 | | |
| Passivo Trabalhista da Entidade | R$ 334.024.511,20 | | | R$ 206.531.270,45 | | |
| Valor adicionado total a distribuir (em mil R$): | **Em 2019: R$ 4.801.553** | | | **Em 2018: R$ 3.596.519** | | |
| Distribuição do Valor Adicionado (DVA): | 24,87% governo 38,18% colaboradores(as)  36,17% acionistas 0,78% terceiros | | | 29,32% governo 49,52% colaboradores(as)  20,17% acionistas 0,99% terceiros | | |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **7 - Geração e Distribuição de Riqueza** | **2019** | | | **2018** | | |
| **Valor** | **% participação** | **Evolução** | **Valor** | **% participação** | **Evolução** |
| **RECEITAS** | **8.634.136** | **100,00%** | **9,13%** | **7.911.868** | **100,00%** | 0,96% |
| Intermediação Financeira | 5.489.910 | 63,58% | 7,52% | 5.105.949 | 64,54% | -5,51% |
| Prestações de Serviços | 2.727.330 | 31,59% | 7,43% | 2.538.708 | 32,09% | 9,63% |
| Provisão para Devedores Duvidosos | (398.121) | -4,61% | -13,64% | (461.018) | -5,83% | -15,00% |
| Outras Receitas / Despesas | 815.017 | 9,44% | 11,92% | 728.229 | 9,20% | 10,39% |
| **DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA** | **(2.583.776)** | **-29,93%** | **-16,91%** | **(3.109.669)** | **-39,30%** | **-3,89%** |
| **INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS** | **(1.237.200)** | **-14,33%** | **5,16%** | **(1.176.534)** | **-14,87%** | **1,62%** |
| Despesas Operacionais (materiais de expediente, energia,  telefone, água etc) | (92.492) | -1,07% | 5,18% | (87.939) | -1,11% | -5,03% |
| Serviços de Terceiros | (687.731) | -7,97% | 12,60% | (610.794) | -7,72% | 6,85% |
| Outras | (456.977) | -5,29% | -4,36% | (477.801) | -6,04% | -3,19% |
| **VALOR ADICIONADO BRUTO** | **4.813.160** | **55,75%** | **32,75%** | **3.625.665** | **45,83%** | **5,29%** |
| **RETENÇÕES** | **(11.608)** | **-0,13%** | **14,90%** | **(10.103)** | **-0,37%** | **-74,64%** |
| Depreciação, amortização e exaustão | (11.608) | -0,13% | 14,90% | (10.103) | -0,37% | -74,64% |
| **VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA**  **ENTIDADE** | **4.801.552** | **55,61%** | **32,80%** | **3.615.562** | **45,70%** | **6,23%** |
| **VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR** | **4.801.552** | **55,61%** | **32,80%** | **3.615.562** | **45,70%** | **6,23%** |
| **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO** | **4.801.552** | **55,61%** | **32,80%** | **3.615.562** | **45,70%** | **6,23%** |
| **PESSOAL** | **1.833.148** | **38,18%** | **2,93%** | **1.780.987** | **49,26%** | **5,84%** |
| **Remuneração do trabalho** | **1.281.338** | **26,69%** | **3,85%** | **1.233.850** | **34,13%** | **2,64%** |
| Proventos | 1.176.092 | 24,49% | -0,89% | 1.186.642 | 32,82% | 2,38% |
| Participação dos empregados nos lucros | 105.246 | 2,19% | 122,94% | 47.208 | 1,31% | 9,85% |
| **Benefícios** | **462.344** | **9,63%** | **0,55%** | **459.804** | **12,79%** | **16,18%** |
| Provisões (Benefícios pós-emprego) | 274.292 | 5,71% | 2,69% | 267.098 | 7,39% | 30,08% |
| Benefícios - Outros | 188.052 | 3,92% | -2,42% | 192.706 | 5,33% | 1,20% |
| **FGTS** | **89.466** | **1,86%** | **2,44%** | **87.333** | **2,42%** | **2,92%** |
| **Impostos, taxas e contribuições** | **1.194.361** | **24,87%** | **12,46%** | **1.061.988** | **29,37%** | **9,92%** |
| Federais | 1.150.552 | 23,96% | 12,34% | 1.024.141 | 28,33% | 9,52% |
| Estaduais | 72 | 0,00% | 84,62% | 39 | 0,00% | -17,02% |
| Municipais | 43.737 | 0,91% | 15,68% | 37.808 | 1,05% | 22,34% |
| **Remuneração de capitais de terceiros** | **37.358** | **0,78%** | **5,03%** | **35.569** | **0,98%** | **-7,43%** |
| Aluguéis | 37.358 | 0,78% | 5,03% | 35.569 | 0,98% | -7,43% |
| **Remuneração de capitais próprios** | **1.736.685** | **36,17%** | **135,64%** | **737.018** | **20,38%** | **2,88%** |
| **Juros sobre capital próprio** | **335.796** | **6,99%** | **80,41%** | **186.129** | **5,15%** | **12,80%** |
| União | 186.213 | 3,88% | 96,17% | 94.926 | 2,63% | 12,80% |
| Outros | 149.583 | 3,12% | 64,01% | 91.203 | 2,52% | 12,80% |
| **Dividendos** | **84.218** | **1,75%** | **0,00%** | **0,00%** | **0,00%** | **0,00%** |
| União | 46.702 | 0,97% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| Outros | 37.516 | 0,78% | 0,00% | 0,00% | 0,00% | 0,00% |
| **Lucros retidos no exercício** | **1.316.671** | **27,42%** | **139,01%** | **550.889** | **15,24%** | **-0,09%** |

1. Houve, em 2019, o ingresso de dois processos em que a causa de pedir se fundamenta em dano ambiental. O primeiro deles trata de uma Ação Popular baseada em suposto descumprimento de leis e decretos federais que estabelecem parâmetros arquitetônicos e de acessibilidade. O segundo deles trata de um processo administrativo em virtude de notificação pela Superintendência de Limpeza Urbana Municipal, em que há alegação de geração de mais de 100 litros de resíduos por dia, contrariando legislação municipal.
2. Em 31/12/2019, havia, em andamento, 830 (oitocentos e trinta) reclamações e críticas de consumidores relativas à defesa do consumidor (Procon). Somente em 2019, há registro de 273 (duzentas e setenta e três) demandas entre encerradas e em andamento. Havia, ainda, em andamento, outras 2.985 (duas mil, novecentas e oitenta e cinco) reclamações e críticas de consumidores que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça). Somente em 2019, há registro de 666 (seiscentos e sessenta e seis) processos entre encerrados e em andamento.
3. Em 2019, apenas 01 (uma) demanda não foi solucionada.
4. Em 2019, foram encerradas 140 (cento e quarenta) reclamações e críticas relativas a defesa do consumidor (Procon), das quais 45 (quarenta e cinco) foram atendidas, equivalendo-se a 32,14% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos do não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Foram encerradas 700 (setecentas) reclamações e críticas que tramitavam em Juizados Especiais (Justiça) em 2019, das quais 235 (duzentos e trinta e cinco) foram atendidas, equivalendo-se a 33,57% dos encerramentos ocorridos nesse mesmo ano. Os principais motivos de não atendimento das demais reclamações/críticas foram: não julgamento do mérito da ação e desistência do autor. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes.
5. Em 31/12/2019, havia 1.378 (mil e trezentos e setenta e oito) processos trabalhistas em andamento movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Desse total, 108 (cento e oito) foram ajuizados em 2019.
6. Em 2019, foram encerrados 129 (cento e vinte e nove) processos trabalhistas movidos por empregados ou sindicatos dos empregados. Deste total, 26 (vinte e seis) foram julgados procedentes e 103 (cento e três) foram julgados improcedentes. Destacamos que os processos providos parcialmente ou encerrados por acordo foram considerados procedentes.
7. O valor informado corresponde a todos os pagamentos efetuados em 2019, a funcionários e ex-funcionários, inclusive de verbas rescisórias, independentemente dos pedidos formulados pelo autor da ação.

**Relatório de asseguração limitada dos auditores independentes sobre o demonstrativo de informações de natureza social e ambiental**

##### Ao

Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do

**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Fortaleza - CE

**Introdução**

Fomos contratados pela Administração do Banco Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”) para apresentar nosso relatório de asseguração limitada sobre o Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**Responsabilidades da administração do Banco**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das Informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza de acordo com a NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, com base no trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico (CT) nº 07/2012, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional*ISAE 3000*, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

1

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

##### Um trabalho de asseguração limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração do Banco e outros profissionais do Banco que estão envolvidos na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*,* assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguração limitada sobre as informações tomadas em conjunto.

Um trabalho de asseguração limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam:

* 1. O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza do Banco Nordeste do Brasil S.A.;
  2. Aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza, e
  3. Confronto dos valores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração contidos na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental aplicável na elaboração das informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza.

2

##### Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada.

**Alcance e limitações**

Os procedimentos aplicados em um trabalho de asseguração limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião sobre as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*.* Consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em um trabalho de asseguração que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza*.* Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, nem em relação a projeções futuras e metas.

**Conclusão**

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes do Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, especificamente no que tange aos itens 1 - Base de Cálculo e 7 - Geração e Distribuição de Riqueza não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes contidas na NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2020. ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Eduardo Wellichen Contador-1SP184050/O-6

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**: Cláudio de Oliveira Torres (Presidente) – Eudes de Gouveia Varela – José Lucenildo Parente Pimentel – Rheberny Oliveira Santos Pamponet – Ricardo Soriano de Alencar – Romildo Carneiro Rolim **DIRETORIA**: Romildo Carneiro Rolim (Presidente)– Antônio Jorge Pontes Guimarães Júnior (Diretor Financeiro e de Crédito) - Antônio Rosendo Neto Júnior (Diretor de Negócios) – Claudio Luiz Freire Lima (Diretor de Administração) – Cornélio Farias Pimentel (Diretor de Controle e Risco) – Perpétuo Socorro Cajazeiras (Diretor de Planejamento)

**CONSELHO FISCAL**: Frederico Schettini Batista (Presidente) – André de Castro Silva – Carlos Henrique Soares Nuto

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Carlos Donizeti Macedo Maia (Coordenador) – Cleber Santiago – Manoel das Neves – Rudinei dos Santos (Membros) **SUPERINTENDENTE DE CONTROLE FINANCEIRO:** Aíla Maria Ribeiro de

Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

**CONTADOR:** José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7